

Emanuel António Rodrigues Furtado

A expansão da cidade da Praia, na década de 1990-2000.

Crescimento espontâneo e pobreza urbana



Universidade Jean Piaget de Cabo Verde

Campus Universitário da Cidade da Praia
Caixa Postal 775, Palmarejo Grande
Cidade da Praia, Santiago
Cabo Verde

8.12.08

Emanuel António Rodrigues Furtado

A expansão da cidade da Praia, na década de 1990-2000.

Crescimento espontâneo e pobreza urbana



Universidade Jean Piaget de Cabo Verde

Campus Universitário da Cidade da Praia
Caixa Postal 775, Palmarejo Grande
Cidade da Praia, Santiago
Cabo Verde

8.12.08

Emanuel António Rodrigues Furtado, autor da monografia intitulada “A expansão da cidade da Praia, na década de 1990-2000 – Crescimento espontâneo e pobreza urbana”, declaro que, salvo fontes devidamente citadas e referidas, o presente documento é fruto do meu trabalho pessoal, individual e original.

Cidade da Praia aos 16 de Setembro de 2008
Emanuel António Rodrigues Furtado

Memória Monográfica apresentada à
Universidade Jean Piaget de Cabo Verde
como parte dos requisitos para a obtenção do
grau de Bacharel em Arquitectura.

Sumário

O presente estudo diz respeito à problemática dos bairros de crescimento espontâneo da cidade da Praia, designadamente, o ocorrido na década de noventa e visa identificar quais as áreas que conheceram tal crescimento, com que intensidade ocorreu o fenómeno da expansão espontânea da cidade, como, por que ocorreu e que efeitos produziu. Tentamos demonstrar, com este estudo, que a ausência de meios eficazes de gestão urbana aliada à grande carência habitacional para as camadas mais desfavorecidas da sociedade, provocaram uma segregação socio-espacial do território urbano.

A cidade da Praia conheceu, sobretudo após a independência nacional, um grande aumento populacional, não apenas derivado do crescimento natural da população, mas também originado pelo êxodo rural e pela crescente migração das populações de outras ilhas do arquipélago. Entre 1990 e o ano 2000, o saldo efectivo da população foi praticamente o dobro do ocorrido na década anterior, daí resultando uma expansão urbana para as periferias não urbanizadas da cidade.

O ritmo de crescimento provocou a densificação de diversos bairros, cujos níveis de atendimento em infra-estruturas, serviços e equipamentos colectivos são extremamente baixos e, em várias situações, a situação urbanística resultante do modelo de ocupação do terreno inviabiliza, (quase ou) por completo a reabilitação desses bairros, sem que se proceda a algumas demolições, por forma a garantir a sua integração urbana.

Agradecimentos e dedicatória

Manifesto, em primeiro lugar, o meu reconhecimento e agradecimento à Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, pela oportunidade que se me ofereceu para ingressar no Curso de Arquitectura (um sonho desde criança), o qual me permitiu angariar um conjunto de conhecimentos que me vem sendo útil no desenvolvimento das minhas actividades profissionais.

Em segundo lugar, uma palavra de apreço aos colegas dos Cursos de Arquitectura e de Engenharia Civil, pelos bons e menos bons momentos académicos, todavia todos factores de muita aprendizagem, seja ao nível social, pessoal e académico. Este agradecimento resulta num profundo desejo de sucessos profissionais e pessoais a todos.

Às instituições públicas que me apoiaram com a disponibilização de documentação e dados, em particular a Câmara Municipal da Praia e o Instituto Nacional de Estatísticas. Os meus agradecimentos são extensivos a todas as pessoas que me atenderam nas referidas instituições, bem como aos meus colegas de trabalho na CMP, em especial o Arquitecto Nuno Linhares de Carvalho.

À minha família e amigos mais próximos, que sempre me apoiaram em todos os momentos, de forma incondicional, compartilhando comigo todas as dificuldades. A todos os meus docentes do curso, que compartilharam comigo o seu saber e a sua amizade.

À Dina e ao Áureo, muito em especial, pelos sacrifícios consentidos.

Por último, um especial agradecimento à minha orientadora, Arquitecta Mariangela Fornuto, pela paciência e sábia orientação, o que me permitiu dar um salto qualitativo.

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha avó Ema que, com a sua sabedoria, dedicação, amor e sacrifício, me proporcionou as condições essenciais para viver, sonhar e ser perseverante. Para ela, o meu maior e mais profundo sentimento, reconhecimento e gratidão.

Conteúdo

Introdução.....	10
Capítulo 1: Revisão bibliográfica.....	13
1 O crescimento da população mundial.....	13
2 O fenómeno mundial da urbanização.....	18
3 A urbanização nos países em desenvolvimento.....	23
4 O processo de urbanização em Cabo Verde – o caso da Praia.....	28
5 As causas e os efeitos do crescimento espontâneo.....	37
6 As respostas institucionais.....	43
Capítulo 2: Caracterização e diagnóstico.....	47
1 Contexto e condições socio-económicas.....	47
1.1 Contextualização das áreas de crescimento espontâneo.....	47
1.2 Desenvolvimento populacional.....	51
1.3 Indicadores de Educação.....	53
1.4 Base económica e emprego.....	55
1.5 Níveis de conforto.....	57
2 Estrutura urbana.....	59
2.1 As superfícies de ocupação, riscos e vulnerabilidades.....	59
2.2 Formas do edificado.....	61
2.3 Relações entre os espaços público e privado.....	65
3 Infra-estruturas, serviços e equipamentos colectivos.....	71
3.1 Necessidades e desafios.....	71
3.2 Sistema de abastecimento de água.....	72
3.3 Rede de esgotos.....	74
3.4 Drenagem de águas pluviais.....	75
3.5 Sistema de recolha de resíduos sólidos.....	76
3.6 Mobilidade e equipamentos colectivos.....	77
4 Situação legal dos terrenos ocupados.....	80
Conclusão.....	84
Referência bibliográfica.....	90
A Anexos.....	93
A.1 Evolução da população Cabo-verdiana de 1940 a 2000.....	93
A.2 População residente na cidade da Praia, por bairros, de 1970 a 2000.....	94
A.3 Agregados familiares residentes na cidade da Praia, por bairros, de 1970 a 2000.....	95
A.4 Unidades de alojamento na cidade da Praia, por bairros, de 1970 a 2000.....	96
A.5 Agregados familiares nos bairros espontâneos, segundo o nível de instrução do chefe. 97	
A.6 População empregada de 15 anos ou mais, residente nos bairros espontâneos, segundo o sector de actividade económica.....	98
A.7 Agregados familiares nos bairros espontâneos, segundo o principal meio de vida do chefe. 99	
A.8 Agregados familiares nos bairros espontâneos, segundo o nível de conforto.....	100
A.9 Agregados familiares, nos bairros espontâneos, segundo o tipo de habitação.....	101
A.10 Modo de abastecimento de água, nos bairros espontâneos.....	102

Tabelas

Tabela 1 – Zonas de crescimento espontâneo recente.....	49
Tabela 2 – Condição na actividade económica de população com 15 anos ou mais, na cidade da Praia.	55
Tabela 3 – Variação de superfície de ocupação na Praia, entre 1990 e 2000.....	59
Tabela 4 – Atendimento em infra-estruturas básicas na cidade da Praia.	79
Tabela 5 – Habitantes e superfícies na cidade da Praia 1970-2000.....	80
Tabela 6 – Dinâmicas actuais do uso dos espaços, nas zonas de crescimento espontâneo.	81
Tabela 7 – Nível de legalidade das construções existentes nos bairros espontâneos.	82

Figuras

Figura 1 – Crescimento da população mundial.	14
Figura 2 – Evolução da população cabo-verdiana de 1940 a 2000.	16
Figura 3 – Relação entre a população da Praia e a cabo-verdiana, de 1970 a 2000.	17
Figura 4 – População urbana, por classe de tamanho da localidade, Mundo, 1975-2015.	20
Figura 5 – Taxa média anual de crescimento da população urbana, por região, 1950-2030. ..	21
Figura 6 – Percentagem da população residente em áreas urbanas, por região, 1950-2030.	21
Figura 7 – Homens empurram bicicletas carregadas de carvão em área periurbana mista em rápida expansão no estado de Jharkand, Índia.	24
Figura 8 – Favela de Paraisópolis, em São Paulo – Brasil.	27
Figura 9 – Vista parcial da cidade da Praia.	29
Figura 10 – Evolução da estrutura urbana do Plateau, de 1778 a 1968.	32
Figura 11 – Evolução da estrutura urbana da cidade da Praia, de 1968 a 1990.	33
Figura 12 – Expansão urbana da cidade da Praia, até ao ano 2003.	36
Figura 13 – Expansão espontânea na ribeira de Safende.	40
Figura 14 – Habitações em barracas, Bela Vista, Praia.	41
Figura 15 – Áreas de crescimento da cidade da Praia.	50
Figura 16 – Evolução da população residente nos bairros espontâneos, de 1970 a 2000.	51
Figura 17 – Taxa de crescimento da população, segundo as áreas, de 1970 a 2000.	52
Figura 18 – Local de residência das pessoas com formação superior, em 2000.	53
Figura 19 – Nível de instrução do chefe de agregado familiar, nos bairros espontâneos.	54
Figura 20 – População empregada de 15 anos ou mais residente nos bairros espontâneos, segundo o sector de actividade.	56
Figura 21 – Nível de conforto dos agregados familiares, segundo as áreas.	57
Figura 22 – Nível de conforto dos agregados familiares, nos bairros espontâneos.	58
Figuras 23 e 24 – Construções espontâneas nas encostas e ribeira de Safende.	60
Figura 25 – Tipo de habitação, por agregados familiares, na cidade da Praia.	62
Figura 26 – Tipo de habitação, por agregados familiares, em áreas de crescimento espontâneo.	63
Figura 27 – Tipo de habitação, segundo as áreas.	64
Figuras 28 e 29 – Dimensões e tipologias habitacionais distintas, Santa Rosa.	65
Figura 30 – Sentido de alinhamento das construções, Tira Chapéu.	66
Figura 31 – Falta de sentido de alinhamento das construções, Eugénio Lima.	66
Figuras 32 e 33 – Ausência e presença de vias, Vale do Palmarejo e Safende, respectivamente.	67
Figuras 34 e 35 – Situação dos espaços públicos em Castelão e Santa Rosa, respectivamente.	68
Figuras 36 e 37 – Aspectos da envolvente do edificado espontâneo, Encostas de Terra Branca e Monteagrarro, respectivamente.	69
Figura 38 – Diferentes dimensões do edificado, Ponta d'Água.	69
Figura 39 – Dimensões da malha urbana irregular, Calabaceira.	70
Figuras 40 e 41 – Construções em terrenos com grande declive e em leitos de ribeiras.	70
Figura 42 – Modo de abastecimento de água aos agregados residentes em bairros espontâneos.	72
Figuras 43 e 44 – Chafariz e colocação de rede de água, bairro de Bela Vista.	73
Figuras 45 e 46 – Colocação de rede de esgotos, bairro de Bela Vista.	74

Introdução

O presente estudo, cujo tema é “A expansão da cidade da Praia, na década de 1990-2000 – Crescimento espontâneo e pobreza urbana”, tem um carácter académico e enquadra-se na etapa de Bacharelato do Curso de Arquitectura, ministrado na Universidade Jean Piaget de Cabo Verde.

O problema levantado prende-se com o crescimento espontâneo da cidade da Praia, designadamente, a expansão urbana ocorrida depois de 1990, período de grande crescimento e em moldes desorganizados, descontrolados e cujo parque habitacional é essencialmente informal. As dimensões e os efeitos desse crescimento se reflectiram, em grande medida, na expansão ocorrida pelas áreas com condições inadequadas e resultando em deficientes condições de vida urbana para as populações que ocupam essas áreas, além de outras consequências para a restante parte da cidade.

A hipótese formulada é a de que a ausência de meios eficazes de gestão urbana, aliada à grande carência habitacional para as camadas mais desfavorecidas da sociedade, provocaram uma segregação socio-espacial do território urbano.

Com o presente estudo, pretendemos atingir os seguintes objectivos: a) Gerais: compreender as características do espaço urbano nos bairros de crescimento espontâneo; compreender as dimensões desse crescimento. b) Específicos: identificar e caracterizar as áreas de crescimento espontâneo na década de noventa; identificar as relações entre ocupação espacial e estrutura socio-económica; verificar as condições de vida das populações residentes nos bairros espontâneos.

A motivação para a escolha do tema resulta da observação atenta da cidade da Praia e do interesse em conhecer os elementos estruturantes que enformam a panorâmica ambiental e urbanística dessa urbe. É nossa percepção que o grande crescimento urbano ocorrido depois de 1990 tem deixado marcas profundas no território da cidade, pelo que se torna necessário intervir no sentido de minimizar os impactos negativos da actual estrutura socio-espacial nas referidas áreas de crescimento espontâneo.

Amplitude e delimitação do estudo: o campo de interesse do presente estudo está restringido às áreas de expansão urbana ocorrida depois de 1990, pois trata-se de um período de grande crescimento da cidade¹ e em que o fenómeno das construções espontâneas incrementou a taxa de ocupação das áreas periféricas, com tendência para uma excessiva saturação, algumas delas áreas perigosas e expostas a riscos diversos, como leitos de ribeiras e zonas com declive bastante acentuado (CMP, 2005).

Consideramos espontânea, toda a construção que tenha sido edificada fora do âmbito de um plano urbanístico, ou seja, em oposição àquela que é feita com base numa planificação. Para o presente estudo, de acordo com a delimitação utilizada na elaboração do documento “Linhas directrizes para um programa de intervenção para a requalificação dos bairros espontâneos da cidade de Praia”, utilizamos os critérios estabelecidos para a definição das áreas de crescimento espontâneo: o ano de construção das habitações, o nível de clandestinidade (construções sem o respectivo processo de licenciamento) e o início do mercado imobiliário nessas zonas (CMP, 2005).

Embora a construção espontânea seja um fenómeno que abrange a quase totalidade da área urbana e possa ser, posteriormente, regularizada e inserida dentro do contexto de um plano urbanístico, existirão casos em que tal não sucede. Assim, para a definição de “tipologias de áreas homogéneas” foram consideradas algumas características: nível de ilegalidade; elementos de emergência e risco existentes, previsíveis ou a avaliar-se; grau de saturação, consolidação e compromisso; características socio-económicas dos moradores; acessibilidade; nível de infra-estruturação; dotação de serviços e equipamentos (CMP, 2005).

Tomamos como ano de referência, 1991, visto que é a partir dessa data que se verifica uma maior explosão do crescimento urbano², em que as áreas espontâneas, nos moldes e formas em que hoje se apresentam (o ritmo de construções é crescente e de forma descontrolada), constituem-se em potenciais e graves ameaças para a futura estrutura urbana da cidade.

Para a elaboração do presente estudo, recorreremos à pesquisa bibliográfica e documental, afim de tentar responder à questão colocada. Procedemos a uma análise descritiva dos conceitos e

¹ Entre 1990 e 2000, o saldo efectivo da população foi praticamente o dobro do verificado entre 1970 e 1980.

² Em 2003, de acordo com dados da CMP, cerca de 50% das construções na cidade eram de carácter espontâneo.

teorias que se relacionam com o tema do nosso estudo e recorreremos, igualmente, à observação directa da situação-problema.

Uma das limitações para a realização do presente estudo prende-se com a inexistência de bibliografia especializada sobre a matéria de crescimento urbano espontâneo na cidade da Praia. Todavia, a utilização de estudos existentes e relacionados com essa problemática, bem como o recurso a bibliografia sobre o mesmo tema, em outros países, ajudou a superar essa dificuldade.

Outra limitação tem a ver com a utilização de dados estatísticos. Com efeito, o perímetro do plano de distritos de recenseamento utilizados pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) não coincide, em toda a extensão, com as áreas homogéneas de crescimento espontâneo, delimitadas pela Câmara Municipal da Praia (CMP). Na verdade, há diversas situações de duas realidades dentro de um mesmo bairro: edificações espontâneas regularizadas e edificações irregulares, que se convivem.

Entretanto, considerando que as características gerais dessas realidades são semelhantes, procuramos fazer uma comparação entre os dados disponíveis, de forma a conseguir uma aproximação o mais possível da realidade dos factos estudados, com as ressalvas apresentadas.

No Capítulo I: Revisão bibliográfica – procedemos a uma pesquisa dos trabalhos existentes e relacionados com o tema do nosso estudo. Nesse sentido, abordamos aspectos como: o crescimento da população mundial; o fenómeno mundial da urbanização; a urbanização nos países em desenvolvimento; a urbanização em Cabo Verde – o caso da Praia; as causas e os efeitos do fenómeno do crescimento espontâneo das cidades; e as respostas institucionais.

No Capítulo II: Caracterização e diagnóstico – procedemos à recolha e análise de informações, visando responder as questões levantadas e esclarecer a hipótese formulada na proposição do problema. Abordamos aspectos como o contexto e as condições socio-económicas; a estrutura urbana; as infra-estruturas, serviços e equipamentos colectivos; e a situação dos terrenos ocupados.

Capítulo 1: Revisão bibliográfica

1 O crescimento da população mundial

Segundo Baud (1999), uma população evolui em função da “taxa de natalidade” e da “taxa de mortalidade”, sendo que essa evolução natural se determina a partir do cálculo da diferença entre o total dos nascimentos e o total dos óbitos. De acordo com o mesmo autor, com uma taxa de crescimento natural de 2% ao ano, a população de uma determinada região duplica em 35 anos e, com uma taxa de 3%, duplica em 23 anos. Um outro factor de crescimento populacional é a relação imigração/emigração, ou seja, o número de pessoas que, respectivamente, entram ou saem de uma determinada região.

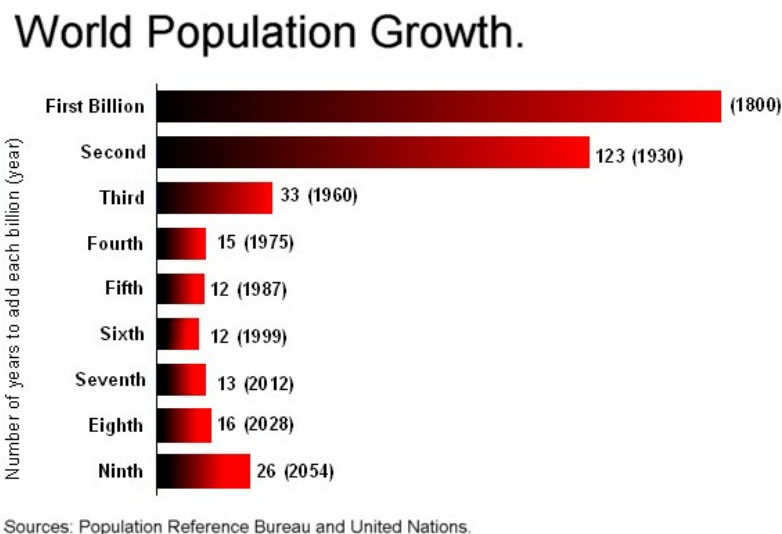
O crescimento efectivo de uma população é, portanto, obtido pela soma do saldo natural e do saldo migratório e a situação demográfica está ligado ao nível de desenvolvimento de cada país. Nessa perspectiva, o conceito de transição demográfica é definido como sendo um “período de crescimento natural elevado, resultante da passagem de um regime demográfico tradicional (elevadas fecundidade, natalidade e mortalidade) para um regime moderno (baixas fecundidade, natalidade e mortalidade)” (Baud, 1999:282). Trata-se, no entender do autor, de um período demograficamente desequilibrado e que faz a transição de uma situação caracterizada por elevadas taxas, para uma outra caracterizada por baixas taxas.

Baud (1999) acrescenta ainda que a situação demográfica é diversificada, consoante o nível de desenvolvimento de cada país. Considera que os países industrializados já ultrapassaram a fase de transição demográfica e que a maior parte dos países em desenvolvimento se encontra ainda em pleno período de transição demográfica, daí apresentarem elevado crescimento natural da sua população, muitos deles países menos avançados do continente africano, com taxas de crescimento superiores a 3% ao ano, em razão de elevada taxa de natalidade e de uma tendência para a diminuição da taxa de mortalidade.

Segundo Haub³ (1998), na década de sessenta a população mundial cresceu num ritmo extremamente acelerado e, a população nos países em desenvolvimento, crescia a uma taxa de

³ Carl Haub é demógrafo da ONG “Population Reference Bureau”, co-autor do Relatório Anual de População Mundial, 1998.

2,5% ao ano e o conjunto desses países tinham, nessa altura, mais de 70% da população total do planeta. Como causas para essa explosão demográfica, o autor apresenta a diminuição das doenças e epidemias nos países em desenvolvimento, resultantes de campanhas de saúde pública e de vacinação e, em consequência, a baixa nos índices de mortalidade (sobretudo infantil). Por outro lado, os progressos técnicos e sanitários e as evoluções sócio-culturais são, também, associados ao processo de desenvolvimento económico e humano.



Fonte: <http://pt.wikipedia.org>.

Figura 1 – Crescimento da população mundial.

O relatório do UNFPA⁴ indica que no ano de 2007 a população mundial era de 6,6 biliões de pessoas, dos quais cerca de 81,6% viviam em regiões menos desenvolvidas (incluem todas as regiões da África, América Latina e Caribe, Ásia (excluindo o Japão), bem como Melanésia, Micronésia e Polinésia). Apenas cerca de 18,4% viviam em regiões mais desenvolvidas (América do Norte, Japão, Europa, e Austrália-Nova Zelândia). O mesmo documento projecta uma população mundial para a ordem dos 9 biliões em 2050, sendo que 86,4% e 13,6% dessa população estarão vivendo, respectivamente, em regiões menos e mais desenvolvidas.

Verifica-se que, enquanto a nível mundial, a taxa média de crescimento demográfico, para o período 2005-2015, é de 1,1%, para as regiões mais desenvolvidas essa taxa desce para 0,2%. Em contrapartida, nas regiões menos desenvolvidas e nos países menos desenvolvidos (os

⁴ Situação da população mundial 2007 – desencadeando o potencial do crescimento urbano.

assim designados segundo a terminologia da ONU) a taxa média de crescimento demográfico, para o período em referência, é de 1,3% e 2,3%, respectivamente.

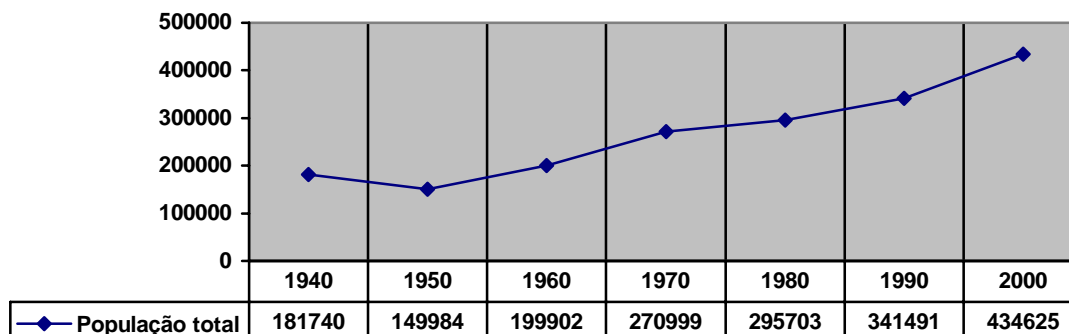
Entretanto, as projecções da Organização das Nações Unidas (ONU) apontam para um abrandamento demográfico mundial, sobretudo atingindo os países desenvolvidos, mas, igualmente, alguns países em desenvolvimento, devido à sua evolução. Actualmente, verifica-se uma baixa nos índices de fecundidade em muitos dos países em desenvolvimento (incluindo países africanos), embora se aponte ainda para um continuado crescimento populacional, nos próximos anos. A estimativa da ONU aponta para uma população mundial de cerca de 7,5 biliões de habitantes em 2015 e cerca de 8 biliões para 2019 (UNFPA, 2007).

Nesta matéria, Haub (1998) é de opinião que hoje a humanidade tem uma nova percepção do crescimento futuro da população mundial e avança com a ideia de que “o número definitivo dependerá inteiramente da taxa de natalidade nos países em desenvolvimento”, acrescentando ainda que, “embora o uso do planeamento familiar seja muito mais comum nos países cujas economias estão se desenvolvendo mais rapidamente”, também nas áreas rurais, onde, tradicionalmente, as inovações levam mais tempo a serem aceites pelas populações locais, o planeamento familiar vem ganhando terreno e se encontra disponível na maior parte dos países em desenvolvimento.

Em Cabo Verde, até à década de 40, registou-se um crescimento lento da população (e mesmo negativo, nos períodos das fomes e mortandades provocadas pela seca e doenças) em razão das altas taxas de mortalidade se equilibrarem com as elevadas taxas de natalidade. De 1950 a 1970 verificaram-se elevadas taxas de crescimento natural e efectivo da população (entre 3 a 3,5% em média anual, bastante superior a 2,1% que foi a taxa máxima de crescimento da população mundial em 1970). Esse facto teve como origem a queda da mortalidade geral no país e que não foi acompanhada, no mesmo ritmo, pela natalidade (PNUD, 1997).

De acordo com o “Relatório de Desenvolvimento Humano – Cabo Verde, 1997”, o país caracterizava-se, nesse ano, por um perfil demográfico marcado por: um ritmo irregular de crescimento da população, mas relativamente elevado; um nível de fecundidade elevado (estimado em 2,5% entre 1990 e 1995), mas com tendência para uma ligeira diminuição; um

nível de mortalidade relativamente baixo; e uma forte emigração, cujos fluxos tendiam a diminuir. Todavia, os fluxos migratórios internos eram elevados.



Fonte: INE.

Figura 2 – Evolução da população cabo-verdiana de 1940 a 2000.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), de um total de 181.740 habitantes em 1940, o país passou a ter 436.625 habitantes no ano 2000. Entre 1990 e o ano 2000, a população nacional cresceu a uma taxa de 2,4% ao ano. As projecções do INE para o período 2000-2020 apontam para uma população total do país estimado em 525.307 habitantes em 2010 e 632.524 habitantes em 2020, ou seja, uma taxa de crescimento natural médio anual a rondar os 2,1% até 2014, sofrendo uma redução para cerca de 1,8% em 2020. Igualmente, estima-se que a taxa bruta de natalidade sofra continuadas reduções e o nível de mortalidade continue a baixar.

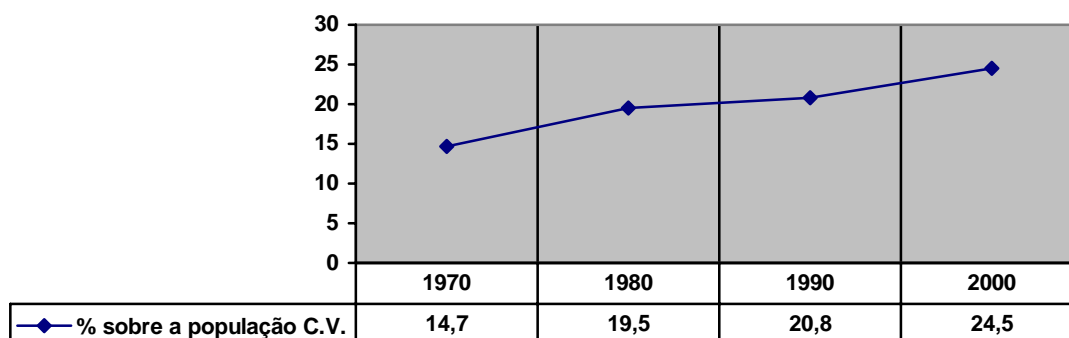
O “Relatório de Desenvolvimento Humano – Cabo Verde, 1998”, diz, com base no IDSR (Inquérito Demográfico e à Saúde Reprodutiva), que o número médio de filhos por mulher era de 4,0 nesse ano, valor que vinha decrescendo, comparativamente com os 7,5 filhos por mulher em 1970; 6,3 em 1980; 5,6 em 1990 e 5,3 filhos por mulher em 1995. O relatório diz ainda que o referido IDSR indicava que, em 1998, no meio urbano a taxa de fecundidade era de 3,1 filhos por mulher enquanto que no meio rural essa taxa era de 4,8 filhos por mulher.

Outro dado importante a reter é o facto de se relacionar a taxa de fecundidade com o nível de instrução das mulheres. Aquelas com um maior nível de instrução (ensino liceal ou universitário) tinham, em 1998, uma taxa de fecundidade de 2,21 filhos por mulher (valor que

se aproxima de 2,1 filhos por mulher considerada necessária para a substituição das gerações humanas). Em contrapartida, as mulheres com fraco ou sem qualquer nível de instrução tinham uma taxa de fecundidade de 7,03 filhos por mulher (PNUD, 1998).

Entretanto, o aumento progressivo do nível de instrução, particularmente das mulheres, associado aos programas de planeamento familiar e de saúde reprodutiva, para além de outras acções levadas a cabo nesses domínios, são apontados como potenciadores da redução da taxa de fecundidade. De acordo com o PNUD (1997), uma forte concentração da população se verificava nos dois principais centros urbanos do país – as cidades da Praia e do Mindelo.

A cidade da Praia viu aumentar a sua população de 18.208 habitantes em 1940, para 104.935 habitantes no ano 2000 (sendo 94.161 [89,7%] na área urbana e 10.792 [10,3%] na área rural), representando 24,48% da população cabo-verdiana. Nos anos 90, a cidade cresceu num ritmo acelerado, cerca de 4,3% ao ano, apenas ultrapassada pela ilha do Sal que tinha uma taxa de crescimento de 6,7% ao ano. As projecções do INE para o ano 2010 apontam para uma população de 143.179 habitantes, correspondendo a 27,26% da população nacional.



Fonte: INE.

Figura 3 – Relação entre a população da Praia e a cabo-verdiana, de 1970 a 2000.

A Figura 3 mostra-nos como tem sido a evolução da população da cidade da Praia, comparativamente à evolução da população do território nacional. Verificamos, com efeito, que na década de 1990-2000 a taxa de crescimento na Praia era bastante elevada, sendo que no ano 2000 a cidade já albergava cerca de 1/4 da população cabo-verdiana, fruto não só do crescimento natural da sua população, mas também resultado da forte migração e êxodo rural.

O crescimento populacional na cidade da Praia começou a ganhar maior dinâmica a partir dos anos 50. Esse facto pode ser explicado se levarmos em conta que a cidade teve “um notável desenvolvimento, mercê da dinâmica da economia agrária da ilha de Santiago” (Correia e Silva, 2004:166). Com o desenvolvimento urbano da Praia nos anos 50, o crescimento da população da cidade iria sofrer uma intensificação, sobretudo depois da independência nacional, em 1975.

Na década de noventa, o crescimento da população praiense foi superior aos 4,0% ao ano, uma taxa bastante superior à do país e, por outro lado, a percentagem da população urbana vinha aumentando, em detrimento da população rural, em virtude do grande fluxo migratório em direcção à cidade, sobretudo por parte da população mais jovem. Na verdade, enquanto capital do país, a cidade da Praia agrupa diversas funções e equipamentos dos mais diversos sectores⁵, o que lhe reforça o poder de atracção junto das populações em busca de melhores condições de vida.

2 O fenómeno mundial da urbanização

A urbanização (Baud, 1999:50) é o processo de transformação de um espaço natural ou rural (onde predominam as actividades agrícolas e pecuárias) em espaço urbano (área de grande densidade populacional, cuja economia é predominantemente secundária e terciária). Esse processo pode ser planeado ou ser espontâneo (sem existência de planos). O termo urbanização está relacionado à cidade, esta, possuidora de características demográficas, morfológicas, económicas e sociais específicas (e que a diferencia do espaço rural).

Na perspectiva das Nações Unidas (UNFPA, 2007), estatisticamente, a urbanização reflecte uma proporção crescente da população que vive em espaços territoriais definidos como urbanos, principalmente por meio da migração do meio rural para o urbano. O nível de urbanização é a percentagem da população total que vive nas cidades, enquanto que a taxa de urbanização é a velocidade em que a população urbana cresce.

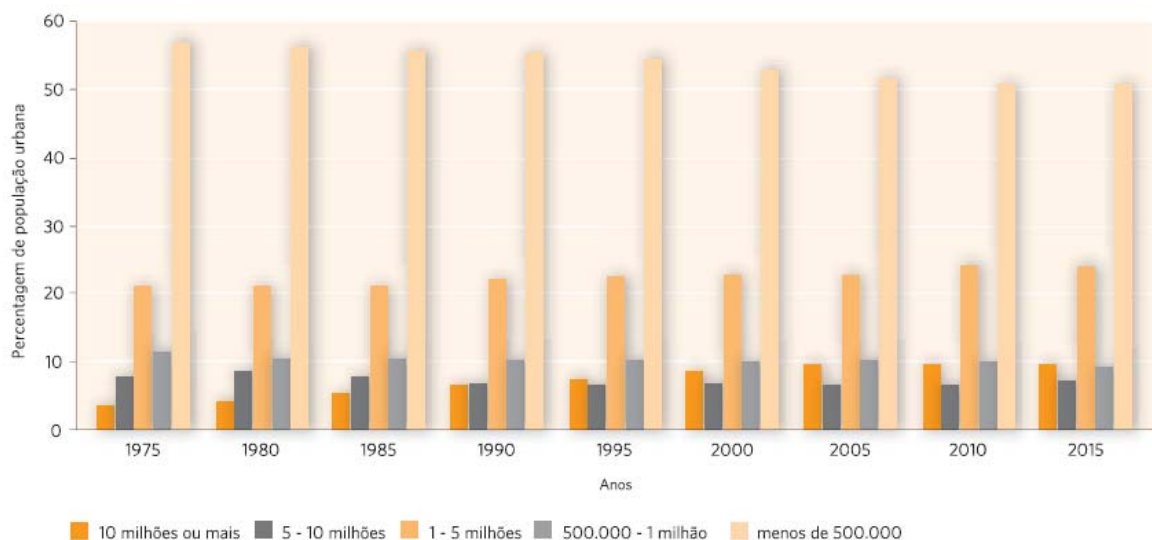
⁵ A cidade da Praia acolhe a grande maioria das funções vitais para o desenvolvimento do país, desde funções político-administrativas, económicas, culturais, etc.

A Inglaterra foi o primeiro país do mundo a se urbanizar e, em 1850, já possuía mais de 50% da sua população a viver no meio urbano. Entretanto, a urbanização acelerada da maior parte dos restantes países industrializados só ocorreu a partir da segunda metade do século XIX, mas a maior parte desses países já atingiu índices bastante elevados e, praticamente, máximos de urbanização. Os avanços tecnológicos permitiram um rápido crescimento urbano, com significativos aumentos demográficos e sua densidade, pois que as fábricas ofereciam meios de subsistência que já não existiam no campo.

A urbanização aumentou bastante no século XIX nos países industrializados e, no século XX, o fenómeno generalizou-se nos países em desenvolvimento e teve uma ligeira redução nos países desenvolvidos. Segundo o UNFPA (2007), a primeira onda de urbanização, que ocorreu na América do Norte e na Europa ao longo de dois séculos, de 1750 a 1950, fez com que a população urbana, nessas regiões, passasse de 10% para 52%, respectivamente, significando um aumento de 15 milhões para 423 milhões de habitantes urbanos. Nas regiões menos desenvolvidas, estima-se que o número de habitantes urbanos aumentará de 309 milhões em 1950 para 3,9 biliões em 2030 (UNFPA, 2007).

Verifica-se que, em apenas 80 anos, os países em desenvolvimento passarão de um nível de urbanização de 18% para cerca de 56%. No início do século XX, as regiões hoje desenvolvidas tinham mais de duas vezes o número de habitantes urbanos das regiões menos desenvolvidas: 150 milhões contra 70 milhões. Actualmente, a situação inverteu-se e, os países em desenvolvimento, embora tenham níveis mais baixos de urbanização, apresentam 2,6 vezes mais habitantes urbanos do que as regiões desenvolvidas: 2,3 biliões contra 0,9 bilhão (UNFPA, 2007).

A figura 4 mostra claramente uma tendência para o aumento da população urbana mundial, em que a percentagem da população urbana vivendo nas grandes cidades, com mais de 10 milhões de habitantes, vem aumentando gradativamente, embora ainda cerca de 52% da população urbana mundial viva em cidades com menos de 500 mil habitantes. Os dados confirmam a forte evolução da urbanização mundial, cuja característica dominante é a tendência para a metropolização, pois é cada vez maior o número de pessoas que se concentram nas grandes cidades.



Fonte: Nações Unidas. 2006. World Urbanization Prospects: The 2005 Revision, Tabela A.17.
Nova Iorque: Divisão de População, Departamento de Assuntos Económicos e Sociais, Nações Unidas

Fonte: UNFPA, 2007.

Figura 4 – População urbana, por classe de tamanho da localidade, Mundo, 1975-2015.

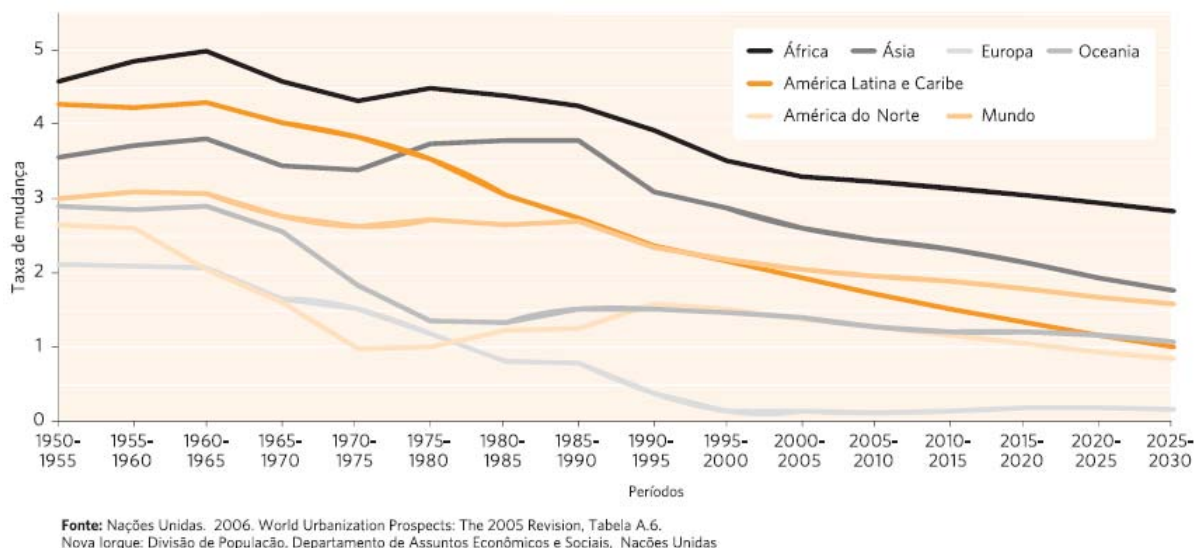
O relatório sobre a situação da população mundial (UNFPA, 2007) revela que já em 2008, pela primeira vez na história, mais de metade da população mundial – 3,3 bilhões de pessoas – estará vivendo em áreas urbanas. Estima-se que até 2030, esse número possa chegar a quase 5 bilhões e, um aspecto importante a reter, é que muitos dos novos habitantes urbanos serão pobres.

Os enormes aumentos da população urbana em países mais pobres são parte de uma "segunda onda" de transições demográficas, económicas e urbanas, muito maior e mais rápida do que a primeira. (...) No último meio século, as regiões menos desenvolvidas iniciaram a mesma transição. A mortalidade caiu rápida e dramaticamente na maioria das regiões, alcançando, em uma ou duas décadas, o que os países desenvolvidos levaram um ou dois séculos para alcançar. Os impactos demográficos dessas mudanças de mortalidade têm sido drasticamente maiores. As quedas na fecundidade estão se seguindo muito rapidamente no Leste e Sudeste da Ásia e na América Latina, e mais lentamente na África. (...) Entretanto, mais uma vez a velocidade e a escala da urbanização hoje são muito maiores do que no passado (UNFPA, 2007:7).

Nos últimos anos, a questão do crescimento urbano não tem a ver tanto com a rapidez de crescimento (pois, conforme podemos verificar na Figura 5, a taxa de crescimento geral vem apresentando uma diminuição, na maioria das regiões do mundo), mas sim com o tamanho populacional. Estima-se que, entre 2000 e 2030, a população urbana na Ásia aumentará de 1,36 bilhões para 2,64 bilhões; na África, de 294 milhões para 742 milhões; e na América Latina e Caribe, de 394 milhões para 609 milhões. Como consequência desses aumentos, os

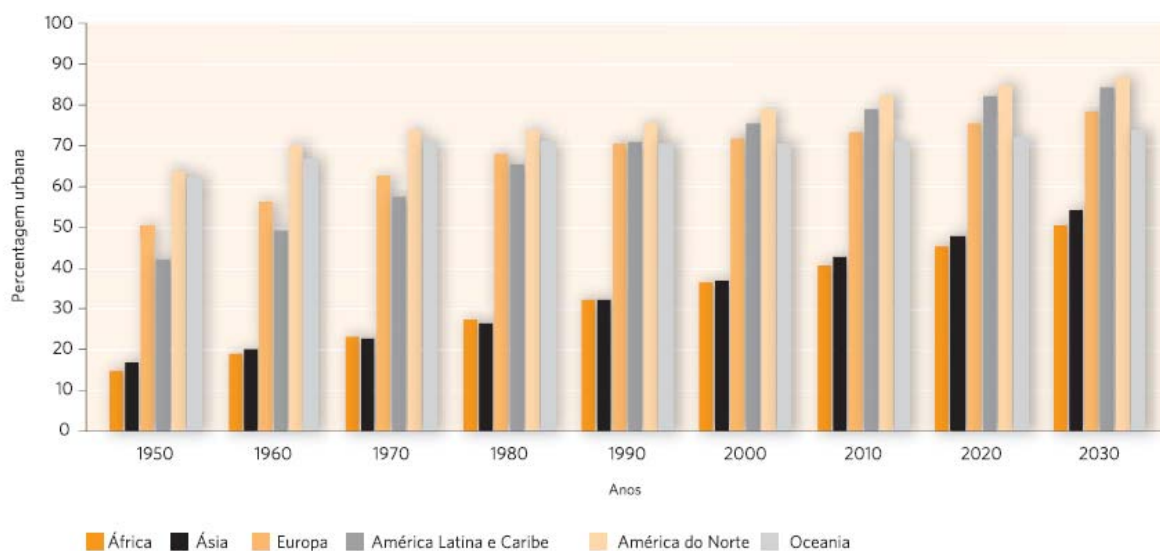
A expansão da cidade da Praia, na década de 1990-2000 – Crescimento espontâneo e pobreza urbana.

países em desenvolvimento terão 80% da população urbana do mundo em 2030. Até lá, a África e Ásia concentrarão quase sete de cada dez habitantes urbanos no mundo (UNFPA, 2007).



Fonte: UNFPA, 2007.

Figura 5 – Taxa média anual de crescimento da população urbana, por região, 1950-2030.



Fonte: UNFPA, 2007.

Figura 6 – Percentagem da população residente em áreas urbanas, por região, 1950-2030.

A Figura 6 não deixa dúvidas quanto às tendências actuais (e futuras) do aumento da população urbana, a nível global. Verificamos que África e Ásia apresentam os maiores ritmos de crescimento, que, na perspectiva de Baud (1999), tem como origem o êxodo rural, mas também devido a um forte crescimento natural da população, associado à juventude dos seus habitantes e de elevadas taxas de fecundidade. Segundo esse autor, o crescimento da população urbana nos países em desenvolvimento “suscita diversos problemas: desemprego, carência de alojamento e de equipamentos colectivos, múltiplas formas de poluição, dificuldade em controlar a sua expansão e aumento dos bairros de lata (...)” (Baud, 1999:52).

Portas *et al.* (2003), afirmam que nas sociedades contemporâneas, podem-se identificar duas tendências de ocupação do território, facto que pode ser explicado pela diferenciação que as caracteriza, como a diversificação de culturas, a polarização social, a individuação, etc. Se, por um lado, existe um segmento da sociedade com elevado poder de consumo, altamente qualificado e de capacidade de motorização própria, por outro lado, existe um segmento dessa mesma sociedade com pouco potencial profissional e académico e de baixo rendimento. Esses dois grupos determinam, de forma diferente, como o território é ocupado.

Àqueles com elevadas capacidades económicas, é-lhes proporcionado a oportunidade de escolherem o território que pretendem habitar (a sua capacidade de mobilidade permite-lhes estar mais perto ou não do local de trabalho, de diversão, de estudo ou de acesso aos serviços colectivos). Ao contrário, àqueles que se encontram numa situação de vulnerabilidade ou excluídos, resta-lhes a possibilidade de escolherem os territórios críticos que estão fora do âmbito da urbanização. O fenómeno do crescimento urbano das cidades, quando ocorre com carácter espontâneo, provoca a fragmentação do território urbanizado e traz outras consequências ao nível ambiental, paisagístico, social, etc. (Portas *et al.*, 2003).

Partilhamos da opinião de Portas *et al.*, pois verificamos que os factores socio-económicos acabam, de facto, por determinar as escolhas territoriais das populações, em função das suas capacidades económicas e dos recursos financeiros disponíveis. cremos que a forte tendência que se verifica, sobretudo nos países em desenvolvimento, para a ocupação das periferias urbanas da cidade, com construções de fraca qualidade habitacional, se gera em torno de populações com fracos recursos económicos (sem formação, sem perspectivas ocupacionais ou pessoas sem nenhum rendimento).

3 A urbanização nos países em desenvolvimento

Considerando que Cabo Verde só acedeu à categoria de PDM (País de Desenvolvimento Médio) no corrente ano de 2008, pensamos ser pertinente fazer uma rápida abordagem ao fenómeno da urbanização nos países em vias de desenvolvimento, grupo a que Cabo Verde pertencia até muito recentemente, afim de percebermos melhor essa problemática. Por outro lado, o período de referência do nosso estudo abrange precisamente um momento em que o país ainda se encontrava na categoria de PMA (Países Menos Avançados).

Os países em desenvolvimento (o conjunto de países que ainda não atingiram um determinado nível de desenvolvimento económico e industrial) são sobretudo países que se encontram na África, na América Latina e na Ásia. Segundo Baud (1999:67) o conceito de desenvolvimento pode ser definido, em termos clássicos, como sendo a “expansão do conjunto da economia, acompanhada de uma repartição mais ou menos equitativa da riqueza suplementar, que conduz a uma melhoria global do nível de vida e a uma transformação das estruturas da sociedade”.

A esta definição economicista é acrescentada uma noção mais humanista do desenvolvimento que, a partir de 1990, dá menor realce ao aspecto económico do crescimento, em favor de uma perspectiva de desenvolvimento humano, onde aspectos como a melhoria da educação, a esperança de vida, o emprego e a qualidade de vida, são tidos em grande consideração. Esta nova abordagem conceptual do desenvolvimento se justifica, pois que se verifica, ao nível mundial, uma grande discrepância de desenvolvimento económico e, nem sempre esse desenvolvimento se traduz na melhoria das condições de vida de grande parte das populações.

Usualmente distinguem-se os países desenvolvidos (ricos e também designados de países industrializados ou países do “Norte”) dos em desenvolvimento (conhecidos como países do “Sul” ou países do “Terceiro Mundo”). De acordo com Baud (1999:69) “os países desenvolvidos formam cinco conjuntos geográficos distintos que se centram na tríade: Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental”. Por outro lado, “os países em desenvolvimento abrigam quatro quintos da Humanidade, correspondendo à América Latina, à África e à maioria da Ásia”. Salienta o mesmo autor que um quinto da Humanidade (as populações mais pobres do planeta) vive num estado de grande precariedade económica e social.

Os critérios demográficos são apontados como sendo uma das principais características para o subdesenvolvimento, onde se destaca a elevada fecundidade. Problemas relacionados à saúde, educação e profundas desigualdades sociais (principalmente nas cidades com uma forte explosão demográfica), aparecem igualmente como características marcantes dos países em desenvolvimento.

Por outro lado, Baud (1999) afirma que é grande o peso do sector primário no nível de ocupação da população activa, acrescentando ainda que é demasiado baixo o grau de diversificação da produção industrial. Na perspectiva desse autor, o conjunto de desvantagens sociais e económicas que se verificam nos países em desenvolvimento traduzem-se em situações de pobreza para os seus habitantes, no fraco acesso ao mercado de trabalho e na tendência para a migração da população.



Fonte: UNFPA, 2007. © Roera Wallis/Panos Pictures.

Figura 7 – Homens empurram bicicletas carregadas de carvão em área periurbana mista em rápida expansão no estado de Jharkand, Índia.

Baud (1999) afirma que o processo de urbanização nos países em desenvolvimento apresenta características distintas em razão de vários factores, entre as quais: desigualdades de desenvolvimento, adiantando que os países menos desenvolvidos, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) são os menos urbanizados; a persistência de sociedades

agrícolas, com um sector secundário e terciário ainda muito pouco desenvolvidos; e uma tradição urbana relativamente recente.

Segundo Amaral (1983) *apud* Carneiro (1996:37), os territórios dos países em desenvolvimento caracterizavam-se, durante o período da colonização, pela “proeminência de um centro urbano, a capital, onde se encontravam os poderes político e administrativo, financeiro e comercial, cultural e religioso”. De acordo com o mesmo autor, depois da independência desses países, enormes contingentes populacionais se deslocaram em direcção aos grandes centros urbanos, à procura de melhores condições de segurança e modos de vida. Entretanto, como esse crescimento não é planeado, vários problemas de organização do espaço se colocam, desde logo o aparecimento de novos bairros sem o respeito por qualquer regra urbanística.

A principal causa apontada para o rápido crescimento urbano nos países em desenvolvimento prende-se com a migração do campo para a cidade. Como factores determinantes para esse acontecimento, Bairoch (1985) *apud* Carneiro (1996:37,38) aponta os seguintes: grande densidade populacional no meio rural, com consequências ao nível da pressão exercida sobre as terras de cultivo e muitos são obrigados a abandonar o campo; grande diferença de rendimentos entre a população rural e a urbana, com níveis de rendimentos muito superiores na cidade; generalização da instrução, fazendo com que os jovens pretendam continuar seus estudos na cidade; e crescimento natural da população, derivado do desenvolvimento do sector da saúde, traduzindo-se em reduções nas taxas de mortalidade, mas em que continuam elevadas as taxas de natalidade.

Também relacionado com as causas do rápido crescimento urbano nos países em desenvolvimento, Cohen (1984) *apud* Carneiro (1996:39) afirma que a urbanização nesses países se caracteriza por quatro factores essenciais: “rápido crescimento da população; declínio gradual, em alguns países, da terra agrícola disponível *per capita*; declínio dos custos de transporte e comunicações; fixação de barreiras à migração internacional”.

Entretanto, diversos autores apontam para o facto do processo de urbanização nos países em desenvolvimento ser diferente do que aconteceu com os países desenvolvidos da Europa no século XIX. Segundo Carneiro (1996:38), “durante anos acreditou-se que as diferenças (...)

eram meramente cronológicas, defendendo-se que os últimos (países em desenvolvimento) atingiriam o desenvolvimento passados alguns anos (...). Mas a realidade tem demonstrado o contrário”. Com efeito, o fraco nível de desenvolvimento económico dos países em desenvolvimento e o êxodo rural (pessoas fugindo da fome, da pobreza e da insegurança) levaram ao aparecimento de elevadas taxas de desemprego nas cidades.

De acordo com o relatório sobre a situação da população mundial (UNFPA, 2007), o maior crescimento urbano mundial se verificará nos países em desenvolvimento, sobretudo em África e na Ásia, onde a população urbana se duplicará entre 2000 e 2030. Prevê-se que até 2030, as cidades dos países em desenvolvimento representarão 80% da população urbana. Em 2005 a Ásia tinha um nível de urbanização de 40%, a África, de 38% e, apesar de ser a região menos urbanizada do mundo a África Subsaariana já tem uma população urbana tão grande quanto a da América do Norte.

Determinadas características da migração e da urbanização na África Subsaariana são singulares, como, por exemplo, a predominância de cidades menores, com baixa densidade populacional, alta prevalência de migração circular ou repetida e factores ligados ao HIV/AIDS. Em algumas partes da região, a principal influência na urbanização é o deslocamento de pessoas provocado pela seca, pela fome, por conflitos étnicos, por guerras e conflitos civis. Nos últimos anos, muitas cidades perderam as tradicionais vantagens sociais e de saúde que possuíam sobre suas contrapartes rurais. O empobrecimento da vida urbana tornou-se um dos desafios mais evidentes enfrentados pela região (UNFPA, 2007).

A população urbana da Ásia-Pacífico aumentou cinco vezes desde 1950, porém os níveis de urbanização continuam baixos em quase todos os países da região. De acordo com o UNFPA (2007:12), “a China e a Índia juntas contêm 37% da população total do mundo, assim, suas abordagens ao crescimento urbano são particularmente críticas para o futuro da humanidade”. As áreas urbanas da Índia ainda concentram menos de 30% da população total do país e espera-se que haja um aumento para 40,7% até 2030.

À medida que a urbanização avança, a contribuição do crescimento vegetativo aumenta de forma inevitável – mesmo levando em conta a queda de fecundidade que geralmente acompanha a urbanização. Isso porque o pool de migrantes potenciais nas áreas rurais se

reduz, e porque a base populacional nas cidades que contribui para o crescimento vegetativo é maior. Por exemplo, estima-se que a contribuição atual do crescimento vegetativo no crescimento das cidades na região da América Latina e Caribe seja de 65% (UNFPA, 2007).

Como consequência do desajustamento entre o crescimento urbano e o crescimento económico, Carneiro (1996:40) afirma que as cidades dos países em desenvolvimento “são palcos de problemas sérios, que conduzem a estrangulamentos graves. Entre eles (...) desemprego (...), os problemas de saúde pública, a explosão de actividades informais, o aumento da criminalidade, a falta de habitação”. A falta de conforto na maior parte das habitações; oferta deficiente em infra-estruturas e equipamentos colectivos; poluição da água e deterioração do meio ambiente completam o quadro dos problemas identificados em algumas áreas das cidades dos países em desenvolvimento.



Fonte: <http://profesron.spaceblog.com.br/r1484/GEOGRAFIA/>

Figura 8 – Favela de Paraisópolis, em São Paulo – Brasil.

Apesar dessas características, grande parte da migração para as áreas urbanas teve um impacto positivo na economia e nos próprios migrantes, muitos deles pobres, especialmente na chegada à cidade, mas de modo geral preferem esses locais, em vez da vida rural que deixaram para trás. Essa perspectiva é defendida pelo UNFPA que, no seu relatório de 2007, defende que “a urbanização é inevitável e pode ser positiva. A actual concentração da pobreza, o crescimento das favelas e a ruptura social nas cidades compõem, de facto, um quadro ameaçador”, mas acrescenta que nenhum país na era industrial conseguiu atingir um

crescimento económico significativo sem a urbanização, enfatizando que “as cidades concentram a pobreza, mas também representam a melhor oportunidade de se escapar dela” (UNFPA, 2007).

A vertente mais visível do rápido crescimento das cidades nos países em desenvolvimento é a expansão urbana espontânea, conforme podemos verificar na figura 8, que ilustra bem esse panorama. A segregação residencial torna-se um facto banal, na medida em que existem ricos e pobres em toda a parte do mundo. O que acontece, porém, é que além da precariedade habitacional nessas áreas de crescimento espontâneo, grande parte das construções se encontra nas piores localizações possíveis e imaginárias: leitos de ribeiras; vertentes com acentuado declive; áreas pantanosas; envolvente de zonas industriais (com toda a carga poluente que aí existe); vias-férreas e nós rodoviárias; etc.

4 O processo de urbanização em Cabo Verde – o caso da Praia

O processo de urbanização em Cabo Verde começa a afirmar-se com o povoamento do primeiro núcleo urbano do país – Ribeira Grande (actual Município de Ribeira Grande de Santiago), por volta dos séculos XV e XVI. Nessa altura, “Cidade Velha” era um importante ponto de comércio de escravos e abastecimento de navios, para além de ser também a residência das autoridades civis, militares e religiosas. A outra capitania da ilha de Santiago se situava a Norte, com sede em Alcatrazes e, por essa mesma altura, dar-se-ia o povoamento da actual cidade de S. Filipe, na ilha do Fogo. Foram os primeiros núcleos urbanos surgidos no litoral, onde as actividades comerciais faziam parte da vida económica das populações locais.

Durante o século XVII, as ilhas do Maio, Boavista, Brava e S. Nicolau seriam povoadas. A ilha de S. Antão seria povoada nos séculos XVII e XVIII; S. Vicente, nos séculos XVIII e XIX; e Sal, no século XIX. Dada a importância estratégica de Cabo Verde na expansão ultramarina, teriam sido concedidos privilégios aos moradores de Santiago, com o intuito de incentivar o povoamento do arquipélago. Todavia, sendo território insular e pobre em recursos naturais, esse facto influenciaria bastante no processo de criação dos centros urbanos. Com efeito, a seca constante e prolongada punha em causa o desenvolvimento económico do país e marcava de forma profunda a sociedade.



Fonte: Fotografia do autor, 2006.

Figura 9 – Vista parcial da cidade da Praia.

Nos finais do século XVIII, depois de uma prolongada crise, a cidade de Ribeira Grande entrou em decadência, facto que se traduziu numa ruralização da ilha de Santiago, em grande escala, até por volta da segunda metade do século XIX. Em 1858, a vila da Praia de Santa Maria seria promovida à categoria de cidade. Posteriormente, a cidade do Mindelo ganharia uma posição geoestratégica a nível da escala de navegação, facto que permitiria o desenvolvimento desse centro urbano a Norte do arquipélago. Portanto, a ruralidade não impediu que surgissem novos centros urbanos e as cidades desempenhavam sobretudo funções portuárias ligadas à navegação, até metade do século XX.

Segundo Carneiro (1996), o fenómeno migratório marca, ao longo da história do povoamento de Cabo Verde, de forma especial, a evolução da população. De acordo com este autor, durante os períodos críticos da história de Cabo Verde, designadamente, as secas prolongadas e que resultaram em fomes e algumas epidemias, os fluxos migratórios acentuaram-se ciclicamente. A partir de 1950, a população vinha registando acréscimos sucessivos em todas as ilhas, com excepção das de S. Nicolau (que tem conhecido algumas oscilações com tendências para uma diminuição) e Brava (que tem registado, sempre, uma diminuição).

Santiago, S. Vicente, Fogo e Sal são as ilhas com maior crescimento populacional. Na década de noventa, Sal teve o maior ritmo de crescimento, tendo sua população duplicado, nesse período. No período pós independência nacional, S. Vicente, Santiago, Fogo e S. Antão foram responsáveis por cerca de 82,6% dos fluxos migratórios, sendo que os movimentos mais importantes se faziam de Fogo para Santiago e de S. Antão para S. Vicente (Carneiro, 1996).

Assim, a Norte do país, Mindelo torna-se o principal centro urbano, enquanto que a Sul, a cidade da Praia ganha maior destaque. Existem centros urbanos secundários em todas as ilhas, tais como: cidade de S. Filipe; cidade de Assomada; vila do Porto Novo; vila de Espargos; vila de Sal Rei; vila do Tarrafal (Santiago); vila de Santa Maria; vila do Maio; vila de R^a Brava; vila de Nova Sintra; vila de Santa Maria; vila de Ponta do Sol; vila do Paul; etc.

Os dados estatísticos indicam que o processo de urbanização tem sido muito intenso nos últimos anos. Em 1990, a urbanização abrangia cerca de 44% da população Cabo-verdiana. No ano 2000, segundo dados do INE, a população residente era de 431.989 habitantes, sendo 232.174 no meio urbano (representando 53,8% da população total residente) e 199.842 no meio rural (representando 46,2% da população total residente).

As projecções da população para o período 2000-2020 indicam uma percentagem de cerca de 61% da população urbana para o ano 2010, a nível do país e, para o ano de 2020 estima-se cerca de 67% da população urbana. Como sublinha o PNUD (1997), os principais centros urbanos têm vindo a exercer uma atracção sobre as populações do meio rural, facto que tem reforçado o êxodo rural e a urbanização. Isso significa que o desenvolvimento económico e social dos principais pólos urbanos do país tem permitido um incremento na mobilidade populacional inter-ilhas.

A cidade da Praia, capital e principal centro urbano do país, teve sua origem num descarregamento de escravos, no porto, em 1515. A partir do século XVI, o aglomerado urbano da Praia crescia devido à ida de populações da Ribeira Grande e Alcatrazes, pela entrada em decadência destas últimas. No século XVII, com a decadência do comércio, as populações começaram a se deslocar para o interior das ilhas, em grande medida devido aos frequentes ataques de piratas e corsários, no litoral. Em 1770, com a fixação da administração

na Praia, houve um grande impulso no aglomerado urbano que, com a elevação à categoria de cidade, em 1858, viria criada as condições para o seu futuro desenvolvimento.

Segundo Almeida (2003), o processo de desenvolvimento da Praia, enquanto cidade urbana, por excelência, aconteceria à custa da perda em movimento e comércio de Ribeira Grande e, aquela, a pouco e pouco, se foi afirmando como capital do país. Na opinião desse autor, a procura dos recursos necessários ao desenvolvimento da Praia seria incrementada ainda mais com a ideia formalizada de mudança da capital para Mindelo.

Correia e Silva (2004:148) tem a mesma opinião quando diz que “ (...) os munícipes da então vila de Praia de Santa Maria mobilizam-se em massa, em torno de um único projecto: o de conseguir a elevação do referido burgo à categoria de cidade capital de Cabo Verde (...)”, considerando que essa postura despoletou imediatamente uma dinâmica reactiva nos moradores. Reforça essa ideia da defesa dos interesses da Praia, aquando do confronto que opôs, de um lado, as Câmaras da Praia e Santa Catarina e, do outro, as elites comerciais de Santo Antão, S. Nicolau e Boavista, no concernente ao projecto do governador Pereira Martinho de transferir a capital da província para a ilha do Porto Grande (Mindelo).

A dinâmica portuária está na base do desenvolvimento urbano da Praia. Inicialmente, apenas como dependência portuária da vila de Alcatrazes e de Ribeira Grande, logo a Praia mereceria a atenção das autoridades no sentido de considerar estratégias de fixação nessa vila, em virtude da atractividade do seu porto face à navegação transatlântica (Correia e Silva, 2004). A partir desse pressuposto, estariam reunidas as condições iniciais para o desenvolvimento do espaço urbano que, segundo este autor, se localizaria no espaço que hoje é conhecido por “Plateau”.

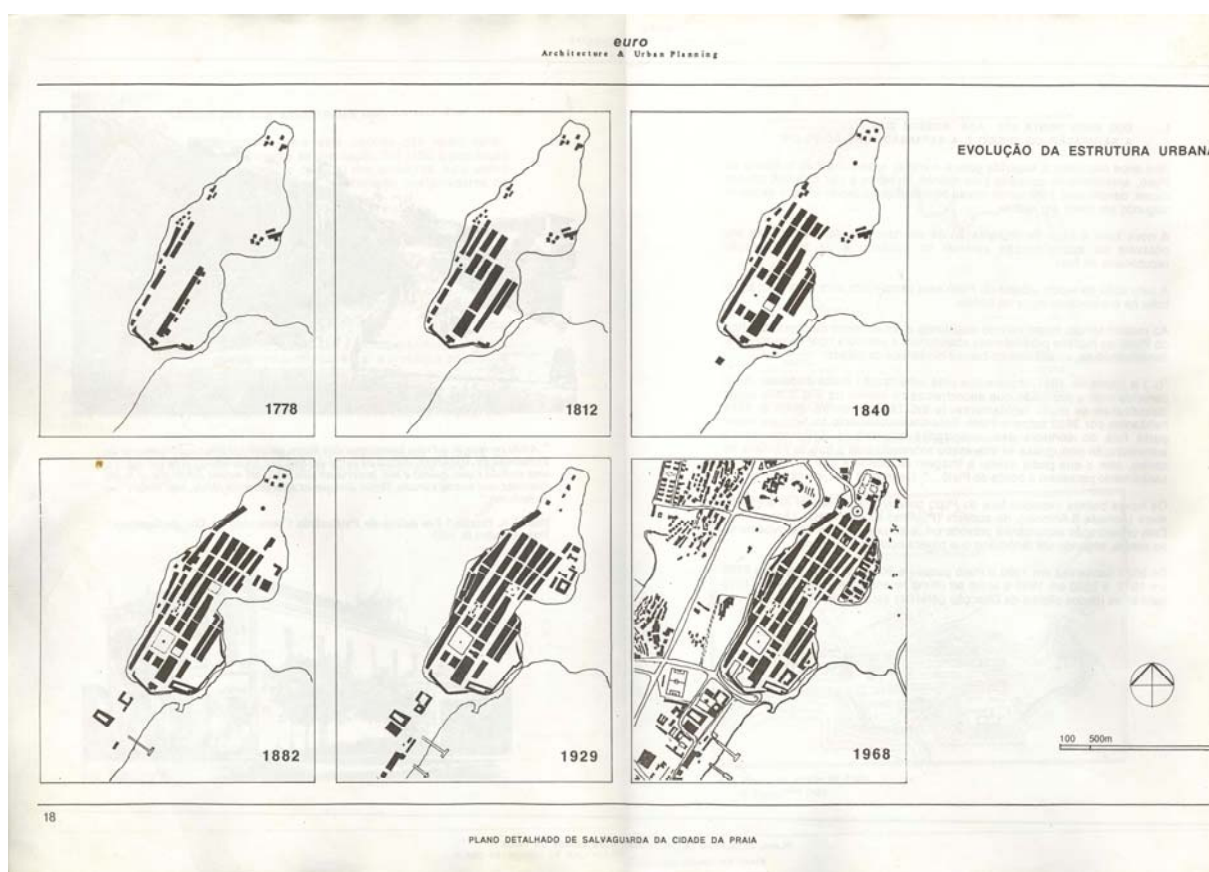
(...) O burgo praiense não se localizará à beira do porto. Ele desenvolver-se-á sim numa achada, enquistada no reconcâvo da baía, a 30 metros acima do nível do mar; uma localização que põe o burgo a salvo das cheias que alagam a baixada, adjacente ao porto. No centro do lugarejo está a igreja, em torno da qual se vão proliferando casas de alguns mercadores, funcionários régios ou, ainda, proprietários rurais das terras do termo do Concelho (Correia e Silva, 2004:152).

Correia e Silva (2004) considera que “muito diferentemente da aristocrática ruralidade da Ribeira Grande, a Praia foi pensada para crescer como uma cidade que se queria urbana”, apontando como justificação o facto da economia da cidade ter sido quase sempre dominada

A expansão da cidade da Praia, na década de 1990-2000 – Crescimento espontâneo e pobreza urbana.

exclusivamente pela prestação de serviço na função pública e pelo comércio, destacando a vinda, do interior da ilha de Santiago, de camponeses que vinham vender os seus produtos, além de adquirir outros bens importados.

A grande expansão da área urbana na cidade da Praia se verificou na segunda metade do século XX. Por volta de 1930, a cidade deixou de ocupar apenas o Plateau e estendeu-se para a periferia deste, ocupando os vales e as achadas que se encontravam mais por perto. Gradativamente, a função residencial do Plateau ia sendo substituída pelos serviços e pelo comércio. Por volta de 1960 (ver Figura 10) o planalto do Plateau encontrava-se totalmente edificado com equipamentos de uso administrativo e colectivo, residências, etc.



Fonte: Plano Detalhado de Salvaguarda do Centro Histórico.

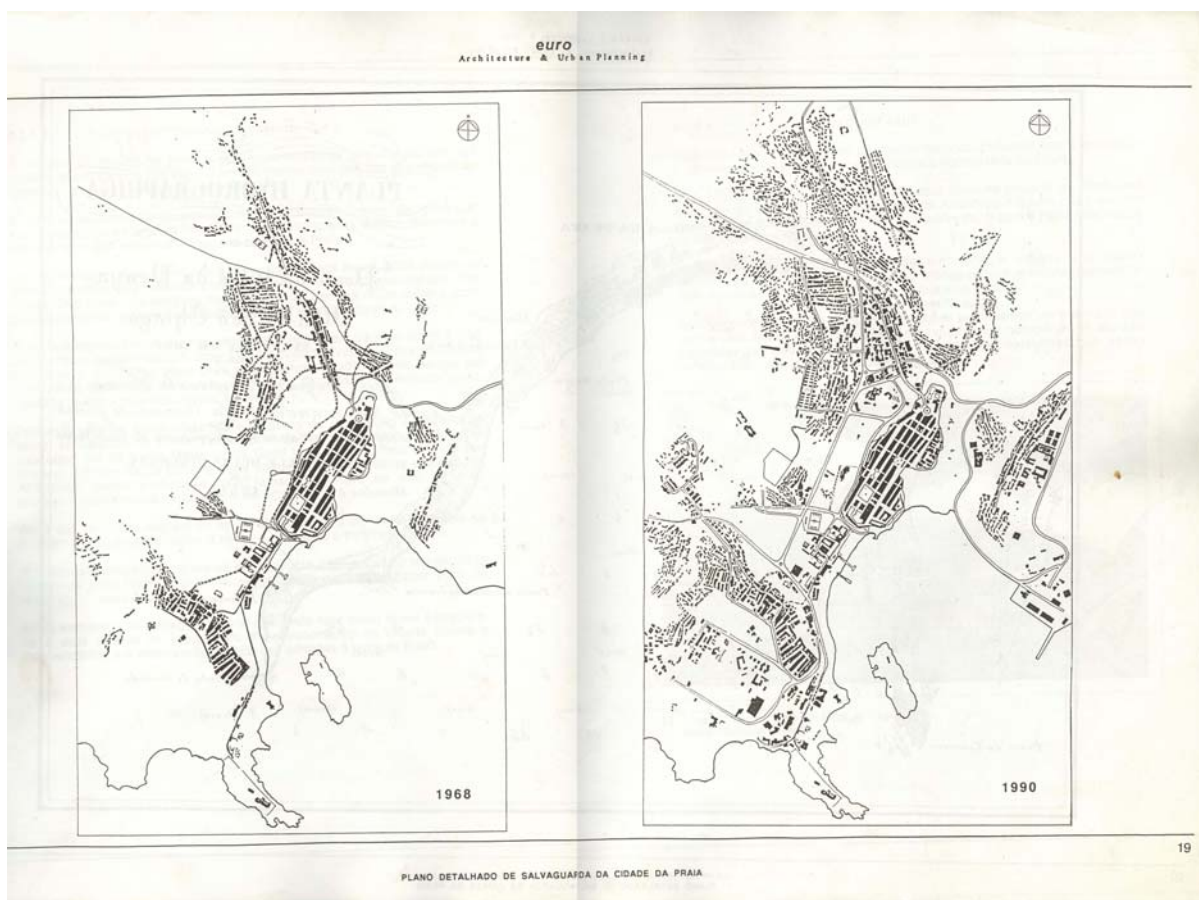
Figura 10 – Evolução da estrutura urbana do Plateau, de 1778 a 1968.

Depois do Plateau, a expansão urbana da cidade conheceria outros desenvolvimentos. Em 1930, Praia tinha cerca de 6.500 habitantes mas apenas 1.700 (26%) viviam fora do Plateau. Em 1960, os aglomerados desse planalto começaram a se espalhar por outros bairros da

capital e, nesse ano, aproximadamente 62% dos habitantes residiam nos subúrbios do Plateau. Após a independência, por volta de 1985, apenas 5% da população urbana residia no Plateau.

Um primeiro momento do crescimento urbano explosivo se deu depois da independência nacional. Nessa altura, apenas o Plateau e os bairros de Achadinha, Fazenda, Lém Ferreira, orla de Achada Sto. António e Prainha configuravam o espaço urbano a consolidar.

Logo após a Independência Nacional a cidade cresceu nas direcções Norte e Leste, ocupando as áreas mais próximas como Achada Grande, Chã d'Areia e, posteriormente, as encostas de Terra Branca, Achada Eugénio Lima e Ponta d'Água. Em 1986 a cidade ocupava mais de 300 hectares, continuando a crescer na direcção Norte, a mais de 3 km do centro, em Achada S. Filipe e ao longo da estrada para a Cidade Velha, ocupando a zona de Tira Chapéu e outras áreas da vizinhança (CMP, 1998).



Fonte: Plano Detalhado de Salvaguarda do Centro Histórico.

Figura 11 – Evolução da estrutura urbana da cidade da Praia, de 1968 a 1990.

De acordo com dados do INE, houve um aumento superior a 60% da população urbana, de 1970 a 1980 e superior a 64% entre 1990 e o ano 2000. Para a configuração urbana actual da cidade da Praia terão contribuído as opções tomadas e os planos oficialmente adoptados e que terão permitido o surgimento e desenvolvimento de “bairros oficiais” e a ocupação espontânea, por parte da população de baixos rendimentos. O crescimento e desenvolvimento urbano da cidade da Praia tiveram como obstáculos os seguintes factores: a topografia do solo; a crescente pressão demográfica ao longo dos anos; e a carência de recursos humanos e financeiros.

A zona urbana, em processo de forte urbanização, é fragmentada por platôs que determinam a configuração e o isolamento dos bairros, prejudicando a funcionalidade urbana e a complementaridade das funções. As migrações internas determinam uma forte concentração da população na cidade da Praia, o que se traduz numa acentuada demanda por terrenos urbanizados para habitação e equipamentos comunitários e em grandes investimentos em redes de infra-estruturas e serviços (CMP, 1998).

Na década de setenta começam a ser dados os primeiros passos no sentido de dotar a cidade de uma estruturação urbana mínima e que deveria evoluir paulatinamente, com vista a colmatar as situações anteriormente descritas. Foram elaborados projectos parcelares, por bairro, que pretendiam regular, temporariamente, a densificação e a expansão da cidade, ficando contudo de fora, aspectos estruturantes como o sistema viário ou a localização estratégica de equipamentos.

Nos finais de 1970 foram dadas novas orientações e novos planos surgiram: Planos Detalhados de Terra Branca, de Achada Sto. António e da Zona Industrial de Achada Grande Frente; projecto da “Área Central” (perímetro Gambôa/Chã d’Areia/Avenida Cidade de Lisboa) e o sistema viário estruturante da zona urbana com vista à futura expansão. Todavia, “a proliferação de pequenos loteamentos sem obediência a nenhuma estruturação urbana global e o crescimento dos bairros de ocupação espontânea com altas taxas de densidade populacional ocupando áreas maiores que as planificadas” constituíam os aspectos de maior relevância no crescimento do tecido urbano (CMP, 1998).

Para tentar resolver esses problemas e melhor controlar o crescimento dos bairros espontâneos, foi lançado em 1986 um programa completo de estudos de urbanismo, em que o PDU (Plano de Desenvolvimento Urbano) constituiu o primeiro passo, por estudos de detalhe

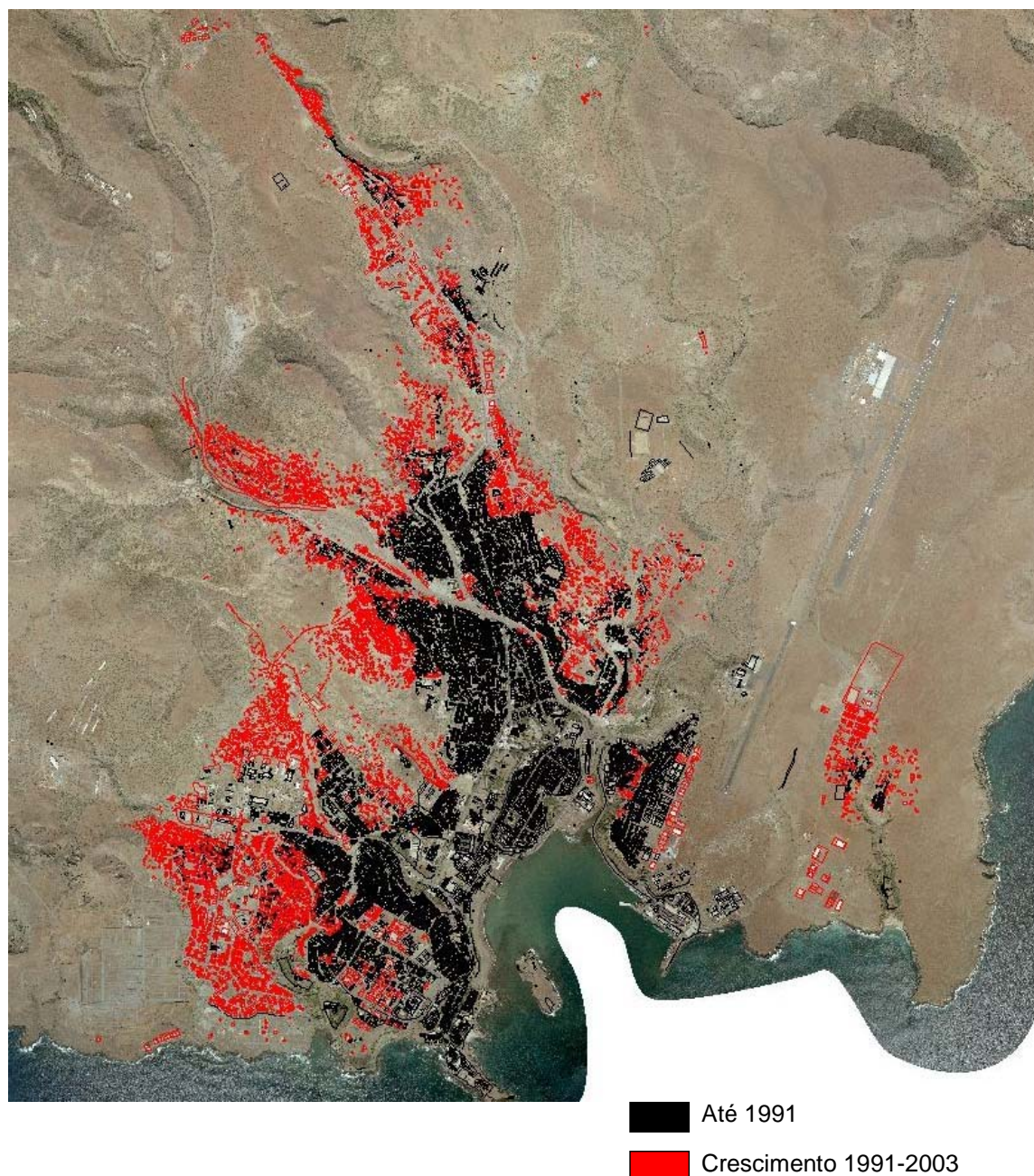
sobre as zonas de expansão de Palmarejo, Quebra Canela e Achada S. Filipe. Contudo, “a coordenação entre os diversos intervenientes em níveis de decisão diferenciados para diferentes intervenções à escala urbana, (...) e a criação de instrumentos de gestão urbana adequados” constituíam problemas que careciam de melhor solução (CMP, 1998).

Por outro lado, as autoridades na altura escolheram uma opção, no âmbito da elaboração do PDU, que correspondia ao desejo de “travar o movimento migratório e limitar o crescimento urbano ao crescimento natural, o que daria uma população de cerca de 68.400 habitantes no horizonte 2000”. Pretendia-se atingir esse objectivo através do “desenvolvimento dos centros urbanos secundários, assim como as zonas rurais”. Todavia, foi considerado o cenário de desenvolvimento que avaliava uma população máxima no horizonte 2000 de 114.000 habitantes, para a cidade da Praia (MALU, 1987:4).

Assim, pretendeu-se que as zonas de expansão da cidade permitissem o acolhimento de uma população de cerca de 60.000 novos habitantes, o que significava um aumento da superfície urbanizada de cerca de mais 350 e 400 hectares, para habitação e grandes equipamentos, respectivamente. Todavia, pensamos que não se levou em consideração as populações de baixa renda, pois que os planos de detalhe para as zonas de Palmarejo, Quebra Canela e Achada S. Filipe (as únicas áreas de expansão previstas na altura) viriam a mostrar-se inacessíveis para essa camada da população (MALU, 1987).

De todo o modo, o PDU constituiu um instrumento à base de propostas a nível de anteprojectos e regulamentos contendo disposições gerais e específicas aplicáveis a diferentes zonas da cidade, mas a sua concepção e implementação foi “imprecisa” o que causou a “inibição de propostas de PUDs/parcelamentos por parte de proprietários privados; a proliferação de loteamentos oficiais sem coordenação ou respeito às propostas do PDU (...); e a comercialização de terrenos sem condições de ocupação” (CMP, 1998).

Após a aprovação do PDU, vários outros instrumentos de gestão urbanística foram elaborados, tais como projectos específicos ou parcelares para diversas zonas, mas “sem a necessária compatibilização entre si, ou com as directrizes físico-estruturais do Esquema de Estrutura do PDU” (CMP, 1998).



Fonte: Movimento África'70/CMP, 2005.

Figura 12 – Expansão urbana da cidade da Praia, até ao ano 2003.

A incorrecta implementação de alguns dos diversos planos inviabilizou, (quase) por completo, a prossecução dos objectivos traçados, tais sejam: organizar o crescimento urbano e as zonas de expansão mais próxima da cidade de modo a evitar a ocupação dos espaços “ainda disponíveis”; prever reservas de espaços para as infra-estruturas primárias; reequilibrar em cada zona de expansão a população, os empreendimentos, os serviços urbanos mais indispensáveis e as actividades produtoras; dotar a cidade de actividades centrais, reorganizar as actividades urbanas, reafectar os espaços valorizados e transformá-los em zonas de

actividades integradas ou em locais de lazer (CMP, 1998). O resultado foi a falta de opções para acolher os novos habitantes da cidade e o agravamento de alguns problemas estruturais.

O crescimento da cidade da Praia verificou-se, assim, de duas formas e velocidade inteiramente distintas: 1) Um crescimento planificado baseado em projectos urbanísticos a diversas escalas, acompanhado da implantação programada de redes de infra-estruturas, serviços e equipamentos; 2) Um crescimento espontâneo, decorrente da pressão da população por terrenos e habitação, sobre o solo urbano com as mais diversas características físicas, acessibilidade deficiente e ausência de infra-estruturas, serviços e equipamentos (CMP, 1998).

5 As causas e os efeitos do crescimento espontâneo

A CMP (Movimento África'70, 2005) estima um crescimento anual da população residente na ordem dos 6%, sendo 2/3 resultantes da imigração e o restante do aumento da população já residente. Com efeito, os dados apontam para a existência de uma pressão enorme sobre o parque habitacional na cidade. Enquanto que a taxa de crescimento de toda a população urbana de Cabo Verde tem diminuído progressivamente, passando de um máximo de 8% no princípio dos anos oitenta e atingindo 4%, em 2004, na cidade da Praia essa taxa de crescimento foi de 6% nesse mesmo ano.

Além do natural crescimento demográfico da população residente, a migração do interior da ilha de Santiago e das outras ilhas do arquipélago para a capital do país, bem como o processo de imigração, sobretudo da costa ocidental Africana⁶, têm empurrado a cidade para um desenvolvimento sem modelo, em termos de desenho urbano, substanciado nos bairros periféricos em que a ocupação ilegal de terrenos tem potenciado um crescimento desorganizado e com grande défice de infra-estruturas urbanas.

Como causas para o crescimento urbano espontâneo, apontamos a grande procura de terrenos para habitação, essencialmente por parte da camada economicamente mais desfavorecida da sociedade e que não é acompanhada por igual ritmo de respostas institucionais a essa demanda. Sobretudo nos países em desenvolvimento, a migração do meio rural para o urbano

⁶ No ano 2000, os cidadãos oriundos do continente Africano representavam 70% do total dos estrangeiros.

(e pensamos que mesmo parte do crescimento vegetativo), tem como principal característica a grande precariedade socio-económica desses novos habitantes.

Como vimos, a ida, em grande massa, da população rural para a cidade traz problemas diversos, nomeadamente ao nível dos espaços residenciais: a precariedade habitacional, sobretudo para a camada mais desfavorecida da sociedade, é um facto latente no dia-a-dia da cidade contemporânea. Se, por um lado estão as construções feitas com recurso a materiais sólidos, por outro, encontram-se as construções cuja base de sustentação são materiais bastante precários.

Nos países em desenvolvimento é grande o número habitações com carácter rudimentar e que espelha bem as características das populações que vivem nesse tipo de habitação: pessoas vindas do meio rural e que se socorrem de troncos e folhas de árvores, pedaços de madeira, chapas metálicas e outros materiais de desperdícios para construírem uma habitação.

Os efeitos do crescimento espontâneo reflectem-se na expansão ocorrida pelas áreas com condições urbanas inadequadas (como os leitos de ribeiras, as encostas de acentuado declive e os fundos de vales) e a ocupação desordenada do espaço urbano, com características marcadamente agressivas perante o meio ambiente natural preexistente, pois há uma desvalorização da paisagem natural, em detrimento do interesse económico, atitude que favorece cada vez mais a especulação imobiliária.

O desenvolvimento descontrolado da urbanização está ligado a problemas de ordem social, ambiental, de segurança, etc. Problemas como a insegurança, a pobreza, a degradação ambiental, a criminalidade e a toxicodependência, para além de outras perturbações sociais, estão muitas vezes associadas a esses bairros de carácter eminentemente informal.

As populações estão sujeitas à marginalidade e, a falta de recursos suficientes, no entender de Lacaze (1995) coloca dificuldades na gestão da cidade e leva a uma segregação social que se acentua de forma não deliberada mas difícil de evitar: “os que têm bons empregos e a possibilidade de escolher a sua casa ou de aceder à propriedade, deixam esses bairros menos agradáveis para se viver” e o que acontece é que esses espaços urbanos são habitados pelas populações mais desfavorecidas, “as que não têm margem de escolha”.

De acordo com esse autor “a sensação de se ser posto à margem da sociedade integrada suscita, nomeadamente no grupo de adolescentes, comportamentos agressivos e a desconstracção por meio do vandalismo” (Lacaze, 1995). Nessa mesma perspectiva, a ONU afirma que “a vida urbana expõe os recém-chegados a uma variedade de estímulos culturais e lhes apresenta novas opções para uma variedade de questões, desde como suas famílias estão organizadas até o que fazer com seu tempo livre”.

Se por um lado “a urbanização oferece oportunidades para um amplo enriquecimento cultural e é a principal força motriz da modernização”, por outro, “os habitantes urbanos podem perder o contacto com normas e valores tradicionais”. Tendo em conta que nem sempre dispõem de meios adequados para realizar os seus sonhos e seus novos anseios, esse facto “pode levar a um sentimento de isolamento e marginalização, acompanhado de crises de identidade, sentimentos de frustração e comportamento agressivo” (UNFPA, 2007).

Dadas as fracas condições socio-económicas dos agregados que ocupam as áreas periféricas das cidades, as casas são construídas com os meios disponíveis e sem ter em conta os regulamentos de construção, sendo que na maioria das vezes os terrenos são ocupados de forma ilegal. Essas áreas carecem dos serviços e equipamentos colectivos ou então estes são introduzidos já com critérios completamente diferentes dos vigentes na cidade dotada de planeamento, pois que praticamente não existem espaços disponíveis para a implantação dos mesmos.

Na cidade da Praia, a partir da Independência Nacional, a procura do solo urbano para habitação foi muito elevada. O primeiro período de grande expansão ocorreu até 1980 e teve uma taxa superior a 6,22% ao ano. A tendência de expansão continuou em ritmo elevado na década seguinte, com uma taxa superior a 9,65% ao ano (CMP, 1998). A partir de 1991, a par de uma densificação das áreas mais antigas, quer seja habitação formal ou informal, verificar-se-ia também uma grande expansão para o Norte e para o Oeste (ver Figura 12).

Se levarmos em conta que, nesse período, apenas foram realizadas as infra-estruturas urbanísticas de Palmarejo e de Achada S. Filipe, verificamos que a grande mancha de crescimento ocorrido depois de 1991 deveu-se a uma expansão sem planificação, ou seja, essas áreas foram ocupadas de forma espontânea.

A forte migração e o êxodo rural, cuja característica dominante é a deficiente situação socio-económica dos agregados que, chegados à Praia, não encontraram estruturas de acolhimento em quantidade e direccionada às suas possibilidades económicas, provocaram uma demanda habitacional que não teve respostas adequadas e contribuiu para originar uma urbanização inadequada e assentamentos humanos em áreas muitas vezes sem as condições mínimas de habitabilidade.



Fonte: Movimento África'70/CMP, 2005.

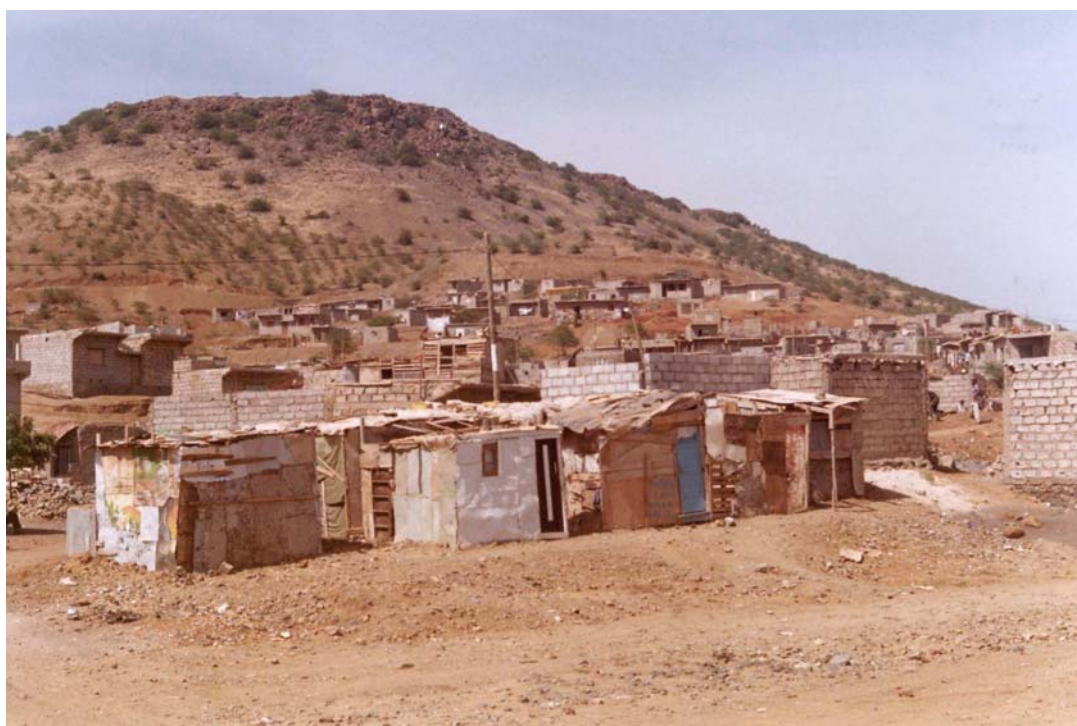
Figura 13 – Expansão espontânea na ribeira de Safende.

O “Relatório de Desenvolvimento Humano – Cabo Verde, 1997” ressalta que os movimentos migratórios do campo para as cidades (e, em consequência, a urbanização) que resultam do agravamento das condições de vida das populações, são de uma importância considerável nas estratégias de sobrevivência das famílias e no futuro do meio rural, considerando que essas populações baseavam sua decisão de deixar as suas terras em razões de ordem económica, acreditando que essa alternativa lhes permitiria melhorar as suas condições de vida, nomeadamente fugir à pobreza.

Vários estudos de carácter académico apontam a degradação das condições de vida das populações rurais, em virtude do desemprego e das secas, como uma das principais causas associadas ao abandono do meio rural e consequente ida dessas populações para as áreas urbanas. O desemprego aparece associado à pobreza e a emigração e o êxodo rural são vistos como formas de escape para suprir as necessidades dessas populações.

Nos concelhos com maior propensão para a prática da agricultura, o saldo migratório é quase sempre negativo, ou seja, é maior o número de pessoas que sai desses concelhos do que o

número daqueles que entra. A seca e a erosão do solo têm provocado a desertificação, cujo impacto na diminuição da produção agrícola e dos recursos florestais é evidente. Em consequência disso, o aumento do desemprego e da pobreza aparecem como corolário desse processo e a emigração e o êxodo rural são as alternativas encontradas pela população local para enfrentarem as dificuldades.



Fonte: Movimento África'70/CMP, 2005.

Figura 14 – Habitações em barracas, Bela Vista, Praia.

Uma economia baseada no sector primário (agricultura, pecuária, pesca, etc.); a pressão demográfica sobre os recursos do ambiente (em particular o solo e os recursos hídricos), já de si escassos e agravados com secas prolongadas; métodos tradicionais de exploração e uso impróprio dos recursos naturais pioram as condições de vida no meio rural, cuja população vê como alternativa a migração para a cidade.

O próprio relatório de desenvolvimento humano no país considerava, em 1997, que a seca e as insuficiências ao nível das políticas do desenvolvimento rural, colocavam “sérias preocupações quanto ao problema migratório interno, especialmente quanto à fixação das populações no campo e à realização do equilíbrio regional”. Estando o campo deficientemente

infra-estruturado, as populações do meio rural procuram, tendencialmente, as oportunidades que se oferecem no meio urbano (PNUD, 1997).

Porém, o que acontece é que muitas vezes as aspirações dessas populações ficam à prova, perante a incapacidade do meio urbano em responder a todas as demandas dos recém chegados. A pobreza (sendo o desemprego e a falta de habitação os principais problemas crónicos que não têm tido uma resolução eficaz e duradoira) aparece assim como um desafio emergente da vida urbana actual.

Aliás, a pobreza constitui um dos principais desafios do país. O relatório sobre o diagnóstico da pobreza em Cabo Verde, realizado em 2004, indica que 36,69% do total da população cabo-verdiana vivia na pobreza em 2001/2002 e que, de entre estes, cerca de 20,5% vivia na extrema pobreza (i.e. o consumo per capita desse grupo estava abaixo de 28\$83 por ano). Deve-se, contudo, frisar que, de acordo com o referido documento, a percentagem da população vivendo na pobreza vinha diminuindo desde 1988/89 (48,97%) e essa diminuição poderia ter sido maior caso a desigualdade entre as classes sociais não tivesse aumentado.

Segundo o relatório do Banco Mundial (2004), a pobreza é mais prevalecente entre as famílias com um maior número de pessoas (46% das famílias com mais de 6 crianças são pobres) e é mais acentuada entre as pessoas com níveis mais baixos de educação (cerca de 85% dos pobres com idade igual ou superior a 5 anos de idade não têm nenhuma educação ou apenas o nível primário). O referido documento indica ainda que o nível de instrução do chefe do agregado familiar tem influência no nível de pobreza do respectivo agregado.

Outro dado importante a reter é que a incidência da pobreza está altamente concentrada entre os jovens e entre a população que vive fora da cidade (por exemplo, 20% da população da Praia vive na pobreza contra 49% entre as pessoas vivendo fora da Praia). Como determinantes da pobreza o estudo apresenta factores como as características demográficas, o emprego, o tipo de trabalho e a educação.

Esses aspectos vêm reforçar a ideia do crescente fluxo migratório do meio rural para o urbano que, conjuntamente com a percentagem do crescimento vegetativo, promovem a expansão urbana em moldes espontâneos e sem controlo. Uma das consequências visíveis dessa

expansão é a estrutura urbana actual que possui a cidade da Praia: bairros desarticulados, carentes em infra-estruturas e equipamentos colectivos.

“Esses bairros têm níveis de pobreza e pobreza extrema que são substancialmente mais altos que os agregados urbanos que não moram nesses bairros”. Outro dado apontado pelo relatório prende-se com o facto de que os moradores – e respectivas crianças – dos bairros espontâneos e degradados “tendem a ser mais vulneráveis a doenças e condições de vida precárias, em parte devido a uma baixa taxa de acesso aos serviços das infra-estruturas básicas (como água, electricidade, saneamento, entre outros)” (Banco Mundial, 2004:21).

6 As respostas institucionais

O aumento absoluto da população urbana desafiou a capacidade das autoridades urbanas para atender às crescentes demandas por moradia e serviços (UNFPA, 2007). Na opinião de Carneiro (1990:43), só se consegue diminuir os impactos negativos dessa situação, se a problemática da habitação e dos problemas conexos forem analisados juntamente com outras questões, designadamente, “elevar o nível de vida e de educação da população e melhorar a qualidade ambiental (...)”.

Para o caso dos países em desenvolvimento, Carneiro (1996:43,44)) apresenta um conjunto de princípios genéricos que, em seu entender, podem ser tidos em consideração na resolução da problemática habitacional, independentemente do lugar onde se apliquem: assegurar infra-estruturas, equipamentos colectivos e serviços; não multiplicar grandes conjuntos de habitação social do tipo existente na Europa Ocidental; descentralização de competências; apoio ao sector cooperativo; ordenamento global do território e formulação de acções integradas de planeamento; adaptar os edifícios aos ambientes natural e social; apoiar a autoconstrução assistida, enquanto potencial da poupança individual e do investimento.

Antes de iniciar o processo de construção haverá que realizar acções que, à partida, garantam algum sucesso ao projecto, nomeadamente: legalizar as ocupações de terreno; facultar acessos fáceis; definir o organismo ou organismos públicos que terão responsabilidades no processo, para evitar conflitos horizontais na administração central ou verticais entre o poder central e o local; obter os financiamentos necessários; respeitar a vontade da maioria dos ocupantes e responsabilizá-los pelo acompanhamento da diferentes fases e, por fim propor um programa de reabilitação ou de expansão, tendo presente que deve assegurar-se um espaço físico melhorado, sem esquecer o estímulo da vida social (Carneiro, 1996:44).

Segundo Benevolo (1997), a resolução do problema das “construções espontâneas” foi esboçada nos anos 50 e 60 “através da habitação popular massificada, efectuada segundo os modelos intensivos já experimentados anteriormente nos países industrializados”.

Mas as características marcantes desse fenómeno a partir dos anos 70 fizeram com que se esboçassem novos modelos de actuação, nomeadamente a construção de uma “habitação popular que assume e racionaliza os modelos «espontâneos» (casas unifamiliares, baixas e podendo ser gradualmente construídas)”. São as primeiras experiências de assistência à autoconstrução e ao desenvolvimento das comunidades.

Um dos impulsionadores da autoconstrução assistida foi John F. Turner, que defendia (Carneiro, 1996:45) ser “possível passar com facilidade da autoconstrução espontânea à autoconstrução assistida”, mas que é necessário “reestabelecer o equilíbrio entre os recursos e os homens para criar a base de um *habitat* autónomo, construído pelos utilizadores num quadro urbano”. A filosofia subjacente a essa actuação, de acordo com J.F.C. Turner (1976) *apud* Benevolo (1997) é a seguinte:

Quando os habitantes controlam as decisões mais importantes e são livres de dar o seu contributo para a elaboração do projecto e para a construção e direcção das suas habitações, o processo global e o ambiente daí resultantes estimulam o bem-estar individual e social. Quando as pessoas não têm controlo nem responsabilidades sobre as opções decisórias do processo, o ambiente habitacional torna-se, pelo contrário, num obstáculo à realização pessoal e num peso para a economia (J.F.C., 1976 *apud* Benevolo, 1997:143).

É um pensamento actual e, hoje em dia, as exigências das pessoas (tanto as ricas como as pobres), em relação à qualidade de vida, são cada vez mais elevadas. Assim, num contexto real de diferenciação social e económico, o processo de urbanização deve levar em conta aquilo que cada indivíduo pode ou não, sozinho, conseguir fazer para melhorar as suas condições de vida e materializar essa preocupação com a disponibilização dos meios necessários a cada um, para construir uma habitação condigna, de modo que a gestão urbana tradicional não provoque discriminações (Benevolo, 1997).

Em Cabo Verde, no período pós independência, o Estado promoveu a construção de habitação destinada aos funcionários públicos (privilegiando os quadros), cooperantes e corpo diplomático. A iniciativa pertenceu à IFH (na altura um organismo da Administração Central

do Estado) e aos municípios (sobretudo Praia e Mindelo). Num momento inicial, essas habitações eram destinadas ao arrendamento, mas, posteriormente, foram vendidas aos seus ocupantes.

A partir de meados dos anos 80 a Administração Central deixou de promover habitação para arrendamento, mas os municípios, com o apoio do Orçamento Geral do Estado, continuaram com programas de construção de fogos de habitação social para as famílias com fracos recursos económicos ou em situação de vulnerabilidade. Entretanto, a IFH prosseguiria na senda da construção de edifícios residenciais para venda, modalidade que tem tido um impacto social bastante positivo⁷, embora a procura exceda largamente a oferta.

A adequação às necessidades e a qualidade do parque habitacional são duas questões fortemente interligadas. Partindo de uma análise nacional (MEPAT, 1997:17), verifica-se que em 1990 existia um “grande equilíbrio entre o número total de fogos e o número total de famílias”. Mas, em termos qualitativos, havia “grandes carências e desequilíbrios importantes, principalmente nos dois principais aglomerados populacionais: Praia e Mindelo”.

Nessa altura, 85,5% das famílias viviam em habitações de carácter espontânea evolutiva e 72,7% não dispunham nem de casa de banho nem de retrete. O referido documento (MEPAT, 1997:18) avança com a ideia de que “as populações que são atraídas para os núcleos urbanos não dispõem, em geral, de recursos monetários gerando-se uma situação de carência a todos os níveis que o mercado não consegue resolver”. Assim, a falta de casas para essas populações assumia um carácter estrutural e estimava-se um défice entre 10.000 e 30.000 fogos, em 1990 (MEPAT, 1997).

Como desadequação qualitativa, o documento (MEPAT, 1997:18) aponta para a “carência dos fogos satisfatórios face a exigências predefinidas de habitabilidade bem como de acessibilidade a serviços e equipamentos urbanos”. São, sobretudo, bairros situados na periferia urbana, com deficiente cobertura em equipamentos, arruamentos e redes de infra-

⁷ Foram criadas modalidades de promoção com conteúdo específico: habitação económica, de stand médio/médio alto; habitação social, destinada à camada da população com carências económicas; e habitação a custos controlados, destinada à camada jovem.

estruturas; fogos com deficientes condições de conforto e higiene, sem água, sem instalações sanitárias e sem acesso à rede de energia eléctrica.

A vertente financeira da promoção habitacional foi outra das dificuldades encontradas por quem quisesse adquirir ou construir casa própria. Apesar da existência de uma linha de crédito bonificado por parte do Estado, especialmente para os jovens, essa tarefa vinha-se mostrando difícil, porquanto o nível salarial era incompatível com as elevadas taxas de juros praticadas, além da fraca capacidade de poupança da maior parte das pessoas.

O aparecimento de promotores privados e o início de financiamento pelo sistema bancário marcou um processo alternativo à predominância do sector público, tendo daí surgido alterações significativas e uma outra dinâmica no sector habitacional. Ainda assim, continuava a haver um défice de oferta em relação à procura, sobretudo, junto das camadas economicamente desfavorecidas, situação que se mantém ainda hoje.

Em matéria de ordenamento do território municipal, dados da Direcção Municipal do Urbanismo – Serviço de Cadastro da CMP, mostram que dos planos existentes, com excepção do plano cadastral e do plano toponímico, nenhum outro plano foi elaborado para as áreas de crescimento espontâneo, antes de 1991. No âmbito do processo de legalização de “habitações clandestinas”, levada a cabo pelo município, algumas dessas zonas foram beneficiadas com planos de loteamento, mas nenhuma delas possui ainda um Plano Urbanístico Detalhado (PUD).

Os planos aprovados pela CMP foram os seguintes: PUD do Plateau (aprovada em Junho de 1993); Plano de Desenvolvimento Urbanístico (PDU) do Palmarejo e Quebra Canela (aprovada em Junho de 1988 mas cuja publicação no BO só aconteceu em Dezembro de 1990); PUD do Palmarejo e Quebra Canela (aprovada em Outubro de 1993); PDU e PUD de Achada S. Filipe (aprovada em Junho de 1988 e publicada no BO em Dezembro de 1990). Outros planos mais recentemente aprovados dizem respeito apenas aos projectos urbanísticos pertencentes a entidades privadas, contudo focalizados para a classe média/alta da sociedade.

Foram realizados estudos que constituíram a primeira fase do projecto de elaboração do Plano Director Municipal (PDM) da Praia, em 1998, documento esse em fase de conclusão.

Capítulo 2: Caracterização e diagnóstico

1 Contexto e condições socio-económicas

1.1 Contextualização das áreas de crescimento espontâneo

O concelho da Praia está localizado a Sudoeste da ilha de Santiago e o seu território cobre uma área⁸ de 108,300 Km². Apresenta fronteiras com o Concelho de São Domingos a Nordeste e com o recém-criado Município de Ribeira Grande de Santiago a Sudoeste. A topografia do concelho enquadra-se numa ilha vulcânica (Santiago), com uma superfície total de 991 Km².

No seu conjunto, o território da Praia é dominado por relevos de “achadas”, planaltos estruturais de basalto em níveis altimétricos variáveis, desde os 5 a 10 metros nas proximidades do litoral até níveis de 180 a 200 metros no interior. Sobre as achadas existem colinas isoladas constituídas por cones vulcânicos testemunhando antigas erupções de carácter explosivo e localizados, e relíquias de antigos planaltos em níveis mais elevados que da generalidade das actuais achadas.

Este conjunto topográfico apresenta-se cortado por vales de orientação geral norte-sul, isto é, no sentido da inclinação geral do relevo. Estes vales apresentam-se encaixados a montante terminando em amplas aberturas junto à foz, quase sempre em pequenas praias que atingem a dimensão de baía no caso de Santa Maria da Praia. A combinação dos elementos geomorfológicos desta região da ilha gera uma paisagem vulcânica modelada pelo tempo e pela acção do homem, com ampla bacia visual com grande valor estético apesar da aridez dominante nesta vertente da ilha.

O concelho da Praia está localizado na vertente sotavento em relação aos ventos alísios. É um concelho muito árido, em que a média anual das precipitações é inferior a 300mm e concentradas num curto período de menos de 3 meses (Agosto, Setembro e princípios de Outubro). Com elevada frequência ocorrem anos totalmente secos.

⁸ Antes da criação do Município de Ribeira Grande de Santiago a Praia tinha um território de 258,100Km².

A expansão espontânea da cidade da Praia, em grande parte ocorrida depois de 1990, ocupa uma área considerável da superfície urbana. Se no período pós independência essa expansão foi pouco alarmante e não comprometeu o desenvolvimento urbano, a “explosão do crescimento” verificada na década de 1990, parece ter provocado uma fragmentação do território urbanizado e, a expansão espontânea constitui, hoje, o fenómeno principal desse crescimento.

Por um lado, a pobreza urbana é relacionada directamente com o êxodo rural, por outro, “a população de baixo nível de renda (migrada ou residente) teve como opção ocupar os interstícios dos bairros mais antigos, densificando-os ou contribuindo para a sua expansão de forma espontânea”, tendo esse modelo de desenvolvimento trazido algumas desvantagens, tais como “um aumento da pobreza urbana (do modo de vida ambiental, económica, individual e social)” e “a impossibilidade assumida de realizar infra-estruturas e equipamentos devido à ausência de espaços livres” (CMP, 1998).

Na Praia o que convencionalmente é reconhecido como sector habitacional informal constitui a componente maior do processo expansivo em curso. Trata-se de inúmeras construções precárias cujos aspectos recorrentes são a modesta qualidade habitacional, carências de infra-estruturas e serviços e, do ponto de vista do processo de construção, o grande recurso à autoconstrução em lotes ocupados de forma ilegal. (...) As dimensões desse problema tornaram-se evidentes com a expansão dos bairros espontâneos, que alargaram a periferia da cidade (Cusinato *et al*, 2003:10).

O Relatório do Desenvolvimento Humano em Cabo Verde – 1997, sublinhava o facto da rápida urbanização não obedecer a um plano urbanístico coerente, associava as construções espontâneas com a falta de ordenamento do território e apontava como resultado dessa desorganização, a carência de infra-estruturas essenciais, como “instalações sanitárias públicas, bibliotecas, parques verdes, praças, instalações ou espaços para mercados e outros serviços de interesse da colectividade” (PNUD, 1997).

Na verdade, antes de 1991 não existiu qualquer tipo de plano (sejam planos de loteamento ou planos detalhados) para as zonas periféricas da cidade e as construções foram feitas sem o devido processo de loteamento/licenciamento. O que veio a suceder-se posteriormente foi um processo de legalização, fora de um quadro legal de planificação e reordenamento territorial. Assim, uma das principais características das zonas de crescimento espontâneo é o facto da

sua formação enquanto bairro se ter iniciado numa altura em que a municipalidade não dispunha de planos urbanísticos para proceder à gestão territorial.

Aliado a esse facto, o abandono a que muitos dos terrenos privados⁹ se encontrava, propiciou a ocupação ilegal dessas propriedades, que foram utilizadas para construção habitacional. Desse modo, as construções espontâneas, tendencialmente foram afastando-se do centro da cidade, até porque as áreas mais próximas do centro já se encontravam fortemente densificadas. Apenas algumas (poucas) zonas ofereciam ainda potenciais oportunidades de construção habitacional¹⁰. A grande mancha urbana de construção espontânea situa-se na cintura interior da cidade, conforme se pode verificar na Figura 15.

As zonas da cidade da Praia que representam as áreas de crescimento espontâneo¹¹, às quais fazemos referência neste estudo, são as seguintes:

Localização	Zonas
Norte	Monteagarro; Safende; Calabaceira; S. Pedro/Latada
Leste	Ponta d'Água/Achadinha Pires; Castelão/Coqueiro; Paiol; Lém Cachorro; Encosta Lém Ferreira
Centro	Santa Rosa/Encosta de Terra Branca; Pensamento; Eugénio Lima; Simão Ribeiro; Bela Vista
Sul	Monte Vermelho; Tira Chapéu/Vale do Palmarejo

Fonte: Movimento África'70/CMP, 2005.

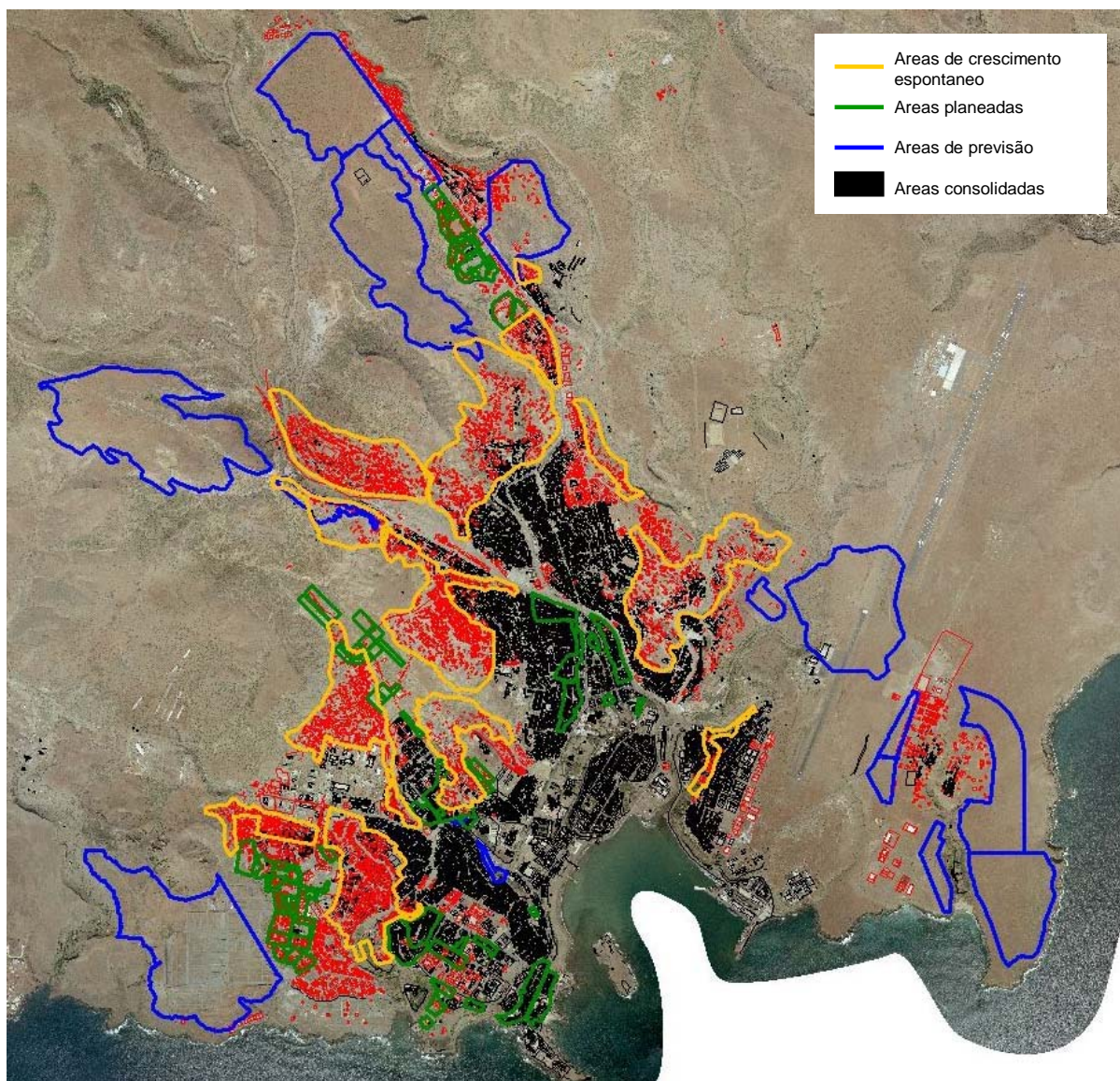
Tabela 1 – Zonas de crescimento espontâneo recente.

As características comuns desses bairros são: a falta de funções urbanas com carácter dominante, com excepção da função habitacional; uma organização espacial suportada em malhas desorganizadas e onde o nível de conforto está abaixo da média da restante parte da cidade; ausência quase total de equipamentos e infra-estruturas urbanas básicas em quantidade e qualidade suficientes; fragilidade orográfica (terrenos com acentuado declive e leitos de ribeiras); ilegalidade na ocupação do terreno; ausência de processo de licenciamento; ausência de critérios na implantação das construções; grande recurso à autoconstrução.

⁹ Estima-se que cerca de 80% dos terrenos da cidade da Praia pertencem a privados.

¹⁰ Os casos, por exemplo, do bairro do Paiol, Lém Cachorro e da encosta de Lém Ferreira.

¹¹ De acordo com a amplitude e delimitação do presente estudo (utilizamos os critérios adoptados no âmbito do documento “Linhas directrizes para um programa de intervenção para a requalificação dos bairros espontâneos da cidade da Praia”.



Fonte: Movimento África'70/CMP, 2005.

Figura 15 – Áreas de crescimento da cidade da Praia.

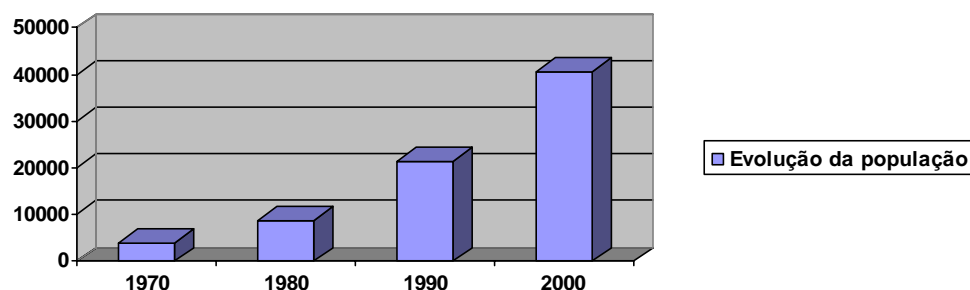
Se, por um lado, a tendência das novas urbanizações é oferecer habitação para a classe média-alta, com todas as condições de conforto e de redes de infra-estruturas urbanas, no outro extremo tem-se a situação de milhares de famílias que vivem em condições péssimas, quer em termos de segurança física e pessoal dos seus bens, como também no que diz respeito às infra-estruturas urbanas básicas.

Entretanto, com o início do mercado imobiliário nas áreas de crescimento espontâneo, bem como alguns investimentos públicos já realizados, pelas Entidades Oficiais, torna-se necessário separar duas situações distintas:

- Uma, relacionada com as pessoas que efectivamente têm carências económicas e que vivem com grandes dificuldades financeiras, tendo por isso necessidade de recorrer à autoconstrução “clandestina”;
- Outra, relativa aos construtores “clandestinos”¹² que, não carecendo, necessariamente, de habitação, aproveitam-se da especulação imobiliária e da grande procura habitacional por parte das pessoas com baixa renda mensal, para construírem habitações com intuito comercial.

1.2 Desenvolvimento populacional

O concelho da Praia abrangia, até 1996 (altura em que foi criado o Município de S. Domingos) as Freguesias de Nossa Senhora da Graça, Nossa Senhora da Luz, Santíssimo Nome de Jesus, São Nicolau Tolentino e São João Baptista. Em 2005, com a criação do Município de Ribeira Grande de Santiago, o concelho da Praia passou a abranger apenas a Freguesia de Nossa Senhora da Graça.



Fonte: INE.

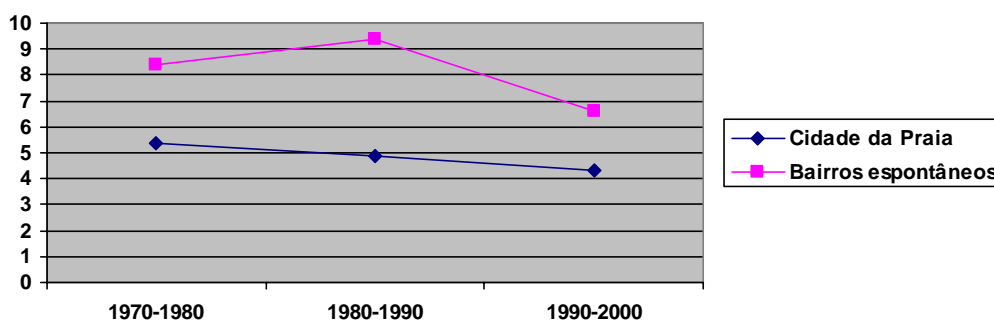
Figura 16 – Evolução da população residente nos bairros espontâneos, de 1970 a 2000.

Os dados do INE indicam que os bairros de crescimento espontâneo referenciados no presente estudo albergavam, no seu conjunto, mais de 40.000 habitantes, no ano 2000. O bairro mais populoso era o de Eugénio Lima, com perto de 7.000 habitantes, seguido de Ponta d’Água com quase 6.000 e Tira Chapéu, com mais de 5.000 habitantes.

¹² Este estrato está geralmente ligado aos processos de aluguer e/ou compra de uma habitação, não tanto à realização de autoconstrução.

Nas áreas homogêneas espontâneas delimitadas pela CMP residiam mais de 24.000 habitantes (o que representa cerca de 60% da população total dos bairros, na sua globalidade territorial, justificando assim a utilização dos dados do INE, pois têm relevância para a caracterização que pretendemos fazer neste estudo, salvaguardando as observações feitas no início).

As zonas centro e norte da cidade albergavam o maior número de população (mais de 7.000 habitantes cada), enquanto que a zona leste teve um menor incremento no crescimento populacional. Tira Chapéu/Vale do Palmarejo a Sul e Safende/Calabaceira a Norte eram os bairros mais povoados com mais de 4.000 habitantes cada. Como verificamos na Figura 17, os bairros espontâneos tiveram uma taxa de crescimento da população bastante superior à cidade da Praia, chegando aos 9,4% na década de 1980-1990. Todavia, essa taxa teve uma diminuição, passando para os 6,6% no ano 2000.



Fonte: INE, Censo 70/80/90/00.

Figura 17 – Taxa de crescimento da população, segundo as áreas, de 1970 a 2000.

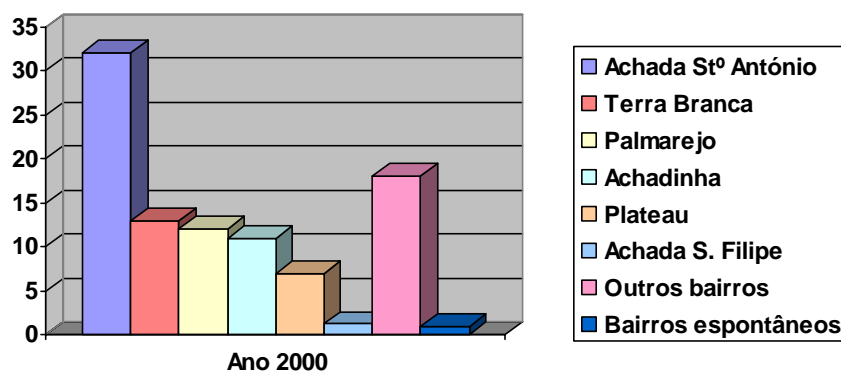
Embora a população da cidade da Praia tenha vindo a aumentar, os dados deixam claro que a taxa de crescimento da população urbana tem diminuído, seja ao nível da cidade, seja nos bairros espontâneos, ficando evidente que a taxa ocorrida entre 1990 e o ano 2000 é inferior à das décadas precedentes. Os bairros com maiores taxas de crescimento da população, na década de 1990-2000, foram os de: S. Pedro Latada (15%); Pensamento (12%); Castelhão/Coqueiro e Eugénio Lima (com taxa superior a 9%).

O bairro do Paiol apresentava uma taxa de crescimento populacional negativo (-3,8%), com certeza devido à migração da sua população para outros bairros da cidade. Por outro lado, verificamos, p. ex., que os bairros de Calabaceira e de Ponta d'Água, que tiveram a maior

taxa de crescimento populacional (respectivamente, 31,2% e 26,6%) na década de 1980-1990, viram as suas populações crescerem, respectivamente, 7,4% e 6,1% na década de 1990-2000. Igualmente, os bairros de Tira Chapéu e Lém Cachorro tiveram uma redução na taxa de crescimento populacional, entre 1990 e o ano 2000.

1.3 Indicadores de Educação

No que se refere à área da educação, os dados do Censo 2000 mostram uma cidade da Praia com muitos contrastes, quer ao nível dos diferentes bairros, quer no respeitante à questão do género. A nível urbano, 24% da população com idade igual ou superior a 4 anos, não sabia ler nem escrever. Por outro lado, 16% da população com idade igual ou superior a 15 anos não sabia ler nem escrever (a média nacional era de 25% e a de S. Vicente era de 19%). As pessoas com formação superior residiam, predominantemente, nos bairros consolidados e melhor infra-estruturados, conforme ilustra a Figura 18.



Fonte: INE, Censo 2000.

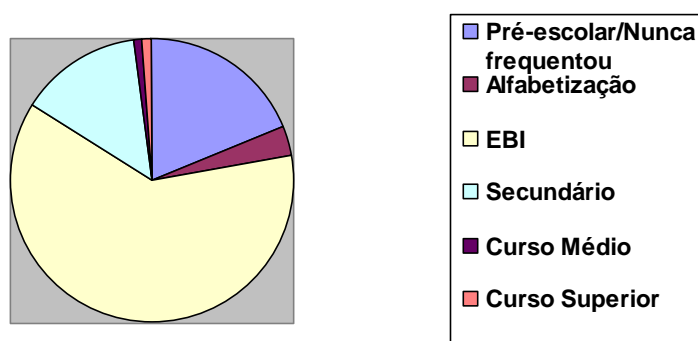
Figura 18 – Local de residência das pessoas com formação superior, em 2000.

O número de pessoas com formação superior era, em 2000, inexpressivo nos bairros espontâneos, como são os casos de Eugénio Lima, Tira Chapéu, Monteagarro, Safende, São Pedro Latada, Pensamento, Ponta d'Água e Castelão. Nesses bairros, a percentagem de quadros superiores era inferior a 1% do total.

Os dados referentes aos chefes de agregado familiar, mostram que à medida que aumenta o nível de instrução, baixa a percentagem de mulheres com esse mesmo nível de instrução. A

situação inversa verificava-se no caso dos homens. Dos 21.608 chefes de agregado familiar, na cidade da Praia, 16,3% não possuía qualquer nível de instrução (com predominância para as mulheres), 53,4% possuía apenas o EBI, enquanto que cerca de 18% possuía o ensino secundário. 1,9% e 6,5% dos chefes de agregado possuíam, respectivamente, o curso médio e superior.

Dos chefes de agregado com formação superior, cerca de 20,4% era de sexo feminino, enquanto que 79,6% era do sexo masculino. No extremo oposto, ou seja, as pessoas sem nível de instrução, as mulheres representavam 67,7% enquanto que os homens representavam 32,3%. Mesmo ao nível do EBI, a relação é de 36% para as mulheres e 64% para os homens, com esse nível de instrução.



Fonte: INE, Censo 2000.

Figura 19 – Nível de instrução do chefe de agregado familiar, nos bairros espontâneos.

De uma maneira geral, o nível de instrução é um pouco mais baixo nos bairros espontâneos, comparativamente à realidade dos outros bairros da cidade. A figura 19 mostra que a grande maioria dos chefes de agregado familiar nas áreas de crescimento espontâneo possuíam apenas o Ensino Básico Integrado (EBI), representando 61,2% do total de agregados. Uma percentagem significativa possuía o pré-escolar ou nunca frequentou um estabelecimento de ensino (18,7%) e 14% tinha atingido o nível do Ensino Secundário.

O bairro do Paiol era o que detinha o maior percentual de chefes de agregado com curso superior (4,9%), seguido de Ponta d'Água (1,7%) e Pensamento (1,6%). Os bairros cujos chefes de agregado possuíam os piores níveis de instrução eram São Pedro/Latada,

Pensamento e Tira Chapéu (com 21% cada um deles) e Lém Cachorro (20%), mas mesmo assim, relativamente perto da média dos restantes bairros, que era de 18,7%.

1.4 Base económica e emprego

A cidade da Praia é o maior centro de actividades económicas de Cabo Verde e, de acordo com dados do Censo 2000, nessa altura já residiam na capital do país cerca de 1/4 da população activa cabo-verdiana. Entre o ano 2000 e 2002 a taxa de desemprego na Praia passou de 19% para 16% (a média nacional era para o mesmo ano de 22%) tendo, entretanto, subido para 26,2% em 2005, conforme indica a Tabela 2. O Inquérito ao Emprego realizado em 2005 indica que 66% da população com 15 anos ou mais era activa, representando uma força de trabalho em percentual acima da média nacional.

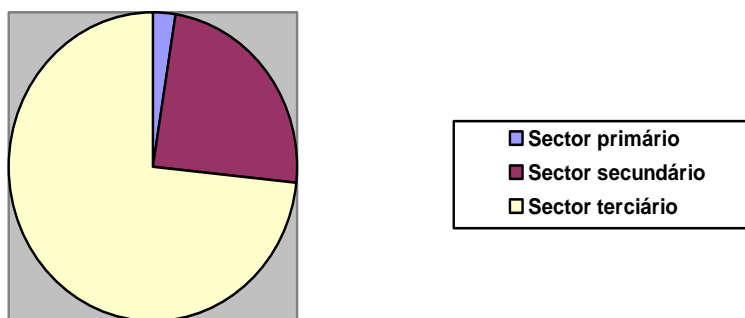
Características económicas	Fonte	
	IDRF, 2002	IE, 2005
População activa	41.758	43.454
População inactiva	25.688	22.542
População empregada	34.921	32.050
População desempregada	6.837	11.404
Taxa de desemprego	16%	26,2%
Taxa de desemprego chefes de agregado		12,7%

Fonte: INE – IDRF, 2002; IE, 2005.

Tabela 2 – Condição na actividade económica de população com 15 anos ou mais, na cidade da Praia.

Em 2000, cerca de 25% da população ocupada da cidade da Praia trabalhava no comércio enquanto que cerca de 14% trabalhava na administração pública. Os sectores que albergavam o maior número de trabalhadores eram o comércio, a construção civil, os transportes, a administração pública, as indústrias transformadoras, armazenagens e comunicação, que, no seu conjunto, asseguravam emprego a cerca de 2/3 da população praiense.

Nos bairros espontâneos, de acordo com os dados do Censo 2000, os chefes de agregado em pior situação, no que diz respeito ao desemprego, residiam nos seguintes bairros: Vale do Palmarejo (9,2% de desempregados); Paiol (8,3%); Achadinha Pires (8%); Lém Ferreira (7,8%); e Safende (7,5%). Calabaceira e Pensamento eram os dois bairros com menor taxa de desempregados entre os chefes de agregado, com 3,7% e 4,5%, respectivamente.



Fonte: INE, Censo 2000.

Figura 20 – População empregada de 15 anos ou mais residente nos bairros espontâneos, segundo o sector de actividade.

A figura 20 indica que 71,4% da população com quinze anos ou mais, residente nas áreas de crescimento espontâneo, encontrava os seus meios de subsistência no sector terciário, enquanto que 23,6% era no sector secundário. Os dados mostram ainda que apenas 2,4% da população desses bairros nessa faixa etária se dedicava a actividades do sector primário. Em todos esses bairros é elevada a percentagem de pessoas no sector terciário, contudo, destacando-se Lém Ferreira (79%), Lém Cachorro (77,8%), Paiol, Castelão/Coqueiro e Calabaceira (estes últimos com cerca de 73%).

As actividades do sector secundário eram exercidas em maior percentagem pelas populações de Vale do Palmarejo (37,6%), do Pensamento (28,2%), de São Pedro/Latada (28%), de Monteagarro (25,6%) e Tira Chapéu (25,5%). As actividades do sector primário eram exercidas em maior percentagem nos bairros de São Pedro/Latada (6,4%), Tira Chapéu (5%), Vale do Palmarejo (3,8%) e Monteagarro (3,6%).

Em termos do principal meio de vida¹³ do chefe de agregado familiar¹⁴ nos bairros espontâneos, verifica-se que 78,7% estava dependente do trabalho para conseguir os meios de vida para o sustento familiar e apenas 1% dependia do rendimento de propriedade/empresa. No que se refere à dependência de outrem, 8,7% dos chefes de agregado familiar estavam a

¹³ Origem dos meios para satisfazer as necessidades com a alimentação, o vestuário, a saúde, o lazer, a educação, etc. INE, Censo 2000.

¹⁴ Ver Anexo A7.

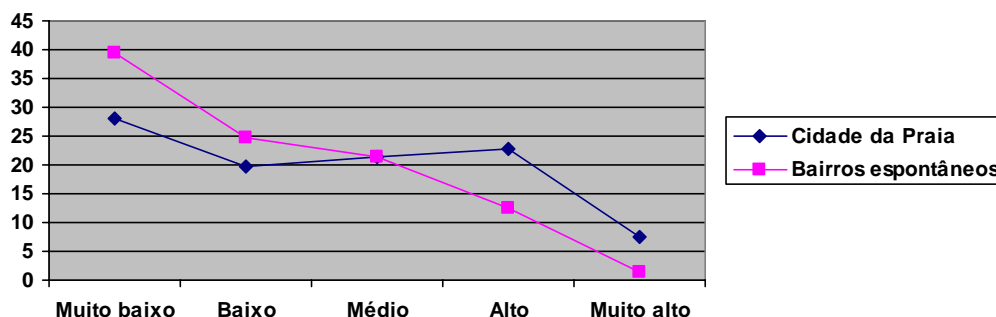
cargo da família residente em Cabo Verde, enquanto que 3,5% estava a cargo de família residente no estrangeiro.

Verifica-se que o grau de dependência das famílias residentes em território nacional é maior nos bairros de Lém Cachorro (16,2%), Vale do Palmarejo (13,8%), Paiol (12,4%), Lém Ferreira (11,4%) e S. Pedro/Latada (11%). Os restantes bairros apresentavam valores abaixo dos 10%. Relativamente à dependência de familiares residentes no estrangeiro, Achadinha Pires aparece no topo com 6,2%, seguido de Paiol (5,5%) e de Eugénio Lima (5,2%).

1.5 Níveis de conforto

Os bairros de Eugénio Lima, Monteagarro, Safende, Tira Chapéu, S. Pedro/Latada, Pensamento, Ponta d'Água e Castelão, enformam a cintura da cidade da Praia. São os bairros mais carentes em infra-estruturas e equipamentos colectivos e onde as famílias têm menos conforto. Os dados do Censo 2000 mostram que mais de 60% das famílias desse grupo de bairros têm níveis de conforto baixo ou muito baixo.

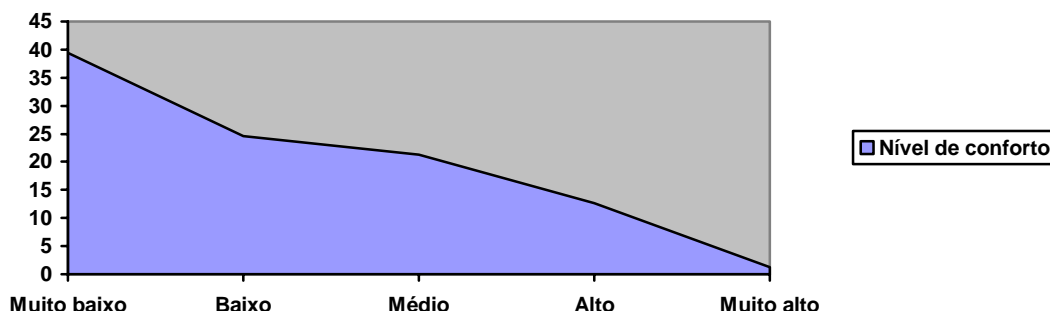
Por outro lado, os dados do Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) realizado em 2002, indicam que os pobres continuavam a ter os mais baixos níveis de conforto (44,6% contra 7,7% de nível de conforto muito baixo para pobres e não pobres, respectivamente) enquanto que os níveis mais altos de conforto abrangem as pessoas não pobres (0,6% contra 30,9% de nível de conforto muito alto para pobres e não pobres, respectivamente).



Fonte: INE, Censo 2000.

Figura 21 – Nível de conforto dos agregados familiares, segundo as áreas.

No extremo oposto aos bairros espontâneos, estavam os bairros melhor dotados de infra-estruturas urbanas e apresentavam os mais elevados valores do índice de conforto: Prainha com 76,9% de nível de conforto muito alto destacava-se na frente, seguido de Terra Branca (35,8%), Fazenda (31,5%), Chã d'Areia (30,5%) e Achada Sto. António (18,8%).



Fonte: INE, Censo 2000.

Figura 22 – Nível de conforto dos agregados familiares, nos bairros espontâneos.

Dos agregados familiares residentes nos bairros espontâneos da cidade da Praia, 39,4% tinham um nível de conforto muito baixo, 24,6% tinham nível baixo e apenas 1,3% tinham nível muito alto. Uma análise comparativa entre os dados das Figuras 21 e 22 deixa evidente a diferença nos níveis de conforto existente, nas duas realidades da cidade da Praia.

De referir que os agregados familiares cujos níveis de conforto eram muito alto se concentravam sobretudo nos bairros de Lém Ferreira (8,2%), Paiol (4,6%) e Lém Cachorro (3,1%). No outro extremo, ou seja, agregados com níveis de conforto muito baixo, encontravam-se os bairros de São Pedro/Latada (66,8%), Vale do Palmarejo (64,8%), Achadinha Pires (61%) e Pensamento (49,3%).

Dos agregados residentes nos bairros espontâneos, 21,2% tinha um nível de conforto médio e 12,6% tinha um nível de conforto alto. Lém Ferreira tinha a maior percentagem de agregados com alto nível de conforto (33%), seguido de Paiol (32,9%) e de Lém Cachorro (21,7%). Igualmente, eram esses três bairros que tinham as mais altas percentagens de agregados com um nível de conforto médio.

2 Estrutura urbana

2.1 As superfícies de ocupação, riscos e vulnerabilidades

A migração na cidade da Praia, de pessoas com perspectivas de melhorar o seu nível de vida, tem determinado enormes pressões no sector habitacional. Na falta de habitação económica e social ao alcance das suas possibilidades financeiras, a solução passa pela ocupação ilegal de terrenos para a construção (de habitação própria ou para arrendamento). Achada Sto. António e Achadinha eram os dois bairros da capital com maior número de unidades de alojamento, albergando, em 2000, cerca de 1/4 dos agregados familiares residentes na cidade.

A CMP (Movimento África'70, 2005) aponta para um aumento na ordem dos 113% da superfície edificada, no período compreendido entre 1990 a 2000, ou seja, aquela passou de 368 ha para 787 ha. Sobretudo no que concerne à quota relativa à edificação informal, no ano 2000 cerca de 21,87% era em terrenos de elevada inclinação, contra os 8,47% registrados em 1990.

ANO	SUPERFICIE (ha)							
	Formal	%	Informal	%	Informal inclinação>30%	%	Total	%
1990	132	35,87	236	64,13	20	8,47	368	100
2000	261	33,16	526	66,83	115	21,86	787	100
Aumento	97%		123%		560%		113%	

Fonte: África'70, Câmara Municipal da Praia, 2005.

Tabela 3 – Variação de superfície de ocupação na Praia, entre 1990 e 2000.

As construções situadas sobretudo nas encostas com acentuado declive e nos leitos de ribeiras ocasionaram modificações no meio físico e ambiental, tendo o volume construído, muitas vezes sem uma organização coerente, como consequência, uma progressiva redução das acessibilidades ao bairro e dificuldades de circulação interna. Algumas construções são feitas sobre as linhas de água o que ocasiona, nas épocas de chuva, inundações e deslizamento de terras, como corolário da redução da capacidade de drenagem natural (CMP, 2005). As Figuras 23 e 24 ilustram essa outra realidade das zonas de crescimento espontâneo.

As diversas lógicas de implantação das construções fizeram com que, em diversos bairros de carácter espontâneo, passasse a haver uma progressiva redução das acessibilidades, visto que as novas construções tendencialmente são implantadas ladeando os caminhos existentes e comprometendo inevitavelmente as suas dimensões (normalmente reduzidas) e dificultando a sua ampliação bem como o acesso às edificações em lotes vizinhos ou próximos (CMP, 2005).



Fonte: Fotografias do autor, 2006.

Figuras 23 e 24 – Construções espontâneas nas encostas e ribeira de Safende.

Além disso, há uma redução das capacidades de drenagem das águas pluviais, na medida em que as referidas construções provocam a redução das larguras naturais das ribeiras; o aumento dos aterros e acumulações de terras provenientes das escavações que, depositadas nas linhas de água, criam barramentos e consequente situações de alagamento.

De igual modo, as situações de escavações descuidadas agravam as situações de perigo de desmoronamento, tendo em conta que essas escavações resultam em aterros instáveis e depositados sobre terrenos inclinados, na maioria dos casos, sobre áreas construídas e/ou habitadas. Por outro lado, as escavações efectuadas fazem com que todo material seja arrastado pela água das chuvas, inundando as construções mais baixas e as ruas da cidade, na sua parte baixa.

O aumento das construções espontâneas em locais inapropriados trouxe sérios problemas de desenvolvimento dessas zonas, no respeitante a infra-estruturação (água, esgotos,

comunicações, etc.) e construção de equipamentos colectivos, além de outras consequências, como enxurradas, aluimento de terras, etc.

Nota-se que as características estruturais do edificado potenciam o surgimento dos problemas sanitários e de saúde pública, resultantes da acumulação de resíduos sólidos urbanos; de doenças e epidemias que surgem sobretudo nas épocas chuvosas, em consequência da contaminação da água, das más condições de higiene e ainda pela inexistência ou insuficiência de estruturas de recolha e tratamento de lixos.

Nos bairros em estudo verifica-se a permanência de hábitos, eminentemente, rurais, como a criação de animais nas residências ou então soltos nas ruas. Este facto constitui ainda hoje um problema para a municipalidade praiense, pois que diariamente se encontram animais soltos e a circular pelas ruas da cidade, seja no centro da mesma seja nos bairros periféricos.

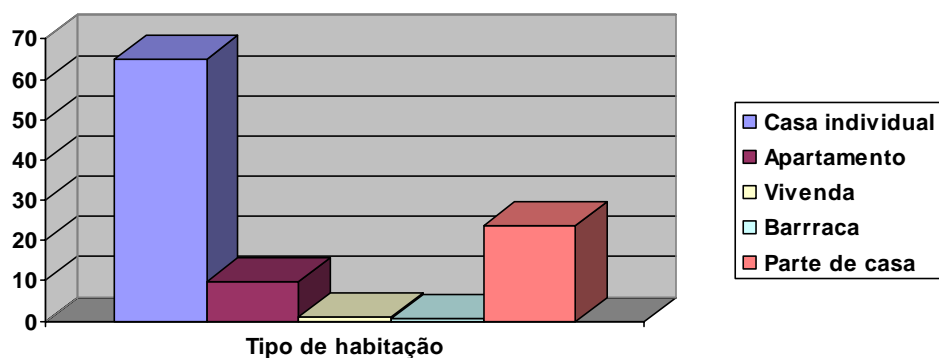
O desenvolvimento posterior dos bairros espontâneos esteve sujeito a alguma tentativa da CMP em pôr cobro à situação de indisciplina urbana, no que diz respeito às construções ditas “clandestinas”. Se, por um lado, a Câmara conseguiu travar a descaracterização urbanística total de alguns bairros, derivados desse “processo ilegal” de ocupação e construção habitacional, por outro lado esteve preso, quer à falta de meios quer à ausência de autoridade, para pôr cobro às situações acima referidas¹⁵.

2.2 Formas do edificado

A nível do edificado, as características das habitações reflectem a situação socio-económica dos seus moradores e a falta de infra-estruturas urbanas básicas pode potenciar o alargamento da cintura da pobreza, pois a cidade cresce todos os dias, continua a haver êxodo do meio rural e migração de outras ilhas, sem que a cidade ofereça as melhores condições de acolhimento, nomeadamente com uma planificação urbanística que contemple soluções habitacionais para a camada social mais vulnerável.

¹⁵ A título exemplificativo, apresenta-se o caso das demolições efectuadas no bairro de Santa Rosa, em 1994. A reacção popular fez com que a CMP recuasse na sua posição. A alternativa encontrada foi a de legalização das restantes construções, tendo daí surgido um PDU para o local. A partir dessa data, as construções em Santa Rosa/Encosta de Terra Branca tiveram um grande incremento, na perspectiva de serem, também, legalizadas.

Na Praia, a casa individual constitui o tipo de habitação maioritariamente edificado, conforme ilustra a figura 23. Por sua vez, a parte de casa representa um número bastante significativo, no contexto geral da cidade. Quanto ao regime de ocupação, dos 21.608 agregados familiares existentes em 2000, 54,2% possuíam habitação própria, 35,8% viviam em habitação arrendada/subarrendada e apenas 9% vivia em habitação cedida.



Fonte: INE, Censo 2000.

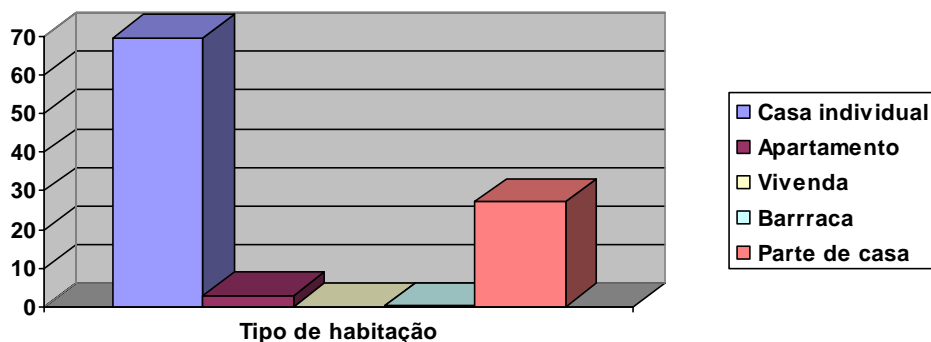
Figura 25 – Tipo de habitação, por agregados familiares, na cidade da Praia.

Cerca de 81% das habitações próprias eram casas individuais, 8,1% eram apartamentos e 8,7% eram parte de casa. Em relação às habitações arrendadas/subarrendadas, 44,1% eram parte de casa, 42,1% eram casas individuais e apenas 13,3% eram apartamentos. De notar que, embora em percentagem marginal, as barracas também eram arrendadas/subarrendadas.

Nas áreas de crescimento espontâneo, o tipo de habitação dominante é a “casa individual”, representando, de acordo com dados do Censo 2000, 69,4% do total das construções edificadas nessas áreas, sendo que a zona de S. Pedro/Latada apresentava a maior percentagem desse tipo de edificação, com 94,7%, seguido de Achadinha Pires com 90,2%. A menor percentagem pertencia a Lém Ferreira (43,8%). De todo o modo, os dados indicam que não existem grandes diferenças, em termos percentuais para esse tipo de habitação, nas várias zonas que compõem o universo dos bairros espontâneos.

O tipo “parte de casa” representava 27% do total do edificado habitacional nos bairros espontâneos e o bairro com a maior percentagem desse tipo era Tira Chapéu (46,1%), seguido

de Lém Ferreira (42,2%) e Eugénio Lima (34,9%). Achadinha Pires e Paiol eram os bairros com a menor percentagem desse tipo de habitação, com 6,7% e 8%, respectivamente.



Fonte: INE, Censo 2000.

Figura 26 – Tipo de habitação, por agregados familiares, em áreas de crescimento espontâneo.

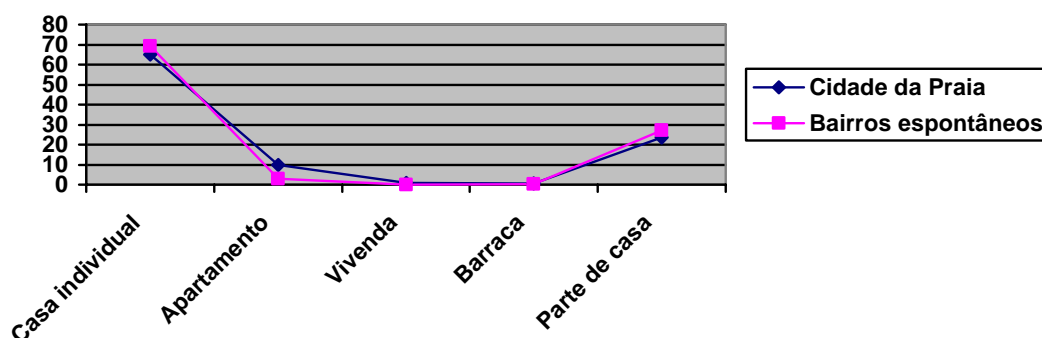
Apenas 3% das habitações edificadas nos bairros espontâneos eram apartamentos. No Paiol e em Lém Ferreira 21,2% e 13,7%, respectivamente, das construções eram apartamentos, enquanto que em bairros como Monteagarro, São Pedro/Latada, Safende, Eugénio Lima e Tira Chapéu era inexpressivo o número de apartamentos existentes (valores abaixo de 1%).

As “vivendas” e “barracas” representam 0,1% e 0,3%, respectivamente, das habitações. O Bairro que apresentava o maior número de habitações em barracas era Achadinha Pires (1%) e essa percentagem nos restantes bairros espontâneos era pouco significativa.

As barracas são, em geral, ou muitas vezes, alojamentos provisórios em lotes ocupados de forma ilegal, enquanto se aguarda pela construção de uma habitação com outras características. Dependendo das possibilidades financeiras do seu proprietário, assim está determinado no tempo a sua permanência no local de construção. Os dados do Censo 2000 indicam, portanto, que mais de 2/3 das habitações edificadas nas áreas de crescimento espontâneo estavam já em fase avançada de construção, o que reforça a ideia do carácter evolutivo dessas construções.

Na verdade, se associarmos o facto de que 1/4 das habitações edificadas nas referidas áreas constituem-se em “parte de casa”, ou seja, construções que não reúnem condições de

habitabilidade, mas que são de facto o factor principal para o início da consolidação física do bairro, enquanto parte integrante da “cidade informal”, compreende-se que de noite para o dia já “nasça” uma nova habitação.



Fonte: INE, Censo 2000.

Figura 27 – Tipo de habitação, segundo as áreas.

A Figura 27 mostra-nos que, no respeitante às tipologias de habitação existentes na Praia, a situação é praticamente idêntica, quer se trate de áreas de crescimento espontâneo, quer sejam as restantes áreas urbanas. Como vimos, a taxa de crescimento da população urbana diminuiu na década de 1990-2000 (ver Figura 17). Todavia, o valor do aumento da superfície de ocupação foi superior a 100%, com incidência particular nas construções informais em superfícies com inclinação superior a 30% (tabela 3).

Apesar das insuficiências de dados mais relacionados às áreas homogêneas de crescimento espontâneo, delimitadas pela CMP, de tudo quanto vimos até ao momento, parece ser razoável afirmarmos que existe uma grande similitude nos processos de ocupação e construção de habitações, bem como nas características marcantes da realidade social, nos bairros espontâneos, quer na parte formal quer na informal.

Naturalmente, há um conjunto de características específicas relacionadas ao edificado informal a partir do ano de 1991, já referidas no início deste estudo, mas que, em nosso entender, não comprometem a validade da caracterização que temos vindo a fazer, com base nos dados a que conseguimos ter acesso.

Como se pode ver nas Figuras 28 e 29, existe também um número significativo de construções surgidas ou em fase de concretização, cuja finalidade é o “negócio”, ou seja, com finalidade especulativa, para venda ou arrendamento. Regra geral, estas construções se demarcam das restantes pelas suas dimensões maiores e diversidade tipológica – prédios de vários apartamentos com espaço para comércio no rés-do-chão e moradias nos pisos superiores. Assim, nos bairros espontâneos, também se pode encontrar habitações com um bom nível de acabamento, o que deixa antever que os seus proprietários não se integrem no grupo das pessoas com dificuldades financeiras profundas.



Fonte: Fotografias do autor, 2006.

Figuras 28 e 29 – Dimensões e tipologias habitacionais distintas, Santa Rosa.

2.3 Relações entre os espaços público e privado

A realidade do edificado existente (conforme podemos verificar na figura 30) indica que, apesar de estarem fora de um quadro de controlo administrativo, a implantação de muitas das construções feitas nos primeiros núcleos instalados foram realizadas respeitando alguns critérios elementares de assentamento: alinhamento, acessibilidade aos lotes, dimensão proporcionada dos mesmos, etc.

Assim, podem encontrar-se alguns traçados de ruas com as dimensões mínimas e que, com um trabalho adaptado à realidade construída, traduz-se em benefícios, quer para a população local, quer para o município, que vê reduzidos os recursos para a implementação de programas e projectos de reabilitação urbana desses bairros.



Fonte: Ortofotomapas da cidade da Praia.

Figura 30 – Sentido de alinhamento das construções, Tira Chapéu.

Todavia e, de uma maneira geral (como ilustra a Figura 31), com o progressivo incremento e aumento da ocupação do solo, elementos conflituais e perturbadores tais como construções de maiores dimensões e/ou desalinhadas ou mal implantadas implicaram numa alteração de algum equilíbrio existente anteriormente, ou novas situações que configuram uma total despreocupação com os aspectos acima referidos (CMP, 2005).



Fonte: Ortofotomapas da cidade da Praia.

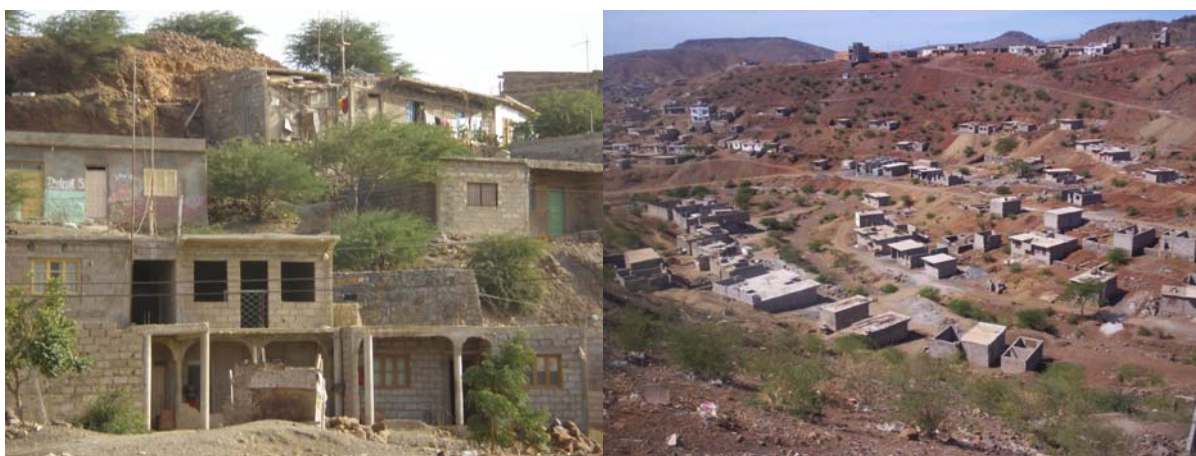
Figura 31 – Falta de sentido de alinhamento das construções, Eugénio Lima.

A imagem urbana dos bairros espontâneos é marcada pela fragmentação da malha urbana e pela proliferação de edificações de carácter evolutivo e predominantemente inacabados; a

fraca diversificação de funções urbanas, não concede aos bairros espontâneos um carácter marcante na mente dos que neles habitam ou visitam, ou seja, além da função habitacional e a existência de pequeno comércio sem grande expressão, praticamente não existem outras funções que possam promover uma vida urbana mais moderna e dinâmica.

À escassez e desadequação dos espaços públicos pode-se associar as características espaciais de largueza ou falta de espaço relacionadas com as ruas principais/estruturantes e as ruas secundárias/ligações intra bairro, daí derivando, em nosso entender, parte da sua falta de importância na promoção da boa imagem desses bairros. Por outro lado, embora considerando e admitindo a riqueza inerente à perda de alinhamento na implantação dos edifícios, visto poder atenuar o efeito monótono das construções, a falta de estratégia na sua disposição tira sentido às formas do tecido urbano (Lynch, 2003).

De modo que, a pouca largueza relativa das ruas e a sua diferenciação funcional, a ausência/deficiência de passeios, a forma e dimensão dos quarteirões e as fachadas dos edifícios, tendem a tirar sentido e carácter ao sistema que é constituído por esses e outros elementos, que formariam um todo coerente. Com efeito, verifica-se que, mesmo considerando os aspectos positivos, tais como os estreitamentos existentes entre as construções e que permitem “estabelecer a articulação da cidade pela sua divisão em zonas bem definidas e claramente diferenciadas”, um conjunto de princípios de ordem não são observados na composição arquitectónica: eixo, hierarquia, ritmo, etc. (Lynch, 2003; Choay, 2002).



Fonte: Fotografias do autor, 2006.

Figuras 32 e 33 – Ausência e presença de vias, Vale do Palmarejo e Safende, respectivamente.

Na perspectiva de que a organização das partes físicas da cidade (imóveis) numa estrutura coerente desempenha um papel social e uma base útil para o crescimento do indivíduo (Lynch, 2003), podemos questionar até que ponto a estrutura física urbana dos bairros em estudo tem influência no comportamento emocional e prático dos habitantes dessas áreas. Isto porque, aparentemente, não existe um diálogo entre o contexto geral da cidade e os elementos móveis dos bairros “clandestinos” (especialmente as pessoas e as suas actividades).



Fonte: Fotografias do autor, 2006.

Figuras 34 e 35 – Situação dos espaços públicos em Castelão e Santa Rosa, respectivamente.

Se atendermos ao facto de que o arranjo harmonioso que deve constituir a condição em que cada parte de um todo está disposta de modo apropriado em relação às outras partes (bairros integrados entre si e no contexto da cidade), o que ressalta logo à primeira vista é que há uma grande discrepância na estruturação dos diversos bairros que compõe a cidade da Praia. No campo específico que nos interessa neste estudo, avançamos com a ideia de que há uma desarticulação entre o edificado particular e a necessidade de estruturar o meio exterior do domínio público, i.e., o necessário equilíbrio entre os cheios e os vazios, entre as construções e os espaços que gera à sua volta, que devem ser livres.

Nessa perspectiva, parece-nos, portanto, que não existem relações espaciais coerentes entre o edificado e a envolvente imediata, pelo que se nos afigura inexistir um sentido de unidade na composição do edificado e da paisagem urbana das áreas em análise, mesmo porque também não conseguimos identificar os eixos orientadores que pudessem favorecer tais relações espaciais. Na verdade, associando ainda o facto dos “construtores clandestinos” construírem de forma isolada os seus edifícios e criando espaços livres privados que os rodeiam (becos,

A expansão da cidade da Praia, na década de 1990-2000 – Crescimento espontâneo e pobreza urbana.

quintais e varandas, p. ex.) e os isolam dos espaços públicos circundantes, cria-se alguma confusão entre o público e o privado.



Fonte: Fotografias do autor, 2006.

Figuras 36 e 37 – Aspectos da envolvente do edificado espontâneo, Encostas de Terra Branca e Monteagarro, respectivamente.

Todavia, apesar da rápida densificação das construções apresentar consequências, quer ao nível da consolidação do tecido urbano, quer em termos da criação de características diferenciadas no interior do próprio bairro, a existência de ruas, largos e alguns espaços vazios asseguram, de certa maneira, o “funcionamento” do tecido, seja em termos de circulação seja em termos de realização de actividades sociais e económicas (a Figura 36 exemplifica uma dessas situações).



Fonte: Ortofotomapas da cidade da Praia.

Figura 38 – Diferentes dimensões do edificado, Ponta d’Água.

A expansão da cidade da Praia, na década de 1990-2000 – Crescimento espontâneo e pobreza urbana.

Porém, nas situações de grande precariedade orográfica dos terrenos, ou mesmo nas situações em que os terrenos se encontram quase planas, as pessoas não se mostram preocupadas com o cumprimento de normas de segurança, de estética, etc. e, nesses casos, fica bastante comprometida a circulação, os encontros sociais e a efectivação do comércio (ex. Figura 39).



Fonte: Ortofotomapas da cidade da Praia.

Figura 39 – Dimensões da malha urbana irregular, Calabaceira.



Fonte: Fotografias do autor, 2006.

Figuras 40 e 41 – Construções em terrenos com grande declive e em leitos de ribeiras.

3 Infra-estruturas, serviços e equipamentos colectivos

3.1 Necessidades e desafios

Um dos graves problemas dos bairros espontâneos prende-se com a questão do saneamento básico. A situação sanitária nesses bairros é, aliás, o reflexo da cidade, com a agravante do aumento continuado e acelerado da população. A maioria desta vive em condições sanitárias abaixo do nível mínimo exigido, desde logo, pela fraca disponibilidade dos recursos hídricos, que tem constituído um dos factores do baixo nível de qualidade de vida da população. A dessalinização da água do mar surge então como uma das alternativas para fazer face à falta de água na capital do país, de modo a permitir um desenvolvimento socio-económico das populações.

Em 10 anos (de 1990 a 2000) a taxa de cobertura em rede canalizada de água aos agregados familiares da cidade da Praia, passou de 22,4% para 24,2%, respectivamente, um aumento praticamente inexpressivo, tendo em conta a taxa de crescimento populacional, nesse mesmo período. Segundo dados do INE, em 2000, 55,2% dos agregados urbanos ainda se abastecia de água através dos chafarizes e 12,4% fazia-o através de auto tanques.

Como se sabe, a responsabilidade para a materialização dos projectos de rede de água e de esgotos (bem assim a energia eléctrica) cabe à empresa Electra. Das oito novas unidades dessalinizadoras previstas no projecto de produção de água para a cidade da Praia, no período 1998-2010¹⁶, apenas duas encontravam-se instaladas e em funcionamento, no ano 2000.

O programa de distribuição de água previa a construção de redes primárias numa extensão de 40 quilómetros (1ª, 2ª e 3ª fases); extensão e conclusão em 125 ha das redes terciárias e realização de ligações individuais nos bairros de Palmarejo, Terra Branca, Tira Chapéu Industrial, Achada Sto. António, Prainha, Chã de Areia, Várzea, Achadinha, Calabaceira, Vila Nova, Paiol e Lém Ferreira (1ª e 2ª fases); construção de 600 ha de redes secundárias em bairros ainda desprovidos (1ª, 2ª e 3ª fases).

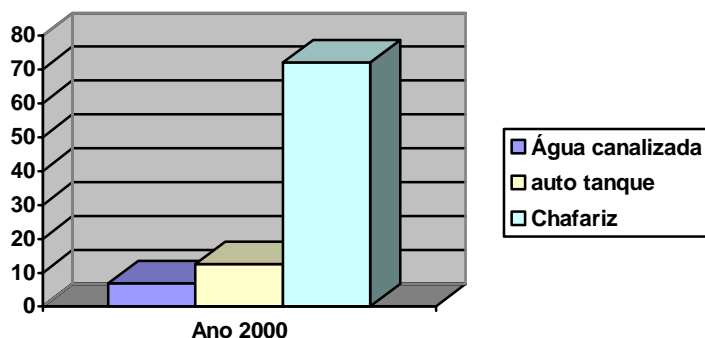
¹⁶ Prevvia-se a instalação e funcionamento das seguintes unidades: duas de 1.500m³/dia no período 1998-2000 (1ª fase); duas de 2.500m³/dia no período 2001-2005 (2ª fase); e quatro de 2.500m³/dia no período 2006-2010 (3ª fase).

Em virtude dos investimentos programados não terem sido realizados, atempadamente, os bairros espontâneos sofrem, ainda hoje, as consequências de uma deficiente cobertura em termos de infra-estruturas básicas (rede de água e esgotos).

3.2 Sistema de abastecimento de água

O sistema de abastecimento de água aos diversos bairros da cidade da Praia era feito a partir de três sistemas principais: Monte Babosa; Ponta d'Água e Monte Pensamento. No ano 2000 a rede de distribuição de água à cidade da Praia apenas cobria 26% da população da cidade, sendo a maioria (74%) abastecida por fontanários e outros meios. O abastecimento de água aos bairros espontâneos era e continua sendo um problema.

A água canalizada da rede pública não chegava a muitas habitações e os chafarizes existentes não cobriam todas as necessidades das populações. Com efeito, no ano 2000, apenas 6,9% dos agregados residentes em bairros espontâneos dispunha de ligação directa à rede pública de água, enquanto que 72% dos mesmos recorria aos chafarizes e 12,5% se abastecia através de autotanques.



Fonte: INE, Censo 2000.

Figura 42 – Modo de abastecimento de água aos agregados residentes em bairros espontâneos.

Os bairros que em pior situação se encontravam, em termos de água canalizada da rede pública, eram os de Pensamento e de Monteagrarro com 0% de ligação à rede pública. No bairro de Ponta d'Água, menos de 1% dos agregados familiares dispunham de ligação à rede pública de abastecimento de água, enquanto que 54,5% e 30,9% recorriam, respectivamente, aos chafarizes e autotanques para se abastecerem desse precioso líquido.

Ainda no que diz respeito à rede pública de água canalizada, igualmente numa situação difícil se encontravam as populações de Eugénio Lima (com 0,2% de ligação à rede), S. Pedro /Latada (0,27%), Safende, Achadinha Pires e Vale do Palmarejo (esses últimos com cerca de 2,6% de ligação à rede pública de abastecimento de água).

Dos bairros espontâneos, os que dispunham de maior número de ligações à rede pública de abastecimento de água canalizada eram os do Paiol (36,8%), Lém Ferreira (30%) e Lém Cachorro (23,9%). Ao nível da cidade o nível de abastecimento de água não acompanhou o crescimento populacional. Enquanto que entre 1990 e 1997 esse aumento foi de 6% (representando uma taxa anual de 1%), nesse mesmo período a taxa de crescimento da população foi de 4,5% ao ano. Ainda hoje se vive numa crise de água em diversas localidades da cidade, pois que as intervenções programadas não foram, integralmente, realizadas.



Fonte: Movimento África'70/CMP, 2005.

Figuras 43 e 44 – Chafariz e colocação de rede de água, bairro de Bela Vista.

Na verdade, às áreas de crescimento espontâneo, deu-se prioridade, sobretudo, à construção de chafarizes (num total de 20, executados durante a 1ª fase do projecto de produção de água para a cidade da Praia no período 1998-2010) ligados à rede pública de abastecimento de água, nomeadamente nos seguintes bairros: Castelão/Coqueiro; Ponta d'Água, Eugénio Lima; Pensamento; São Pedro/Latada; Safende.

De todo o modo, o IDRF – 2002 indica que 3,7% dos pobres contra 41,6% dos não pobres tinham ligação à rede pública de abastecimento de água, enquanto que 73,1% dos pobres contra 31,9% dos não pobres se abasteciam através dos chafarizes. Levando em consideração

que grande parte dos pobres residem em bairros de carácter espontâneo, fica evidente que são estes os menos beneficiados com as infra-estruturas existentes.

3.3 Rede de esgotos

Em 2000 apenas 8,4% da população praiense era servida pelo sistema de esgotos. Nessa altura, a rede de esgotos abrangia apenas os bairros do Plateau, Achada Sto. António, Terra Branca, Tira Chapéu e Palmarejo. De referir ainda que, em 2000, 23,5% da população da cidade possuía fossa séptica e 67,7% não estava coberto por nenhum dos sistemas. Naturalmente, os bairros espontâneos encontravam-se na linha de frente das zonas descobertas com a rede de esgotos. Actualmente, a situação se mantém, pois, como dissemos, não foram realizados investimentos nesse domínio e que pudessem colmatar as necessidades das populações dos referidos bairros.



Fonte: Movimento África'70/CMP, 2005.

Figuras 45 e 46 – Colocação de rede de esgotos, bairro de Bela Vista.

Com efeito, apesar de ter sido previsto a instalação de redes de esgotos (1ª e 2ª fases) nos bairros de Tira Chapéu (20 ha), Eugénio Lima (18 ha), Calabaceira (10 ha), Castelão (9 ha), Coqueiro (8 ha) e Paiol (5 ha), entre outros bairros da cidade, apenas foi executada, parcialmente e só na parte consolidada, as redes de Eugénio Lima e Tira Chapéu, ficando os restantes bairros espontâneos completamente descobertos. É evidente que essa situação se estende às áreas homogéneas referidas neste estudo.

Dados do IDRF – 2002 indicam que 3,5% dos pobres contra 23,6% dos não pobres possuíam fossa séptica e que 0% dos pobres tinham ligação à rede de esgotos contra 10% dos não

pobres. Por outro lado, 79,3% dos pobres contra 54,5% dos não pobres utilizavam o redor de casa para a evacuação das águas residuais e 96,5% dos pobres contra 66,4% dos não pobres davam um destino impróprio a essas águas. Certamente, os quase 100% de pessoas pobres que dão um destino impróprio às águas residuais e os cerca de 80% que utilizam o redor de casa para evacuar essas águas, ilustram a realidade vivida nos bairros espontâneos, particularmente, nas situações de ocupação de encostas muito inclinadas e ribeiras.

3.4 Drenagem de águas pluviais

A situação da drenagem de águas pluviais nos bairros espontâneos tem merecido alguma atenção por parte das autoridades municipais. Além da pavimentação do interior desses bairros, de forma a permitir um mais rápido escoamento superficial das águas, têm sido construídos diques de correcção torrencial e murros de correcção longitudinal dos leitos das ribeiras. Entretanto, devido às condições morfológicas do solo e a quase inexistência da cobertura vegetal das bacias drenantes, as construções em encostas e linhas de água constituem um verdadeiro factor de agravamento da situação de drenagem das águas pluviais, em toda a cidade.

Com efeito, a irregularidade das construções, bem como a inexistência de mecanismos de drenagem eficazes, fazem com que diversas habitações fiquem em risco de desmoronamento. Além disso, as zonas mais baixas, quer dos bairros informais quer da cidade, em geral, são altamente afectadas na época das chuvas (p. ex., as enxurradas de descem da encosta de Terra/Santa Rosa provocam um grande lamaçal e acumulação de água na baixa da cidade) e nem mesmo o programa de intervenção¹⁷ de correcção torrencial e drenagem de água implementada na zona da Várzea/Santa Rosa resolveu o problema, pois que esse sistema de drenagem não funciona adequadamente, devido a problemas de ordem técnica.

Um canal ao longo da Avenida Cidade Lisboa serve de espinha dorsal de drenagem das águas pluviais provenientes das zonas altas.

¹⁷ Foram construídos três diques de correcção torrencial na ribeira de Santa Rosa e um canal de drenagem de águas pluviais, numa extensão de 600 metros e fez-se a limpeza do canal de Santa Rosa e a plantação de 1.600 árvores, entre outras acções. De referir ainda que no âmbito desse programa, outros trabalhos com o mesmo objectivo foram realizados nas encostas de Eugénio Lima/Achadinha e Ponta d'Água/Vila Nova.

3.5 Sistema de recolha de resíduos sólidos

O sistema de recolha dos resíduos sólidos urbanos era bastante deficitária, no ano 2000. De acordo com o programa de urgência elaborado nessa altura, havia um défice na área do saneamento, o que vinha agravando a situação sanitária da cidade, tornando-se a principal causa das epidemias, com consequências graves principalmente para as populações dos “bairros degradados”. A própria edilidade reconhece as limitações, nesse campo de actuação:

Face a esta situação, os serviços de saneamento – limpeza urbana da Praia, estão numa situação de pré rotura, mostram-se impotentes no combate ao lixo, pois os meios disponíveis têm-se revelado manifestamente insuficientes para responderem minimamente às exigências da cidade no que concerne a recolha e transporte do lixo urbano (CPM, 2000).

Nessa altura, vários dos bairros espontâneos não dispunham de contentores de lixo: Calabaceira; S. Pedro/Latada; Safende; e Monteagarro, entre outros bairros da capital. Nesses bairros a recolha do lixo fazia-se porta a porta e diariamente, acção essa condicionada à existência e condições de acesso viário. Na zona urbana da cidade da Praia cerca de 75% da população beneficiava do sistema de recolha dos RSU¹⁸, com uma capitação média de 2 litros/dia/habitante, correspondente a uma produção diária de 50 toneladas. Era no entanto deficiente esse sistema, que não cobria todos os bairros da capital.

Mesmo nos bairros que dispunham de contentores (independentemente do tipo ou localização) a recolha de lixo era feita de forma deficiente, quer pela falha de equipamentos (o que inviabiliza a sua recolha com a frequência desejável), quer pelo facto dos mesmos serem constantemente roubados e vandalizados. De qualquer modo, o documento ressaltava que “os sistemas de recolha não se têm revelado muito eficaz, devido principalmente à fraca colaboração das populações” (CMP, 2000).

A situação actual do sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos caracteriza-se pela existência de uma lixeira municipal sem qualquer sistemática de gestão, nem da separação ou tratamento; o lixo é queimado quer dentro do perímetro das diversas zonas que compõe o tecido urbano, quer na lixeira municipal, contribuindo para a poluição atmosférica da cidade; o acesso das viaturas de recolha é difícil em varias localidades (devido a

¹⁸ Resíduos Sólidos Urbanos.

dificuldades de acesso), particularmente na época das chuvas; a lixeira municipal não possui nenhuma vedação, o que facilita o acesso de pessoas e animais de forma livre (muitas pessoas encontram na lixeira municipal um meio de sobrevivência).

Os bairros mais deficientes em termos do sistema de recolha dos resíduos sólidos urbanos, no ano de 2000, eram os de: Bela Vista; São Pedro/Latada; Calabaceira e Safende. Nesses bairros e em alguns outros bairros de carácter espontâneo, devido a impossibilidade de acesso das viaturas de recolha a grande parte das habitações, vinha sendo utilizado o mecanismo de agrupamento de equipamento, com um horário regular de recolha (CMP, 2000).

Hoje, com a implementação plena do Projecto de Resíduos Sólidos Urbanos, a situação de recolha de lixo melhorou substancialmente em toda a área da cidade, mesmo nos locais de difícil acesso, pese embora as situações pontuais de grande demora na recolha. Vários dos bairros espontâneos dispõem já de contentores de lixo e a situação poderia estar melhor se as populações deixassem de colocar lixos nas encostas e ribeiras. Decerto, essa prática terá a ver, também, com situações em que não existem contentores, ou, existindo, não são em quantidade suficiente ou não estão adequadamente localizados.

3.6 Mobilidade e equipamentos colectivos

As diversas lógicas de ocupação dos terrenos, bem como a configuração do edificado nos bairros espontâneos (achadas, encostas e ribeiras), determinaram as características físicas da rede viária, que se apresentava, nos anos noventa, com uma configuração própria:

Rede básica ou geral interligando os bairros e assegurando o movimento com o interior; Sub redes reflectindo os limítrofes dos bairros; Rampas de acesso aos bairros situados em zonas com acentuado declive (CMP, 1998).

O incremento das construções “ilegais” aumentou o deficit de ramais de conexão (seja a nível primário seja a nível secundário) entre os eixos principais da cidade e a sua ligação ao interior dos diversos bairros espontâneos. Assim, a inexistência de vias alternativas apresenta consequências graves na mobilidade no interior desses bairros.

Por outro lado, a circulação inter-bairros tornou-se inadequada (tanto por razões técnicas como de segurança), em razão da configuração espacial do edificado e das reduzidas dimensões dos percursos existentes. Na verdade, o crescimento descontrolado dos referidos bairros se traduziu numa saturação do solo ocupado que, aliado a outros factores (p. ex. as consequências das chuvas) inviabilizam, desta forma, uma mobilidade em condições eficazes e seguras (CMP, 2005).

No que diz respeito aos equipamentos públicos, estes representam factores indutores da ocupação do solo, seja do ponto de vista da dinâmica urbana, seja do ritmo de crescimento físico e das variações dos valores do mercado imobiliário. Assim, de modo a garantir a necessária coesão territorial, a sua distribuição deve ser equilibrada. Contudo, os bairros espontâneos encontram-se muito mal servidos, sobretudo pelo facto de inexistirem espaços adequados para a construção desses equipamentos.

A acumulação de um conjunto de problemas urbanísticos e disfunções daí derivados, dificultam a integração urbana desses bairros e a consequente promoção da coesão social. Com efeito, verifica-se uma ausência quase total dos diversos equipamentos colectivos, designadamente, de recreio, lazer, cultura, segurança pública, saúde e desporto, em praticamente todos os bairros espontâneos.

Para colmatar essa situação, um conjunto de projectos de requalificação urbana, de construção de equipamentos sociais e comunitárias foram sendo executados. Nesse âmbito, alguns projectos foram já materializados, abarcando não apenas as áreas de crescimento espontâneo, mas também outros bairros da cidade, que também (embora em muito menor grau) necessitam de intervenções do género.

Por isso, optou-se por incluir o conjunto de obras realizadas na cidade da Praia, na sua globalidade, tendo em conta a sua importância no contexto das relações de vizinhança que existem entre os bairros e numa perspectiva de que a localização dos equipamentos obedece tanto às questões técnicas como às sociais e, como dissemos anteriormente, em muitas das áreas de crescimento espontâneo, sequer existem espaços com as condições ideais para a construção de equipamentos urbanos, restando a sua implantação para outras zonas.

Em síntese, podemos dizer que a realização de redes de infra-estruturas nos bairros espontâneos fica comprometida devido, sobretudo, aos problemas derivados das dificuldades de acesso ao interior dos mesmos (muitos desses bairros encontram-se em encostas de acentuado declive ou então o traçado do edificado existente dificulta ou inviabiliza a realização de diversos projectos).

A Tabela 4 ilustra a realidade dos bairros espontâneos, no que se refere ao acesso às infra-estruturas básicas (abastecimento de água, drenagem de águas residuais e recolha de resíduos sólidos). Verificamos que os piores índices de acesso às referidas infra-estruturas se encontravam no Grupo IV, a que pertenciam o grosso dos bairros espontâneos. Havia uma predominância dos bairros com nível mais baixo (Grupo IV) na zona norte da cidade e os com níveis mais elevados (Grupo I) na zona sul.

Grupo/Bairros	Capitação Água (litros/hab/dia)	Esgotos % da população do bairro servida por rede geral de esgoto e fossa séptica	Lixo % da população do bairro servida por sistema de recolha e evacuação de dejectos sólidos (contentores e recolha directa ao domicílio)
Grupo I (3% da população) Prainha; Q. Canela; T. Branca	Cp > 50	E > 75	L > 80
Grupo II (48% da população) Plateau; Chã de Areia; Ach. Stº António; Fazenda; Achadinha; L. Ferreira; Palmarejo; Várzea.	25 < Cp > 50	50 < E > 75	60 < E > 80
Grupo III (25% da população) V. Nova; Castelão/Coqueiro; Paiol; T. Chapéu; Ach. S. Filipe	5 < Cp > 25	25 < Cp > 50	30 < Cp > 60
Grupo IV (24% da população) Ach. G. Frente; L. Cachorro; Pensamento; S. Pedro/Latada; Calabaceira; Ach. Pires; Ponta d'Água; Safende; Ach. Mato; Ach. G. Trás; Monteagarro.	Cp < 15	Cp < 25	Cp < 30

Fonte: CMP, “Esquema Estrutural” do PDM, 1998.

Tabela 4 – Atendimento em infra-estruturas básicas na cidade da Praia.

4 Situação legal dos terrenos ocupados

Retomando a ideia do aumento da demanda habitacional, sobretudo por parte da camada da sociedade economicamente mais desfavorecida, como uma das causas da pressão sobre o território da cidade, vimos que essa demanda provocou uma grande necessidade no sector imobiliário e a procura de terrenos para edificação. Na verdade, acontece que mesmo as áreas reservadas à urbanização não escaparam à “fúria” dos “construtores clandestinos” e vão-se esgotando, aos poucos, as possibilidades da Praia ser uma cidade minimamente estruturada e com uma malha urbana organizada e coerente.

Ano	Habitantes	Superfície (Ha)	Densidade (hab/Ha)
1970	22.400	125	180
1980	37.500	175	215
1985	49.600	305	163
1990	61.644	570	108
1998	101.400	994	102
2000	104.953		

Fonte: África’70, Câmara Municipal da Praia, 2005.

Tabela 5 – Habitantes e superfícies na cidade da Praia 1970-2000.

Terá contribuído para essa situação o facto da vastas áreas de terrenos, pertencentes a proprietários privados, terem sido, por longos anos, deixados ao abandono e sem que estes se mostrassem preocupados com o evoluir da situação. De modo que as próprias populações se sentissem como legítimos proprietários dos terrenos ocupados ilegalmente. Com efeito, além da ausência de qualquer oposição à ocupação desses terrenos, esse comportamento é aceite, com normalidade, pela sociedade e incentivada pelas vizinhanças (muitas vezes familiares ou simplesmente amigos).

Por tudo isto, afigura-se-nos possível afirmar que essa prática conta com a anuência das entidades oficiais e de vários dos proprietários privados, sendo certo que a dimensão jurídica da questão deve merecer uma atenção particular, de modo a evitar-se consequências nefastas, seja ao nível social seja económico-financeiro. Com efeito, estima-se que cerca de 80% dos terrenos da Praia pertencem a privados, o que evidencia a dimensão desse problema, relacionado à titularidade dos terrenos ilegalmente ocupados.

ZONAS	BAIRROS	SUPERFICIE			
		OCUPA-DA	EM FASE DE OCUPA-ÇÃO	ÁREAS LIVRES	TO-TAL (ha)
ZONA LESTE	Lém Ferreira	55%	5%	40%	4,72
	Ponta d'Água; Castelão/Coqueiro; Paiol; Lém Cachorro	40%	45%	15%	51,17
ZONA NORTE	Monteagarro	45%	50%	5%	20,55
	Safende; Calabaceira	40%	45%	15%	63,08
	S. Pedro/Latada	50%	40%	10%	38,57
ZONA CENTRO	Simão Ribeiro	0%	20%	80%	15,38
	Pensamento; Eugénio Lima	40%	50%	10%	42,11
	Bela Vista	65%	30%	5%	35,86
	S. Rosa/Encosta Terra Branca	30%	60%	10%	22,42
ZONA SUL	Tira Chapéu; Vale do Palmarejo	80%	0%	20%	37,21
	Monte Vermelho	60%	30%	10%	10,83
TOTAL		45,91%	34,09%	20,00%	341,9

Fonte: CMP (proposta de PDM, 2007).

Tabela 6 – Dinâmicas actuais do uso dos espaços, nas zonas de crescimento espontâneo.

Segundo a CMP (2005), as áreas de terreno ocupadas de forma ilegal pertencem a um número reduzido de proprietários, que sequer reivindicaram algum direito, embora admita que, visto o processo de ocupação se traduzir numa valorização dessas áreas, com o decorrer do tempo os referidos proprietários poderão vir a reivindicar esses direitos. E, naturalmente que o facto de grande parte desses terrenos estarem localizados próximos do centro da cidade faz com que, além dos mesmos atraírem os cidadãos em busca de oportunidades (seja de habitação, seja de negócios), aumente potencialmente o valor das construções, leve a uma maior densificação e, consequentemente, uma maior dificuldade na resolução do problema.

ZONAS	BAIRROS	% LEGALIZAÇÃO
ZONA LESTE	Lém Ferreira	80
	P. d'Água ; Castelão/Coqueiro; Paiol; Lém Cachorro	35
ZONA NORTE	Monteagarro	0
	Safende; Calabaceira	5
	S. Pedro/Latada	60
ZONA CENTRO	Simão Ribeiro	0
	Pensamento; Eugénio Lima	30
	Bela Vista	10
	S. Rosa/Encosta Terra Branca	0
ZONA SUL	Tira Chapéu; Vale do Palmarejo	50
	Monte Vermelho	30
TOTAL		27,27%

Fonte: CMP (Direcção de Urbanismo, 2005; proposta de PDM, 2007).

Tabela 7 – Nível de legalidade das construções existentes nos bairros espontâneos.

Nos diversos bairros espontâneos, ou em suas parcelas, existem realidades distintas no que diz respeito ao nível de estruturação ou consolidação, pelo que no seu interior “verifica-se frequentemente uma coexistência de formalidade e informalidade, ou seja de construções legais e não, e sobretudo de áreas planificadas e de ocupação espontânea”. É evidente que, em função dos níveis de compromisso existente e da situação particular de cada construção, assim fica determinada, em nosso entender, as possibilidades ou não de legalização administrativa e fundiária dos lotes e referidas construções (CMP, 2005).

(...) Verifica-se um elevado número de realidades diferenciadas e conflituais que se podem resumir em:

- Croquis de Localização emitidos e não implantados (por desistência e/ou atribuição de novos lotes);
- Croquis de Localização emitidos que não podem ser implantados devido à ocupação clandestina e/ou por existência de arruamento e/ou drenagens de águas pluviais;
- Lotes construídos legalmente ou legalizados que por razões ligadas a ocupação clandestina e/ou constrangimentos morfológicos impossibilitam a continuidade e manutenção do esquema urbanístico previsto (quarteirões ou faixas de construções em banda);
- Construções existentes nos lotes previstos nos esquemas urbanísticos mas sem emissão de croquis de localização ou registo cadastral (CMP, 2005).

De todo o modo, é de referir que, seja pela maior presença das autoridades municipais seja por um maior protagonismo dos próprios cidadãos residentes nos referidos bairros através das suas organizações representativas (caso p. ex. das associações comunitárias), as áreas de crescimento espontâneo da cidade da Praia têm conhecido, nos últimos anos, uma maior intervenção administrativa por parte da CMP, com o intuito de tentar por alguma ordem

nessas áreas, apesar dos problemas estruturais ainda existentes e que são consequência quer da localização e morfologia, quer resultantes processo de gestão dos bairros (CMP, 2005).

Assim, conforme podemos verificar na Tabela 7, em bairros como Lém Ferreira; S. Pedro/Latada e Tira Chapéu/Vale do Palmarejo regista-se uma percentagem significativa de situações legalizadas. Em geral, as áreas legalizadas encontram-se já consolidadas, apesar da evidente diferenciação entre estas e as zonas de encosta ou leitos de ribeiras. Existem, todavia, situações de bairros cujo nível de ilegalidade é bastante elevado, em certos casos chegando mesmo a 100%, como são os casos de Santa Rosa/encosta de Terra Branca; Simão Ribeiro e Monteagarro.

Conclusão

Apesar do ritmo extremamente acelerado do crescimento da população mundial dos últimos anos, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas, projecções recentes apontam para um abrandamento demográfico a nível global. Por outro lado, associado a esse crescimento está o fenómeno da urbanização, cujas causas, nos países em desenvolvimento, se prendem com a tendência para a migração da população rural, decorrente de situações de pobreza e no fraco acesso ao mercado de trabalho. Na verdade, em alguns desses países, o deslocamento de pessoas provocado pela seca, pela fome, por conflitos étnicos, por guerras e conflitos civis acabam por determinar o modo como o processo de urbanização se evolui.

Actualmente, em virtude da diminuição da taxa de mortalidade não ter sido acompanhada de uma baixa da taxa de natalidade, o crescimento vegetativo constitui um facto marcante do processo de urbanização nos países em desenvolvimento, onde muitos desses novos habitantes são pessoas pobres e sem grandes capacidades económicas. De tal forma que essas populações acabam por ocupar as áreas urbanas periféricas para se instalarem e tentar iniciar uma nova vida.

Contudo, as áreas ocupadas são marcadas pela espontaneidade e apresentam características marcantes, tais sejam: ocupação ilegal de terrenos; falta de regras urbanísticas na edificação das construções; carência de infra-estruturas básicas (saneamento, electricidade, rede viária); e de equipamentos. Por outras palavras, a maior parte dos bairros dessas áreas de crescimento espontâneo se encontra deficientemente integrada na malha urbana. Com efeito, factores como desemprego, falta de habitação, problemas de saúde pública, explosão de actividades informais, aumento da criminalidade, bem como a deterioração do meio ambiente, completam o quadro dos problemas identificados em algumas áreas das cidades dos países em desenvolvimento.

Em Cabo Verde, o desenvolvimento económico e social dos principais pólos urbanos do país tem permitido um incremento na mobilidade populacional inter-ilhas e inter-concelhos. O crescimento natural da população, aliado a factores como a migração do campo para a cidade, entre outros, tem potenciado um rápido crescimento urbano da cidade da Praia. Na verdade, a degradação das condições de vida das populações do meio rural, em consequência das secas,

da pobreza e do desemprego, são as principais causas associadas ao abandono do meio rural e consequente ida dessas populações para as áreas urbanas.

Portanto, fica evidente que a seca e a erosão do solo têm provocado a desertificação, cujo impacto na diminuição da produção agrícola e dos recursos florestais é bem visível e, por tudo isto, o aumento do desemprego e da pobreza aparecem como corolário desse processo e a emigração e o êxodo rural são as saídas encontradas por essas populações. Em suma, a pressão demográfica sobre os recursos do ambiente, o baixo nível de desenvolvimento económico, o baixo nível dos salários e a elevada taxa de desemprego no seio da população rural, acabam por contribuir para a degradação das condições de vida nesse meio.

Por outro lado, as medidas de política tendentes a travar o movimento migratório e limitar o crescimento urbano ao crescimento natural; ao desenvolvimento dos centros urbanos secundários, assim como as zonas rurais, não tiveram um resultado positivo, de tal forma que o processo migratório das populações rurais para as áreas urbanas ainda continua. Na Praia, os primeiros focos de ocupação espontânea, muitas vezes em áreas de grande fragilidade orográfica, surgiram no final da década de 80, com o aumento da demanda de terreno urbanizado para construção de habitação.

Na década de 90, houve um aumento superior a 64% da população urbana da Praia, mas uma parte bastante considerável da mesma, sobretudo a camada mais vulnerável, ocupou os territórios que constituem as periferias da cidade. Esses territórios são habitados, essencialmente, por pessoas pobres, cujos agregados possuem muitas pessoas, com fracos recursos financeiros e baixo nível de escolaridade. Esses agregados familiares têm níveis de pobreza e pobreza extrema substancialmente mais altos que os agregados que não residem nessas áreas.

As grandes alterações do tecido urbano ocorreram nos bairros de Calabaceira, Vila Nova, Ponta d'Água, Pensamento, Eugénio Lima, Tira Chapéu, Achada S. Filipe, L. Ferreira, Achada Grande Frente e Achadinha. Nessas áreas, a expansão urbana se verificou de uma forma informal, ilegal e sem planificação nem licenciamento. Por outro lado, verifica-se que a ausência de planos urbanísticos, bem como a falta de respostas adequadas, por parte das

instituições, incrementou essa prática, o que contribuiu para a actual estrutura urbana que hoje tem a cidade da Praia.

A partir de 1991, apenas foram realizadas as infra-estruturas urbanísticas de Palmarejo e de Achada S. Filipe, logo, a grande mancha de crescimento ocorrido depois dessa data deveu-se a uma expansão sem planificação, ou seja, essas áreas foram ocupadas de forma espontânea. E, decerto, não se levou em consideração as populações de baixa renda, pois que os planos de detalhe para as zonas de Palmarejo, Quebra Canela e Achada S. Filipe (as únicas áreas de expansão previstas na altura) viriam a mostrar-se inacessíveis para essa camada da população.

Na década de 1990-2000, a par da continuidade de edificações nos bairros anteriormente referidos, outros bairros foram “atacados” pelos “construtores clandestinos”: Safende, S. Pedro/Latada, Castelão/Coqueiro, Santa Rosa/Encosta Terra Branca, Bela Vista, Monte Vermelho, Vale do Palmarejo, encosta de L. Ferreira, encosta de L. Cachorro e Simão Ribeiro. À medida que o espaço territorial se ia escasseando, as populações foram ocupando as encostas com acentuado declive e os leitos de ribeiras.

Nesse período, a promoção habitacional privada foi direccionada, essencialmente, a um segmento médio/alto da sociedade, com maior poder aquisitivo. A promoção pública não chegou para suprir as necessidades e, num contexto de crescente migração interna e externa, continuava a haver um grande défice entre a procura e a oferta. Deste modo, muitas das pessoas que se migraram para a Praia, não encontraram estruturas de acolhimento em quantidade suficiente e direccionada às suas possibilidades económicas, o que contribuiu para originar uma urbanização inadequada e assentamentos humanos em áreas muitas vezes sem as condições mínimas de habitabilidade.

Entretanto, a existência de um mercado imobiliário informal nessas áreas, foi incrementado um verdadeiro negócio no sector da construção civil, fora do controlo das autoridades municipais. De tal forma que se encontram, em vários desses bairros, um número significativo de construções surgidas ou em fase de concretização, com finalidade especulativa (habitações com algum nível de acabamento, destinado ao arrendamento ou mesmo para venda). Regra geral, estas construções se demarcam das restantes pelas suas dimensões maiores e diversidade tipológica.

Os bairros espontâneos estão sobretudo situados na periferia urbana e apresentam deficiente cobertura em redes de infra-estruturas, serviços e equipamentos colectivos; uma quantidade significativa de fogos tem deficientes condições de conforto e higiene, sem rede interior de água, sem instalações sanitárias e sem acesso à rede de energia eléctrica. Em suma, ilegalidade na ocupação do terreno; ausência de processo de licenciamento; ausência de critérios na implantação das construções e; grande recurso à autoconstrução.

A imagem urbana dos bairros espontâneos é marcada pela fragilidade orográfica; proliferação de edificações de carácter evolutivo e predominantemente inacabados; uma organização espacial suportada em malhas desorganizadas; redução das acessibilidades e dificuldades de circulação interna. Portanto, uma desarticulação entre o edificado particular e a necessidade de estruturar o meio exterior do domínio público, i.e., o necessário equilíbrio entre os cheios e os vazios, entre as construções e os espaços que gera à sua volta, que devem ser livres.

Logo, não existem relações espaciais específicas entre o edificado e a envolvente imediata, pelo que inexistente um sentido de unidade na composição do edificado e da paisagem urbana dos bairros de crescimento espontâneo recente. Na verdade, a desorganização, a carência de infra-estruturas essenciais, como instalações sanitárias públicas, bibliotecas, parques verdes, praças, instalações ou espaços para mercados e outros serviços de interesse da colectividade, reforça essa nossa convicção.

Para a configuração urbana actual da cidade da Praia terão contribuído as opções tomadas e os planos oficialmente adoptados e que terão permitido o surgimento e desenvolvimento de “bairros oficiais” e a ocupação, por parte da população de baixos rendimentos, das zonas periféricas, onde a deficiência em aspectos estruturantes contribuem para uma segregação social. Apesar de se verificar uma elevada percentagem (aproximadamente 70%) de agregados a viver em condições essenciais de habitabilidade, uma percentagem significativa (perto de 30%) dos agregados dessas áreas vivem em habitações sem as mínimas condições.

De todo o modo, a situação actual dos bairros espontâneos comporta muitos riscos: problemas sanitários e de saúde pública; inundações; deslizamento de terras; aluimento de casas; etc. A situação social reinante nesses bairros e que se caracteriza pela pobreza e pelo desemprego, está espelhado nos baixos níveis de conforto dos agregados familiares, no fraco nível de

instrução dos chefes de agregado (facto que influi directamente na situação familiar) e na elevada taxa de desemprego entre estes, com particular destaque para as mulheres chefes de família, que são as mais atingidas por esses fenómenos.

O saneamento básico é bastante deficitário, pois grande parte da população não dispõe de ligação a uma rede pública de abastecimento de água, nem à rede de esgotos. A recolha de resíduos sólidos urbanos tem conhecido grande melhoria, mas, mesmo assim, esse sector constitui ainda factor de risco elevado (as doenças e as epidemias, juntamente com a permanência de hábitos rurais, como a criação de animais nas residências ou soltos nas ruas, agrava a situação).

A situação legal dos terrenos nas áreas de crescimento espontâneo é marcada por uma elevada ilegalidade na titularidade da propriedade. Com efeito, apenas cerca de 27% das construções existentes encontra-se legalizado, num universo de aproximadamente 80% da superfície ocupada ou em fase de ocupação. O abandono dos terrenos (essencialmente privados) e a ausência de qualquer oposição à ocupação dos mesmos incrementa a dinâmica no uso dos espaços nas zonas de crescimento espontâneo, verificando-se, frequentemente, uma diferenciação ao nível de estruturação ou consolidação e a coexistência de formalidade e informalidade.

Da realização desse estudo vimos que existe, de um lado, uma relação directa entre o nível de instrução e a situação perante a actividade económica e, de outro, a forma como o território é ocupado e os efeitos daí advenientes. Com efeito, os dados indicam que quanto mais baixo é o nível de instrução, maior é a propensão da pessoa para estar numa situação de vulnerabilidade económica. Assim, as decisões de edificar uma habitação baseiam-se em razões de ordem estritamente financeiras, o que se traduz na ocupação de qualquer parcela de terreno, independentemente da forma urbana em que resulta essa ocupação.

Por outro lado, a ineficácia da fiscalização municipal, a falta de controlo social, uma certa ideia de desordem (uma espécie de terra de ninguém), a reprodução de um comportamento não caucionado pelas entidades oficiais e o próprio sentimento de impunidade que se instalou perante o fenómeno das construções “clandestinas”, todos esses factores contribuíram e vêm contribuindo para o crescimento espontâneo da cidade.

Enfim, perante o problema levantado e a hipótese formulada, pensamos que esta se confirmou, ou seja, concluímos que a ausência de meios eficazes de gestão urbana, aliada à grande carência habitacional para as camadas mais desfavorecidas da sociedade, provocaram uma segregação socio-espacial do território urbano. É evidente que há uma lógica social subjacente à produção do espaço urbano e que potencia a ocupação indiscriminada de terrenos, tendo por base uma perspectiva de melhoramento das condições de vida.

Embora não tenhamos identificado o sentido dessa lógica, cremos existir uma “corrente social” muito forte, solidariamente apoiada em questões de ordem sócio-cultural e económico, que, por um lado, é capaz de “fazer frente” à municipalidade e, por outro, detém o “poder” de tomar iniciativas com vista a resolver o seu problema habitacional.

Naturalmente que as pessoas em situação socio-económica mais desfavorável não esperam por mecanismos administrativos assentes em questões teóricas ou técnicas, que pensamos não compreenderem, de todo, pois que a sua preocupação está direccionada para a resolução imediata do seu problema habitacional.

Esse facto levou com que essa camada da população se apoderasse (ilegalmente) de terrenos para edificar a sua habitação, sem levar em consideração a necessidade de salvaguardar outros elementos que enformam o panorama do meio urbano e, as consequências foram, inevitavelmente, um desajustamento de natureza sócio-espacial, entre outros efeitos.

Apesar das dificuldades surgidas ao longo da realização deste estudo, pensamos que os objectivos propostos foram amplamente atingidos, embora estejamos conscientes de que essas dificuldades não permitiram que tivéssemos feito um trabalho mais aprofundado, sendo certo, contudo, que alcançamos uma base de conhecimentos que nos serão útil em futuros trabalhos de pesquisa e na prática profissional.

Referência bibliográfica

ALMEIDA, Germano, (2003), *Cabo Verde, viagem pela história das ilhas*, Cabo Verde, Ilhéu editora.

AMARAL, Ilídio (1983), *A cidade e o futuro. A propósito da explosão mundial*, Lisboa, Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras, tomo XXIII, pp. 141-153.

BAIROCH, Paul (1985), *De Jericó à México – Villes et économie dans l'histoire*, Paris, Saint Armand, Editions Gallimard.

BANCO MUNDIAL, (2004), *Relatório nº X: Diagnóstico da pobreza – Cabo Verde*.

BAUD, Pascal *et al.*, (1999), *Dicionário de geografia*, Lisboa, Plátano Edições Técnicas.

BENEVOLO, Leonardo, (1997), *O último capítulo da arquitectura moderna*, Lisboa, Edições 70.

CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA, (2005), *Linhas directrizes para um programa de intervenção para a requalificação dos bairros espontâneos da cidade de Praia*, Praia, Pelouro de Saúde, Desenvolvimento Social e Humano.

_____, (2000), *Programa de Urgência para a Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos*, Praia, Serviço Municipal da Limpeza Urbana da Praia.

_____, (1998), *Esquema Estrutural do Plano Director Municipal da Praia, Cenários de Desenvolvimento*, Praia, Gabinete do Plano Director Municipal.

_____, (1998), *Esquema Estrutural do PDM: Equipamentos, Infra-estruturas e Serviços*. Praia, Gabinete do Plano Director Municipal.

_____, (1997), *Programa Desenvolvimento Social do Concelho da Praia – Combate à Pobreza*, Praia, Gabinete do Presidente.

CARNEIRO, Luís, (1996), *Acerca do crescimento urbano no Terceiro Mundo: o caso de Cabo Verde visto através da Praia*, Sep. de Garcia de Orta, Série Geog., Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical.

CHING, Francis D. K., (2002), *Arquitectura: Forma, Espaço e Ordem*, São Paulo, Martins Fontes.

COHEN, M., « Cities in developing countries 1975-2000» in GHOSH, Pradip (Ed.) (1984), *Urban Development in the Third World*, London, Greenwood Press, pp. 27-35.

CORREIA E SILVA, António, (2004), *Combates Pela História*, Praia, Spleen edições.

CUSINATO, Augusto *et al.*, (2003), *Relatório da Missão Realizada a Praia (Cabo Verde) junto da ONG África 70 sobre “ Projecto de Melhoria das Condições de Vida dos Residentes dos Bairros Espontâneos da Cidade”*, Praia, Universidade IUAV de Veneza/África 70.

HAUB, Carl, (1998), *A população mundial: uma das principais questões no novo milénio*, [em linha], disponível em <<http://usinfo.state.gov/journals/itgic/0998/ijgp/gj-05.htm>>, [consultado em 03/08/2007].

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS (INE), (2005), *Inquérito ao Emprego (IE)*, Praia, INE.

_____, (2002), *Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF)*, Praia INE.

_____, (2000), *Recenseamento Geral – População e Habitação*, Praia, INE.

LACAZE, Jean-Paul, (1995), *A cidade e o urbanismo*, Lisboa, Instituto Piaget.

LYNCH, Kevin, (2003), *A imagem da cidade*, Lisboa, Edições 70.

MINISTÉRIO DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL E URBANISMO (MALU), (1987), *Plano de Desenvolvimento Urbano da Praia – Fase II*, Praia, Direcção Geral de Urbanismo e Meio Ambiente.

MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO (MEPAT), (1997), *Plano Nacional de Habitação para Cabo Verde – Documento Preparatório*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Departamento de Edifícios.

Movimento África'70, e Câmara Municipal da Praia (2005), *Melhoramento das Condições de Vida nos Bairros Espontâneos da Cidade da Praia – Intervenção piloto no bairro da Bela Vista*, Praia, Alfa Comunicações.

PNUD, (1998), *Relatório de Desenvolvimento Humano – Cabo Verde, 1998*, Praia, PNUD.

_____, (1997), *Relatório de Desenvolvimento Humano – Cabo Verde, 1997*, Praia, PNUD.

PORTAS, Nuno *et al.*, (coord.) (2003), *Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

SILVA, António Correia e, (2004), *Combates Pela História*, Praia, Spleen edições.

TURNER, J.F.C., (1976), *Housing by people*, Londres, s/n.

UNFPA, (2007), *Situação da população mundial 2007. Desencadeando o potencial do crescimento urbano*, [em linha], disponível em <http://www.unfpa.org.br/relatorio2007/swp2007_por.pdf>, [consultado em 07/08/2007].

Bibliografia suplementar

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline, (1997), *Geografia Urbana*, 2ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

CABRAL, Adilson Vaz, (2005), *Impacto socio-económico do crescimento demográfico no concelho de S. Domingos (1980 – 2000)*, Monografia de Licenciatura, não publicada, Instituto Superior de Educação, Praia.

CORREIA, Adélia da Cruz S. Furtado, (2005), *Distribuição e dinâmica da população do concelho de S. Miguel (1990 – 2000)*, Monografia de Licenciatura, não publicada, Instituto Superior de Educação, Praia.

CORREIA, Maria Odete de Pina, (2005), *Evolução da população no concelho de Sta. Cruz durante o período 1980/2000 e o seu impacto sócio ambiental*, Monografia de Licenciatura, não publicada, Instituto Superior de Educação, Praia.

CULLEN, Gordon, (2006), *Paisagem Urbana*, Lisboa, Edições 70.

GARCIA, Danilo de Jesus Lopes, (2005), *Evolução económica e social da Freguesia de São Lourenço dos Órgãos (1990 – 2004)*, Monografia de Licenciatura, não publicada, Instituto Superior de Educação, Praia.

GOVERNO DE CABO VERDE, (2003), *Programas estratégicos prioritários: infra-estruturas e ordenamento do território. Reunião de consulta com os parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde*, Cidade da Praia.

LIMA, José António Brito, (2005), *Distribuição espacial da população no concelho de R^a Grande entre 1990 – 2000, Proposta alternativa à divisão administrativa actual*, Monografia de Licenciatura, não publicada, Instituto Superior de Educação, Praia.

LOPES, Paulo Jorge Amarante, (2005), *Desertificação em Cabo Verde: caso particular da Cidade Velha – Uma abordagem geográfica*. Monografia de Licenciatura, não publicada, Instituto Superior de Educação, Praia.

MIRANDA, António Manuel, (2005), *A desertificação no concelho da R^a Grande – Caracterização geográfica*, Monografia de Licenciatura, não publicada, Instituto Superior de Educação, Praia.

RODRIGUES, Ricardo Mendes, (2005), *Dinâmica da população do concelho de Tarrafal entre 1990 e 2000 e o seu impacto socio-económico*, Monografia de Licenciatura, não publicada, Instituto Superior de Educação, Praia.

ROSSI, Aldo, (2001), *A Architectura da Cidade*, Lisboa, Edições Cosmos.

SANGUEVE, José Eduardo de Pina, (2005), *O desenvolvimento de Santa Catarina (1912 – 2001) – Um olhar histórico a partir da sede do concelho/cidade de Assomada*, Monografia de Licenciatura, não publicada, Instituto Superior de Educação, Praia.

SILVA, Edna Suzete Borges, (2005), *A problemática da morte em Santiago (Segundo quartel do séc. XX): Subsídios para a sua história*, Monografia de Licenciatura, não publicada, Instituto Superior de Educação, Praia.

TAVARES, Jeiza Barbosa, (2005), *A pobreza na cidade da Praia – Análise espacial e proposta de estratégias para a redução da pobreza*, Monografia de Licenciatura, não publicada, Instituto Superior de Educação, Praia.

A Anexos

A.1 Evolução da população Cabo-verdiana de 1940 a 2000.

Evolução da população residente por concelho. Cabo Verde 1940-2000

Concelho	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Cabo Verde	181740	149984	199902	270999	295703	341491	434625
<i>Santo Antão</i>	<i>35977</i>	<i>28379</i>	<i>33953</i>	<i>44623</i>	<i>43321</i>	<i>43845</i>	<i>47170</i>
Ribeira Grande	19766	15444	17246	22873	22102	20851	21594
Paúl	5845	5370	6024	8000	7983	8121	8385
Porto Novo	10366	7565	10683	13750	13236	14873	17191
<i>São Vicente</i>	<i>15848</i>	<i>19576</i>	<i>20705</i>	<i>31578</i>	<i>41594</i>	<i>51277</i>	<i>67163</i>
<i>São Nicolau</i>	<i>14846</i>	<i>10366</i>	<i>13866</i>	<i>16308</i>	<i>13572</i>	<i>13665</i>	<i>13661</i>
<i>Sal</i>	<i>1121</i>	<i>1838</i>	<i>2608</i>	<i>5505</i>	<i>5826</i>	<i>7715</i>	<i>14816</i>
<i>Boavista</i>	<i>2779</i>	<i>2985</i>	<i>3263</i>	<i>3569</i>	<i>3372</i>	<i>3452</i>	<i>4209</i>
<i>Maio</i>	<i>2237</i>	<i>1924</i>	<i>2680</i>	<i>3466</i>	<i>4098</i>	<i>4969</i>	6754
<i>Santiago</i>	<i>77382</i>	<i>59397</i>	<i>88587</i>	<i>128782</i>	<i>145957</i>	<i>175691</i>	<i>236627</i>
Tarrafal	18840	13222	19140	26251	24202	11626	17792
Santa Catarina	26848	19428	30207	41462	41012	41584	50024
Santa Cruz	13486	9568	14368	21158	22995	25892	33015
Praia	18208	17179	24872	39911	57748	71276	106348
São Domingos	-----	-----	-----	-----	-----	11526	13320
São Miguel	-----	-----	-----	-----	-----	13787	16128
<i>Fogo</i>	<i>23022</i>	<i>17582</i>	<i>25615</i>	<i>29412</i>	<i>30978</i>	<i>33902</i>	<i>37421</i>
Mosteiros	-----	-----	-----	-----	-----	8331	9469
São Filipe	-----	-----	-----	-----	-----	25571	27952
<i>Brava</i>	<i>8528</i>	<i>7937</i>	<i>8625</i>	<i>7756</i>	<i>6985</i>	<i>6975</i>	<i>6804</i>

Fonte: INE

A.2 População residente na cidade da Praia, por bairros, de 1970 a 2000.

Zonas	Ano			
	1970	1980	1990	2000
ACHADA GRANDE FRENTE	383	1578	2871	4404
ACHADA GRANDE TRAS	-	382	631	2060
ACHADA MATO	-	-	710	592
ACHADA SANTO ANTONIO	4341	8208	10949	12496
ACHADA SAO FILIPE	521	572	1590	2649
ACHADINHA	4754	8581	10044	10134
ACHADINHA PIRES	-	-	-	834
BOM COI	144	38	-	12
CALABACEIRA	139	1010	2095	4270
CASTELAO / COQUEIRO	-	465	1354	3260
CHA DE AREIA	41	114	167	149
EUGENIO LIMA	?	668	2843	6810
FAZENDA	993	1422	1803	2025
LEM CACHORRO	517	967	1823	2083
LEM FERREIRA	859	1043	1172	1474
MONTEAGARRO	-	-	-	1054
PAIOL	1163	1291	1839	1247
PALMAREJO	-	58	806	4375
PENSAMENTO	85	146	681	2059
PLATEAU	4357	2904	1709	1216
PONTA D'AGUA	305	1866	3230	5827
PRAINHA	?	98	260	238
QUEBRA CANELA	-	-	-	8
SAFENDE	-	-	2379	4253
SAO PEDRO/LATADA	85	90	406	1676
SIMAO RIBEIRO	63	-	35	3
TERRA BRANCA	?	463	1725	2386
TIRA CHAPEU	692	1234	3705	5163
TIRA CHAPÉU INDUSTRIAL	-	-	-	2039
VALE DO PALMAREJO	-	-	-	668
VARZEA DA COMPANHIA	2868	1442	2176	3236
VILA NOVA	909	3521	3720	5363

Fonte: INE, Censos de População e Habitação.

A.3 Agregados familiares residentes na cidade da Praia, por bairros, de 1970 a 2000.

Zonas	Ano			
	1970	1980	1990	2000
ACHADA GRANDE FRENTE	72	264	558	925
ACHADA GRANDE TRAS	-	66	101	370
ACHADA MATO	-	-	85	129
ACHADA SANTO ANTONIO	837	1466	2212	2893
ACHADA SAO FILIPE	72	122	302	557
ACHADINHA	831	1588	2068	2374
ACHADINHA PIRES	-	-	-	193
BOM COI	29	6	?	3
CALABACEIRA	27	205	410	913
CASTELAO / COQUEIRO	-	176	323	741
CHA DE AREIA	6	19	48	36
EUGENIO LIMA	?	107	648	1617
FAZENDA	210	265	379	501
LEM CACHORRO	116	218	377	456
LEM FERREIRA	156	191	232	306
MONTEAGARRO	-	-	-	242
PAIOL	247	242	382	307
PALMAREJO	-	11	179	1084
PENSAMENTO	14	24	148	501
PLATEAU	849	556	367	364
PONTA D'AGUA	54	371	717	1326
PRAINHA		26	70	78
QUEBRA CANELA	-	-	-	2
SAFENDE	-	-	560	1012
SAO PEDRO/LATADA	18	37	86	377
SIMAO RIBEIRO	13	-	9	1
TERRA BRANCA	?	87	401	597
TIRA CHAPEU	120	244	807	1112
TIRA CHAPÉU INDUSTRIAL	-	-	-	483
VALE DO PALMAREJO	-	-	-	145
VARZEA DA COMPANHIA	576	273	459	720
VILA NOVA	158	719	796	1225

Fonte: INE, Censos de População e Habitação.

A.4 Unidades de alojamento na cidade da Praia, por bairros, de 1970 a 2000.

Zonas	Ano			
	1970	1980	1990	2000
ACHADA MATO	-	-	86	129
EUGENIO LIMA	-	107	650	1617
ACHADA GRANDE FRENTE	72	264	558	925
ACHADA GRANDE TRAS	-	66	101	370
ACHADA SANTO ANTONIO	698	1475	2215	2893
ACHADA SAO FILIPE	74	122	303	557
ACHADINHA	835	1595	2068	2374
ACHADINHA PIRES	36	66	73	193
BOM COI	29	6	-	3
CALABACEIRA	28	205	411	913
CASTELAO / COQUEIRO	-	176	323	741
CHA DE AREIA	10	19	48	36
FAZENDA	169	266	379	501
LEM CACHORRO	119	219	377	456
LEM FERREIRA	195	191	232	306
MONTEAGARRO	-	-	-	242
PAIOL	212	242	382	307
PALMAREJO	-	11	179	1084
PENSAMENTO	14	24	148	501
PLATEAU	718	559	376	364
PONTA D'AGUA	58	381	717	1326
PRAINHA	-	26	73	78
QUEBRA CANELA	-	-	-	2
SAFENDE	-	-	560	1012
SAO PEDRO/LATADA	19	37	86	377
SIMAO RIBEIRO	13	-	9	1
TERRA BRANCA	-	87	401	597
TIRA CHAPEU	129	244	807	1112
TIRA CHAPÉU INDUSTRIAL	-	-	-	483
VALE DO PALMAREJO	-	-	-	145
VARZEA DA COMPANHIA	488	273	459	720
VILA NOVA	158	722	796	1225

Fonte: INE, Censos de População e Habitação/CMP – PDM 1998.

A.5 Agregados familiares nos bairros espontâneos, segundo o nível de instrução do chefe.

Zonas	Total	Pré-Escolar / Nunca frequentou		Alfabetização		EBI		Secundário		Curso Médio		Curso Superior		NR
			%		%		%		%		%		%	
Cidade da Praia (Urbano)	21608	3523	16,3	625	2,89	11529	53,4	3827	17,7	403	1,87	1412	6,53	289
EUGENIO LIMA	1617	306	18,92	35	2,16	1048	64,8	200	12,4	7	0,43	9	0,56	12
CALABACEIRA	913	164	17,96	32	3,5	542	59,4	150	16,4	8	0,88	11	1,2	6
CASTELAO / COQUEIRO	741	146	19,7	20	2,7	440	59,4	108	14,6	9	1,21	6	0,81	12
MONTEAGARRO	242	20	8,264	15	6,2	179	74	26	10,7	0	0	2	0,83	0
LEM CACHORRO	456	93	20,39	10	2,19	268	58,8	74	16,2	6	1,32	3	0,66	2
LEM FERREIRA	306	55	17,97	4	1,31	159	52	77	25,2	4	1,31	4	1,31	3
PAIOL	307	51	16,61	9	2,93	159	51,8	68	22,1	4	1,3	15	4,89	1
PENSAMENTO	501	103	20,56	14	2,79	311	62,1	59	11,8	2	0,4	8	1,6	4
PONTA D'AGUA	1326	242	18,25	51	3,85	794	59,9	194	14,6	10	0,75	22	1,66	13
SAFENDE	1012	183	18,08	62	6,13	635	62,7	109	10,8	6	0,59	8	0,79	9
SAO PEDRO/LATADA	377	79	20,95	11	2,92	235	62,3	26	6,9	1	0,27	2	0,53	23
SIMAO RIBEIRO	1	0	0	0	0	0	0	1	100	0	0	0	0	0
TIRA CHAPEU	1112	228	20,5	26	2,34	655	58,9	164	14,7	5	0,45	14	1,26	20
ACHADINHA PIRES	193	35	18,13	10	5,18	125	64,8	22	11,4	0	0	0	0	1
VALE DO PALMAREJO	145	21	14,48	2	1,38	109	75,2	11	7,59	0	0	2	1,38	0

Fonte: INE, Censo 2000.

A.6 População empregada de 15 anos ou mais, residente nos bairros espontâneos, segundo o sector de actividade económica.

Zonas	Total	Sector primário		Sector secundário		Sector terciário		NR
			%		%		%	
Cidade da Praia (Urbano)	31916	807	2,53	6254	19,6	23946	75,03	909
EUGENIO LIMA	2206	44	1,99	530	24	1602	72,62	30
CALABACEIRA	1343	26	1,94	290	21,6	985	73,34	42
CASTELAO / COQUEIRO	1133	17	1,5	248	21,9	831	73,35	37
MONTEAGARRO	336	12	3,57	86	25,6	238	70,83	0
LEM CACHORRO	659	1	0,15	138	20,9	513	77,85	7
LEM FERREIRA	499	11	2,2	76	15,2	394	78,96	18
PAIOL	430	5	1,16	98	22,8	316	73,49	11
PENSAMENTO	703	18	2,56	198	28,2	456	64,86	31
PONTA D'AGUA	1700	20	1,18	385	22,6	1240	72,94	55
SAFENDE	1432	29	2,03	339	23,7	1029	71,86	35
SAO PEDRO/LATADA	529	34	6,43	148	28	341	64,46	6
SIMAO RIBEIRO	1	0	0	0	0	1	100	0
TIRA CHAPEU	1678	85	5,07	428	25,5	1112	66,27	53
ACHADINHA PIRES	248	6	2,42	57	23	181	72,98	4
VALE DO PALMAREJO	210	8	3,81	79	37,6	119	56,67	4

Fonte: INE, Censo 2000

A.7 Agregados familiares nos bairros espontâneos, segundo o principal meio de vida do chefe.

Zonas	Total	Trabalho		Rendimento de propriedade / empresa		Pensão		A cargo da família residente em Cabo Verde		A cargo da família residente no estrangeiro		Outro		NR
			%		%		%		%		%		%	
Cidade da Praia (Urbano)	21608	16686	77,22	368	1,7	1255	5,8	1896	8,77	693	3,21	563	2,61	147
EUGENIO LIMA	1617	1293	79,96	19	1,2	65	4	129	7,98	84	5,19	22	1,36	5
CALABACEIRA	913	710	77,77	18	2	34	3,7	58	6,35	21	2,3	64	7,01	8
CASTELAO / COQUEIRO	741	602	81,24	5	0,7	27	3,6	62	8,37	19	2,56	19	2,56	7
MONTEAGARRO	242	200	82,64	6	2,5	8	3,3	17	7,02	8	3,31	3	1,24	0
LEM CACHORRO	456	318	69,74	3	0,7	37	8,1	74	16,2	14	3,07	9	1,97	1
LEM FERREIRA	306	216	70,59	6	2	34	11	35	11,4	12	3,92	3	0,98	0
PAIOL	307	211	68,73	9	2,9	21	6,8	38	12,4	17	5,54	11	3,58	0
PENSAMENTO	501	423	84,43	8	1,6	17	3,4	26	5,19	11	2,2	12	2,4	4
PONTA D'AGUA	1326	1006	75,87	11	0,8	59	4,4	100	7,54	61	4,6	84	6,33	5
SAFENDE	1012	807	79,74	6	0,6	35	3,5	83	8,2	29	2,87	43	4,25	9
SAO PEDRO/LATADA	377	301	79,84	0	0	20	5,3	42	11,1	10	2,65	0	0	4
SIMAO RIBEIRO	1	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TIRA CHAPEU	1112	919	82,64	8	0,7	36	3,2	106	9,53	22	1,98	14	1,26	7
ACHADINHA PIRES	193	158	81,87	0	0	5	2,6	18	9,33	12	6,22	0	0	0
VALE DO PALMAREJO	145	117	80,69	0	0	3	2,1	20	13,8	3	2,07	1	0,69	1

Fonte: INE, Censo 2000

A.8 Agregados familiares nos bairros espontâneos, segundo o nível de conforto.

Zonas	Total	Muito Baixo		Baixo		Médio		Alto		Muito Alto		NR
			%		%		%		%		%	
Cidade da Praia (Urbano)	21608	6052	28	4240	19,6	4604	21,3	4931	22,8	1613	7,46	168
EUGENIO LIMA	1617	692	42,8	428	26,5	355	22	139	8,6	0	0	3
CALABACEIRA	913	332	36,4	169	18,5	230	25,2	158	17,3	20	2,19	4
CASTELAO / COQUEIRO	741	330	44,5	150	20,2	144	19,4	89	12	22	2,97	6
MONTEAGARRO	242	106	43,8	63	26	46	19	27	11,2	0	0	0
LEM CACHORRO	456	101	22,1	122	26,8	118	25,9	99	21,7	14	3,07	2
LEM FERREIRA	306	49	16	46	15	71	23,2	101	33	25	8,17	14
PAIOL	307	37	12,1	60	19,5	92	30	101	32,9	14	4,56	3
PENSAMENTO	501	247	49,3	119	23,8	80	16	53	10,6	0	0	2
PONTA D'AGUA	1326	486	36,7	356	26,8	320	24,1	149	11,2	0	0	15
SAFENDE	1012	443	43,8	296	29,2	181	17,9	87	8,6	3	0,3	2
SAO PEDRO/LATADA	377	252	66,8	71	18,8	39	10,3	14	3,71	1	0,27	0
SIMAO RIBEIRO	1	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TIRA CHAPEU	1112	358	32,2	322	29	254	22,8	137	12,3	21	1,89	20
ACHADINHA PIRES	193	118	61,1	38	19,7	23	11,9	12	6,22	1	0,52	1
VALE DO PALMAREJO	145	94	64,8	34	23,4	13	8,97	3	2,07	1	0,69	0

Fonte: INE, Censo 2000.

A.9 Agregados familiares, nos bairros espontâneos, segundo o tipo de habitação.

Zonas	Total	Casa individual		Apartamento		Vivenda		Barraca		Parte de casa	
			%		%		%		%		%
Cidade da Praia (Urbano)	21608	14055	65	2133	9,87	197	0,91	103	0,48	5120	23,7
EUGENIO LIMA	1617	1033	63,9	12	0,74	1	0,06	6	0,37	565	34,9
CALABACEIRA	913	711	77,9	37	4,05	1	0,11	2	0,22	162	17,7
CASTELAO / COQUEIRO	741	605	81,6	14	1,89	1	0,13	6	0,81	115	15,5
MONTEAGARRO	242	189	78,1	0	0	0	0	2	0,83	51	21,1
LEM CACHORRO	456	340	74,6	47	10,3	0	0	3	0,66	66	14,5
LEM FERREIRA	306	134	43,8	42	13,7	1	0,33	0	0	129	42,2
PAIOL	307	216	70,4	65	21,2	1	0,33	0	0	25	8,14
PENSAMENTO	501	355	70,9	14	2,79	0	0	0	0	132	26,3
PONTA D'AGUA	1326	919	69,3	27	2,04	0	0	0	0	380	28,7
SAFENDE	1012	707	69,9	6	0,59	1	0,1	2	0,2	296	29,2
SAO PEDRO/LATADA	377	357	94,7	2	0,53	1	0,27	0	0	17	4,51
SIMAO RIBEIRO	1	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0
TIRA CHAPEU	1112	581	52,2	10	0,9	3	0,27	5	0,45	513	46,1
ACHADINHA PIRES	193	174	90,2	4	2,07	0	0	2	1,04	13	6,74
VALE DO PALMAREJO	145	100	69	3	2,07	0	0	1	0,69	41	28,3

Fonte: INE, Censo 2000.

A.10 Modo de abastecimento de água, nos bairros espontâneos.

Zonas	Total	Água canalizada da rede pública		Cisterna		Autotanque		Chafariz		Poço		Nascente		Levada		Outro		NR
		%		%		%		%		%		%		%		%		
Cidade da Praia (Urbano)	21608	5221	24,2	39	0,2	2681	12,4	11919	55,2	9	0,04	8	0,04	14	0,06	1530	7,1	187
EUGENIO LIMA	1617	3	0,19	0	0	109	6,74	1380	85,3	0	0	0	0	0	0	120	7,4	5
CALABACEIRA	913	94	10,3	3	0,3	105	11,5	650	71,2	0	0	0	0	6	0,66	50	5,5	5
CASTELAO / COQUEIRO	741	93	12,6	0	0	49	6,61	570	76,9	0	0	0	0	0	0	23	3,1	6
MONTEAGARRO	242	0	0	0	0	55	22,7	173	71,5	0	0	3	1,24	0	0	11	4,5	0
LEM CACHORRO	456	109	23,9	1	0,2	9	1,97	285	62,5	0	0	0	0	0	0	49	11	3
LEM FERREIRA	306	92	30,1	0	0	14	4,58	174	56,9	0	0	0	0	2	0,65	10	3,3	14
PAIOL	307	113	36,8	0	0	3	0,98	171	55,7	0	0	0	0	0	0	16	5,2	4
PENSAMENTO	501	0	0	3	0,6	78	15,6	399	79,6	0	0	0	0	1	0,2	17	3,4	3
PONTA D'AGUA	1326	1	0,08	0	0	410	30,9	723	54,5	2	0,15	1	0,08	0	0	175	13	14
SAFENDE	1012	26	2,57	7	0,7	253	25	583	57,6	1	0,1	1	0,1	0	0	139	14	2
SAO PEDRO/LATADA	377	1	0,27	1	0,3	5	1,33	370	98,1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SIMAO RIBEIRO	1	0	0	0	0	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TIRA CHAPEU	1112	101	9,08	1	0,1	51	4,59	889	79,9	1	0,09	1	0,09	0	0	46	4,1	22
ACHADINHA PIRES	193	5	2,59	0	0	4	2,07	183	94,8	0	0	0	0	0	0	0	0	1
VALE DO PALMAREJO	145	4	2,76	0	0	13	8,97	118	81,4	2	1,38	0	0	0	0	8	5,5	0

Fonte: INE, Censo 2000.